

FACULDADE NOVOS HORIZONTES  
Programa de Pós Graduação em Administração  
Mestrado

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:  
Percepção dos estudantes dos *campi* I e II do CEFET-MG**

Eliana Alves de Oliveira

Belo Horizonte  
2011

**Eliana Alves de Oliveira**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:**  
Percepção dos estudantes dos *campi* I e II do CEFET-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Administração da Faculdade Novos Horizontes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Teixeira Dias

Área de concentração: Organização e estratégia

Linha de pesquisa: Tecnologias de Gestão e Competitividade

Belo Horizonte

2011

Oliveira, Eliana Alves de

0482a      Assistência estudantil: percepção dos estudantes dos  
campi I e II do CEFET MG. – Belo Horizonte: FNH, 2011.  
117 f.

Orientador: Profº. Drº. Alexandre Teixeira Dias  
Dissertação (mestrado) – Faculdade Novos Horizontes,  
Programa de Pós-graduação em Administração

1. Assistência estudantil. 2. Avaliação. 3. Indicadores de  
desempenho. I. Oliveira, Eliana Alves de. II. Faculdade  
Novos Horizontes, Programa de Pós-graduação em  
Administração. III. Título

CDD: 658



Faculdade Novos Horizontes  
Mestrado Acadêmico em Administração

**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO  
DA FACULDADE NOVOS HORIZONTES**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Organização e Estratégia

MESTRANDO(A): **ELIANA ALVES DE OLIVEIRA**

Matrícula: 770303

LINHA DE PESQUISA: Tecnologia de Gestão e Competitividade

ORIENTADOR(A): Prof. Dr. Alexandre Teixeira Dias

TÍTULO: **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: percepção dos estudantes dos Campi I e II do Cefet-MG.**

DATA: 10/05/2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Teixeira Dias  
ORIENTADOR  
Faculdade Novos Horizontes

Prof. Dr. Wendel Alex Castro Silva  
Faculdade Novos Horizontes

Prof.ª Dr.ª Cristiana Fernandes De Muylder  
FUMEC



## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da Dissertação de Mestrado, área de concentração: Organização e Estratégia, de autoria de ELIANA ALVES DE OLIVEIRA, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Teixeira Dias, apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Administração da Faculdade Novos Horizontes, intitulada: "ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: percepção dos alunos dos *campi* I e II do CEFET-MG", contendo 113 páginas.

Dados da revisão:

- Ortográfica
- Redação

Início: 06/04/2011      Término: 14/04/2011

Belo Horizonte, 14 de abril de 2011.

Prof.(a): Patrícia Rodrigues Tanuri Baptista

Assinatura:  \_\_\_\_\_

Dedico esta dissertação ao meu filho Felipe, que compartilhou comigo essa jornada, e especialmente a minha mãe, que me colocou neste mundo para vencer as agruras de ser mulher, mas que, com a sabedoria de alguém que não teve oportunidades, ofereceu educação e dedicou amor a seus filhos.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Alexandre Teixeira Dias, pelo acompanhamento dedicado desde o início do mestrado como tutor e depois como orientador, pela aceitação e orientação que permeou as duas vivências em pesquisa e a dissertação e pela compreensão nas diferentes fases desenvolvidas deste trabalho até a conclusão.

Aos colegas da disciplina de Seminário de dissertação, principalmente à Professora Doutora Cristiana Fernandes De Muyllder, por suas contribuições imprescindíveis para a finalização do projeto de pesquisa para a qualificação.

Aos servidores das Seções de Assistência ao Estudante, especialmente dos *campi* I e II, por terem compreendido a importância e significado deste trabalho, e terem contribuído com informações e procedimentos que tornaram possível a pesquisa na instituição.

A todos os estudantes do CEFET-MG dos *campi* I e II que responderam ao questionário e contribuíram com suas observações, o que muito enriqueceu esta pesquisa e trouxe informações importantes para a Assistência Estudantil.

A todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o término desta etapa da minha vida.

E a Deus que sempre me acompanhou na jornada da vida, mostrou-me o melhor caminho e abriu portas que eu deveria ultrapassar em busca de meus ideais.

Antes do compromisso, há hesitação, a oportunidade  
De recuar, uma ineficiência permanente.  
Em todo ato de iniciativa (e de criação), há uma  
verdade elementar cujo desconhecimento destrói muitas  
idéias e planos esplêndidos.  
No momento em que nos comprometemos de fato,  
A providência também age.  
Ocorre toda espécie de coisas para nos ajudar,  
coisas que de outro modo nunca ocorreriam.  
Toda uma cadeia de eventos emana da decisão,  
Fazendo vir em nosso favor todo tipo de encontros,  
De incidentes e de apoio material imprevistos, que ninguém  
Poderia sonhar que surgiram em nosso caminho.  
Começas tudo o que possas fazer; ou que sonhas poder fazer.  
A ousadia traz em si o gênio, o poder e a magia.  
Goeth

Os cientistas não lidam com a verdade;  
eles lidam com descrições da realidade, limitadas e aproximadas.  
Fritjof Capra



## RESUMO

Nas últimas décadas, a avaliação de políticas e programas governamentais apresenta relevância para as funções de planejamento e gestão das instituições, sendo um instrumento para a administração pública no processo de modernização da gestão governamental. A assistência estudantil, uma política regulamentada recentemente, mas há anos sendo executada, ainda carece de estudo e sistematização. É um tema importante, pois o direito ao acesso e à permanência na escola é garantido pela Constituição Federal de 1988 e sua efetivação deve ser feita por meio de processos de acompanhamento e avaliação de desempenho e resultados. A metodologia adotada foi quantitativa tendo, como meio de investigação, a pesquisa de campo e, quanto aos fins, foi descritiva. Utiliza-se o modelo de referência de Oliveira e Dias (2010), com oito construtos C1 – Articulação, C2 – Assessoria, C3 - Democratização e inclusão, C4 – Comunicação, C5 - Recurso orçamentário, C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem, C7 - Acesso e Seleção, C8 - Orientação e acompanhamento, objetivando analisar a percepção dos estudantes quanto à execução da Política de Assistência Estudantil nos *campi* I e II do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Para tal, foi utilizado o contexto dos programas implementados no CEFET-MG, por meio das ações, programas e projetos da Política de Assuntos Estudantis. Foram aplicados 128 questionários no *campus* I e 129 no *campus* II, totalizando 257 respondentes. Após tratamento dos dados ausentes, foram excluídos 5 questionários, permanecendo o total de 252 questionários válidos para a análise dos dados. Foram analisados primeiramente quanto à consistência no preenchimento e processados com o auxílio do *software* IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Posteriormente, aplicou-se técnica de diferença entre médias, para efetivação das análises comparativas. Observou-se, nos resultados, que houve diferenças mínimas nas médias quanto à percepção dos estudantes dos *campi* I e II a respeito da Assistência Estudantil. Pesquisas futuras poderão aprimorar o modelo utilizado nesta dissertação e instigar a produção acadêmica de avaliação da Assistência Estudantil.

**Palavras chaves:** Assistência Estudantil, Avaliação, Indicadores de desempenho.

## ABSTRACT

In the last decades, the evaluation of politics and governmental programs gives the rightly significance to the planning functions and institutions management, as being instrumental for the public administration in the process of modernizing the government management. The student assistance, a recently regulated activity but since years in operation, is but to these days lacking study and systemization. This is an important subject, as the right to the access and permanency in school is guaranteed by the Federal Constitution of 1988 and its effectuation must be realized through processes of following and valuation of development and results. The adopted methodology was quantitative, having the field research as investigating instrument and, as to the ends, was descriptive. The reference model of Oliveira and Dias (2010) was employed, with eight constructs C1- Articulation, C2- Assessors, C3- Democratization and Inclusion, C4- Communication, C5- Funding Resources, C6- Socioeconomic Assistance and Apprenticing, C7- Access and Selection, C8- Orientation and Follow-up, having as aim the analyses of the students perception about the execution of the Student Assistance Politic, in the *campi* I and II of the Federal Center of Technologic Education of Minas Gerais. To obtain this, was used the context of the CEFET-MG-implemented programs, through actions, programs and projects of the Politic of Student Affairs . 128 questionnaires were distributed in *campus* I and 129 in *campus* II, totaling 257 respondents. After the treatment of the lacking data, 5 questionnaires were excluded, summing 252 of them as valid for the data analysis. These were first analyzed about the consistency of their performance and processed with the aid of the IBM SPSS software (*Statistical Package for the Social Sciences*). Afterwards, was employed the technique of divergences between media, to effectuate the comparative analysis. The results show that there were minimal differences in the medias as to the perception of the students of *campi* I and II about the Student Assistance. Further researches may improve the model used in this dissertation and foment an academic production for evaluation of Student Assistance.

**Key words:** Student Assistance, Evaluation, Fulfilling Indicators.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AE – Alimentação Escolar

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

BCE – Bolsa de Complementação Educacional

BP – Bolsa Permanência

BSC – *Balanced Scorecard*

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CGDE – Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil

CI – Capital Intelectual

COPEVE – Comissão Permanente de Vestibular

DAAE – Departamento de Apoio às Atividades de Ensino

DAE – Divisão de Apoio ao Ensino

DST-AIDS – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EnAPG - Encontro Nacional de Administração Pública e Governança

EROS – Escutando, Refletindo e Orientando sobre a Sexualidade

EVA – *Economic Value Added*

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

FJP – Fundação João Pinheiro

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IC - Itens de Controle

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IV - Itens de Verificação

LDB – Lei de Diretrizes Básicas da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEAE – Programa Estadual de Alimentação Escolar

PNAES – Plano Nacional Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PNQ – Prêmio Nacional para a Qualidade

SAE- Seção de Assistência ao Estudante

TOC – Teoria das Restrições:

TQM – Gestão da Qualidade Total

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – <i>Campi</i> em que estudam.....	54
Gráfico 2 – Nível de ensino – por <i>Campi</i> .....	55
Gráfico 3 – Tempo que estuda no CEFET-MG – por <i>Campi</i> .....	55
Gráfico 4 – Origem escolar – por <i>Campi</i> .....	56
Gráfico 5 – Turno em que frequenta as aulas – por <i>Campi</i> .....	56
Gráfico 6 – Gênero – por <i>Campi</i> .....	57
Gráfico 7 – Estado civil – por <i>Campi</i> .....	58
Gráfico 8 – Cor/Raça Declarada – por <i>Campi</i> .....	58
Gráfico 9 – Faixa Etária – por <i>Campi</i> .....	59
Gráfico 10 - Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional por <i>Campi</i> .....	61
Gráfico 11 – Período de participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional por <i>Campi</i> .....	62
Gráfico 12 – Participação no Programa Alimentação Escolar: Restaurante Escolar ou Bolsa Alimentação .....	63
Gráfico 13 – Número de vezes que frequenta o refeitório na semana – quem recebe o auxílio Restaurante escolar .....	64
Gráfico 14 – Período de participação no programa Restaurante Escolar.....	64
Gráfico 15 – Participação nos Programas Bolsa Emergencial e Socioducativo ...	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da trajetória da Assistência Estudantil no CEFET-MG .....	35
Quadro 2 - Conceitos de avaliação e indicador .....	43
Quadro 3 - Quadro comparativo entre os modelos de avaliação de desempenho - descreve as características e os critérios de análise (cont.) .....	46
Quadro 4 - Dimensões do modelo de referência do questionário - Avaliação da Assistência Estudantil.....	42
Quadro 5 - Síntese do perfil sócio-demográfico e escolar.....	60

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Curso que frequenta – por <i>Campi</i> .....	57
Tabela 2 – Análise descritiva dos dados – <i>n</i> , valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão (continua) .....	68
Tabela 3 – Análise descritiva dos construtos que compõem a Avaliação do desempenho da política de Assistência Estudantil no CEFET-MG ....	75
Tabela 4 – Teste de normalidade – Por <i>Campi</i> .....	77
Tabela 5 – Teste de normalidade – Por Nível de Ensino .....	77
Tabela 6 – Teste de normalidade – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional.....	78
Tabela 7 – Teste de normalidade – Por Participação nos programas de Alimentação Estudantil .....	79
Tabela 8 – Teste de normalidade – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG ..	79
Tabela 9 – Teste de igualdade de variância.....	80
Tabela 10 – Análise descritiva dos dados – Por <i>Campi</i> .....	81
Tabela 11 – Teste de diferença de média – Por <i>Campi</i> .....	82
Tabela 12 – Resultados dos testes de hipóteses .....	83
Tabela 13 – Análise descritiva dos dados – Por Nível de Ensino.....	83
Tabela 14 – Teste de diferença de média – Por Nível de Ensino.....	84
Tabela 15 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Nível de Ensino.....	85
Tabela 16 – Análise descritiva dos dados – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional .....	85
Tabela 17 – Teste de diferença de média – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional .....	86
Tabela 18 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional.....	87
Tabela 19 – Análise descritiva dos dados – Por Participação nos programas de auxílio à alimentação.....	88
Tabela 20 – Teste de diferença de média – Por Participação nos programas de auxílio à alimentação.....	89



Tabela 21 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Participação nos programas de auxílio à alimentação.....	89
Tabela 22 – Análise descritiva dos dados – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG.....	90
Tabela 23 – Teste de diferença de média através da ANOVA – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG.....	91
Tabela 24 – Teste de robustez de igualdade de média de <i>Brown-Forsythe</i> (quando as variâncias não são iguais) – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG.....	92
Tabela 25 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG.....	92
Tabela 26 – Teste de <i>Bonferroni</i> (com ajuste) para verificar a existência de diferença de média – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG ...	93
Tabela 27 - Síntese de Resultados dos testes de hipóteses de diferenças de Médias.....	94
Tabela 28 – Cargas não padronizadas e somatório das cargas por construtos oriundos da Análise Fatorial Confirmatória.....	116

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1 Objetivos .....	21
1.2 Justificativa.....	21
1.3 Estrutura da Dissertação .....	23
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>25</b>
2.1 Assistência Estudantil .....	25
2.1.1 Trajetória Nacional de Regulamentação da Assistência Estudantil.....	25
2.1.2 Assistência Estudantil no CEFET-MG .....	30
2.2 Avaliação e desempenho.....	37
2.3 Modelos de avaliação de desempenho .....	44
<b>3 METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>50</b>
3.1 Tipo de pesquisa quanto à abordagem e quanto aos fins.....	50
3.2 Tipo de pesquisa quanto aos meios.....	51
3.3 Universo e Amostra.....	51
3.4 Técnicas de coletas de dados.....	52
3.5 Técnicas de análise de dados .....	53
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>54</b>
4.1 Perfil sócio-demográfico e escolar.....	54
4.2 Participação em Programas de Permanência no CEFET-MG .....	61
4.3 Avaliação do Desempenho das Políticas de Assistência Estudantil: alguns comparativos.....	65
4.3.1 Análise exploratória dos dados .....	68
4.3.1.1 Análise descritiva dos dados .....	68
4.3.1.2 Análise dos dados ausentes .....	73
4.3.2 Construção das variáveis que serão usadas nos testes de diferença de média.....	75
4.3.3 Avaliação dos pressupostos para utilização de testes t de diferença de média.....	74

<b>4.3.4 Realização dos testes de diferença de média.....</b>	<b>81</b>
<b>4.3.4.1 Comparação entre os Campi I e II.....</b>	<b>81</b>
<b>4.3.4.2 Comparação entre o nível de ensino do respondente .....</b>	<b>83</b>
<b>4.3.4.3 Comparação entre quem já participou de bolsa (Permanência ou Complementação Educacional) e quem nunca participou .....</b>	<b>85</b>
<b>4.3.4.4 Comparação entre quem já participou de algum tipo de benefício do Programa de Alimentação Escolar e quem nunca participou .....</b>	<b>87</b>
<b>4.3.4.5 Comparação entre as categorias referentes ao tempo em que estuda no CEFET-MG .....</b>	<b>90</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE A Questionário de Avaliação da Assistência Estudantil no CEFET-MG.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO A Política de Assistência Estudantil no CEFET-MG.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO B Tabela de Cargas não padronizadas e somatório das cargas por construtos oriundos da Análise Fatorial Confirmatória.....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) atua no nível de ensino médio/técnico da educação profissional e no nível de ensino superior no âmbito da educação tecnológica e no nível de graduação e pós-graduação. São dez *campi*, os *Campi* I, II e VI em Belo Horizonte; *Campus* III – Leopoldina; *Campus* IV – Araxá; *Campus* V – Divinópolis; *Campus* VII – Timóteo; *Campus* VIII – Varginha; *Campus* IX – Nepomuceno; *Campus* X – Curvelo e está em processo de expansão com a conclusão do projeto para a implantação da unidade no município de Contagem (CEFET-MG, 2009).

A Instituição conta com 10.579 estudantes matriculados<sup>1</sup>, considerando todos os *campi*. As unidades de estudo do presente projeto referem-se aos *campi* I e II, elas têm estudantes dos níveis do ensino médio/técnico e superior (graduação e pós-graduação), sendo os sujeitos da pesquisa os estudantes dos níveis de ensino médio/técnico e graduação. No *campus* I, são 3.572 matriculados nos cursos do ensino médio/técnico, sendo: Estradas, Eletrônica, Eletromecânica, Eletrotécnica, Tecnologia Ambiental, Turismo e Lazer, Equipamentos Biomédicos, Mecânica, Mecatrônica, Química, Transporte e Trânsito e nos cursos de graduação: Engenharia de Materiais, Engenharia Ambiental e Química Tecnológica, com início do curso de Letras em 2.011. No *campus* II, são 2.510 estudantes matriculados nos cursos de ensino médio/profissional, sendo: Edificações, Informática, Rede de Computadores e nos cursos de graduação: Administração, Engenharia Industrial Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção Civil.

O modelo de gestão atual da instituição caracteriza-se como gestão por princípios e objetivos, materializado em metas e programas definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2005 a 2010. Nessa gestão, insere-se a política de atendimento aos discentes, em que se destacam os programas à

---

<sup>1</sup> Relatório de Gestão 2010. Disponível em:  
< [http://www.cefetmg.br/galerias/arquivos\\_download/alunos/REL\\_GEST\\_2010\\_CEFET-MGv2.pdf](http://www.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/alunos/REL_GEST_2010_CEFET-MGv2.pdf)>  
Acesso em: 07 maio 2010.

permanência e ao acesso, desenvolvidos pela Seção de Assistência ao Estudante (SAE) de cada unidade de ensino gerida pela Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil (CGDE). Com a aprovação da Política de Assuntos Estudantis, em 13 de dezembro de 2004, pela resolução do Conselho Diretor Nº. 083, regulamentou-se o atendimento aos discentes no CEFET-MG (SILVA *et al.* 2006).

A Política de Assuntos Estudantis é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes no CEFET-MG (ANEXO A). Suas ações abrangem os níveis de ensino médio/técnico e graduação, compondo ações, programas e projetos. Citam-se os eixos que norteiam essa Política:

- I. Democratização do acesso de estudantes de baixa renda, de portadores de necessidades especiais e de segmentos sociais excluídos da escola pública e gratuita através de medidas e programas que estimulem e garantam esse acesso;
- II. Permanência do estudante na escola e a conclusão de sua formação com qualidade por meio de apoio socioeconômico, psicossocial e educacional;
- III. Melhoria da qualidade do ensino, por meio de programas socioeducativos e de assessoramentos a professores, dirigentes, órgãos colegiados, educandos, que contribuam para a formação integral dos estudantes;
- IV. Democratização da educação e dos programas sociais, fomentando a participação da comunidade escolar nas proposições, execuções e avaliações, com transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento;
- V. Conhecimento da realidade da Escola e de seu público, através de estudos e pesquisas, a fim de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas políticas da Instituição (SILVA *et al.* 2006, p. 44-45).

A partir desses eixos, são desenvolvidas ações socioeducativas e de permanência para manter o estudante na escola. Os programas de permanência referem-se a Programa de Bolsa Emergencial, Programa de Bolsa Permanência, Programa de Alimentação e Programa de Complementação Educacional. O Programa socioeducativo refere-se a Debates sobre o trabalho, Orientação afetivo-sexual, Prevenção ao uso/abuso de álcool e outras drogas, outros temas de interesse dos estudantes (CEFET-MG, 2004).

A questão de avaliação da assistência estudantil dessas ações perpassa uma discussão no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários

e Estudantis (FONAPRACE), órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), sobre a necessidade de acompanhar e avaliar a assistência praticada na perspectiva de qualificar as ações. O CEFET-MG tem uma representação nesse Fórum e coaduna com essa perspectiva de avaliação das ações praticadas na instituição.

Segundo Ala-Harja e Helgason (2000, p. 5) “a avaliação de programas é um mecanismo de melhoria do processo de tomada de decisões”, bem como uma análise dos aspectos importantes buscando fornecer resultados confiáveis. Costa e Castanhar (2003) retratam que historicamente o gerenciamento do setor público esteve mais voltado para o processo de formulação de programas do que para a sua implementação e avaliação. Os autores ainda descrevem que há evidências de que o interesse pelo processo de avaliação de programas públicos está aumentando. Cunha (2006) complementa como sendo uma forma que permite o conhecimento de alguma maneira dos resultados, para utilização na melhoria da concepção ou implementação de um programa, para fundamentar decisões e prestar contas sobre as ações desenvolvidas.

Nas últimas décadas, a avaliação de políticas e programas governamentais apresenta relevância para as funções de planejamento e gestão das instituições, sendo um instrumento para a administração pública no processo de modernização da gestão governamental. Demonstra-se a efetividade das ações, constituindo-se um julgamento sobre o valor das intervenções por parte dos avaliadores internos e externos, bem como dos usuários ou beneficiários (CUNHA, 2006). Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p. 9) coadunam com esta autora, descrevendo a relevância da avaliação de políticas públicas quando esta “pode oferecer informações não apenas sobre impacto, mas sobre resultados ou consequências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas”, devendo, no entanto, abranger o processo de formulação e implementação das ações e os seus resultados e servir como um instrumento de tomada de decisão para reformulações ou aperfeiçoamentos das ações desenvolvidas.

Portanto, nessa perspectiva, pretende-se responder nesta pesquisa a seguinte questão: como se apresenta a execução da Política de Assistência Estudantil nos *campi* I e II do CEFET-MG?

## 1.1 Objetivos

Para responder ao problema de pesquisa, são traçados os seguintes objetivos. O objetivo geral consiste em analisar a percepção dos estudantes quanto à execução da Política de Assistência Estudantil nos *campi* I e II do CEFET-MG. E, especificamente, pretende-se:

- a) Descrever a Política de Assistência Estudantil adotada;
- b) Analisar frente ao modelo de referência a percepção dos estudantes quanto à execução da Política de Assistência Estudantil;
- c) Comparar os resultados obtidos na coleta de dados dos *campi* I e II quanto às possíveis diferenças de execução da Política de Assistência Estudantil.

## 1.2 Justificativa

A pesquisa justifica-se pela lacuna de estudos específicos de avaliação de programas sociais detectados na literatura. Pesquisou-se, em dezembro de 2010, em alguns bancos de dados, as palavras-chave: *assistência estudantil*, *avaliação assistência estudantil* e *desempenho assistência estudantil*. No banco de eventos e publicações de todos os anos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), foi encontrado somente um trabalho apresentado no Encontro Nacional de Administração Pública e Governança/2010 (EnAPG) dos autores Oliveira e Dias. Foram pesquisadas também as palavras: *desempenho organizacional* - esta com 39 apresentações, porém todas do setor privado e algumas especificamente sobre gestão de pessoas -, *desempenho organizacional público* e *desempenho organizacional da esfera pública*, sendo que, sobre essas últimas, não se encontrou nenhuma apresentação ou artigo publicado.

Em seguida, buscou-se no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a palavra-chave *assistência estudantil*. Encontrou-se 20 dissertações de mestrado acadêmico com as seguintes



características: (03) da área de administração, (06) da Educação, (01) da História, (01) de Política Social, (07) de Serviço Social, (01) de Ciências Médicas e (01) de Psicologia Clínica e Cultura além de uma de mestrado profissionalizante na área de Políticas Públicas. Filtrou-se a pesquisa com as palavras *avaliação e desempenho da assistência estudantil*. Reduziu-se para 10 dissertações (02) da administração (05) da educação, (02) Serviço Social e (01) das Ciências Médicas. Porém nenhuma delas trata especificamente de desempenho da assistência estudantil. E, por fim, no banco de dissertações e teses da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação João Pinheiro (FJP) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - detectaram-se três dissertações de mestrado, (02) na área da Educação da UFMG e (1) na área de Administração pública da FJP; porém nenhuma delas tem o foco na avaliação do desempenho da assistência estudantil. Confirma-se, diante do exposto, que as publicações sobre desempenho da avaliação de assistência estudantil são exíguas.

Nascimento *et al.* (2010) apresentam, em seus estudos sobre produção acadêmica na esfera organizacional, que a avaliação de desempenho organizacional na esfera privada é objeto de estudo da grande maioria (72%) dos artigos presentes na amostra e apenas 28% correspondem aos estudos na esfera pública. Os autores ressaltam que o processo de avaliação fundamenta-se nos objetivos e metas da instituição, estando correlacionado às fases de planejamento e execução das ações refletindo no exercício do controle dessas atividades.

Silva e Costa (2000, p. 3) expõem a demanda de aperfeiçoamento de avaliações, uma vez que o “processo de implementação de programas e projetos tem apresentado como características centrais: um gerenciamento difuso, uma descontinuidade e a implementação à margem ou em paralelo à estrutura da burocracia formal”.

Esta pesquisa traz a discussão da questão de avaliação de políticas/programas sociais de instituições públicas avançando na pesquisa teórico-empírica, bem como procura instigar a produção científica acerca das instituições que desenvolvem a assistência estudantil fundamentada no Plano Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES), uma vez que estão previstas avaliações sistemáticas dos programas e ações desenvolvidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Sob o aspecto institucional, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de refletir sobre as ações e programas da assistência estudantil e ainda fomentar a necessidade de avaliações sistemáticas dessa política.

### **1.3 Estrutura da dissertação**

A dissertação está dividida em cinco capítulos, o primeiro, a introdução, até aqui retratado, em seguida, o referencial teórico no qual se descreve a regulamentação da assistência estudantil no Brasil e a trajetória da assistência estudantil do CEFET-MG; o processo de avaliação e desempenho e alguns modelos encontrados na literatura. O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos. No quarto capítulo, faz-se a apresentação e análise dos resultados e, no quinto capítulo, as considerações finais. Na sequência, são apresentadas as referências; o anexo da Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG e a tabela de referência; o apêndice com o modelo do questionário aplicado aos estudantes e anexos.

A FIG. 1 ajuda a compreender a dissertação, pois apresenta sua estrutura por capítulos e títulos.

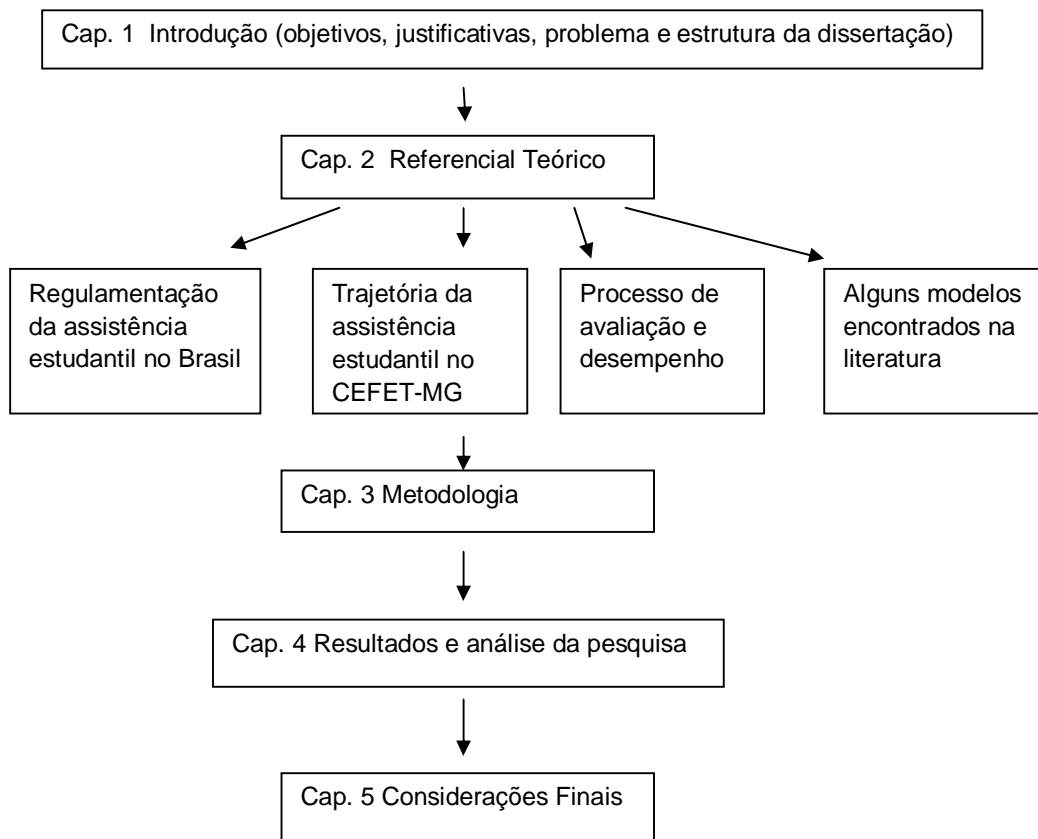


Figura 1 – Estrutura da dissertação  
Fonte: Elaborada pela autora

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica apresenta, na primeira seção, a trajetória da assistência estudantil tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito do CEFET-MG. Na segunda seção, são apresentados o conceito de avaliação e indicadores e o processo como deve ser o desenho da avaliação<sup>2</sup>, bem como alguns dos modelos de avaliação de desempenho. Esses fundamentos irão consolidar a pesquisa a ser realizada.

### 2.1 Assistência Estudantil

Nesta seção, apresenta-se a trajetória nacional de regulamentação da Assistência Estudantil no Brasil e, em seguida, a assistência estudantil no CEFET-MG especificamente nos *campi* I e II, unidades de análise deste estudo.

#### 2.1.1 Trajetória Nacional de Regulamentação da Assistência Estudantil

A descrição de uma trajetória histórica está inter-relacionada com as questões cultural, econômica, social e política de um país, portanto, por ser uma realidade complexa, dinâmica e multifacetada, é difícil apreendê-la em sua totalidade.

A história da educação profissional, científica e tecnológica iniciou-se em 1909 com a criação de escolas de Aprendizes e Artífices, no governo de Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro. Foram instituídas as primeiras escolas oficiais de ensino profissional e “instaurou-se como um ensino destinado às camadas subalternas distinguindo-se em forma e conteúdo do direcionado às elites” (SOUSA, 2005, p.37). Essa educação profissional sofreu durante as décadas

---

<sup>2</sup> Desenho da avaliação de um programa compreende: formulação da necessidade concreta de avaliação do programa, definição e justificativa daquilo que se quer avaliar e definição das hipóteses operacionais que se quer utilizar. **Avaliação de Programas Públicos:** Guia metodológico para gestores. 2006.

seguintes reformas e reestruturações relacionadas à questão econômica e política nacional. Na década de 30, “o processo de industrialização começou a se consolidar exigindo uma profissionalização sistemática dos trabalhadores para suprir as necessidades impostas pela indústria emergente (SOUSA, 2005, p.40).

Nessa década, faz-se o primeiro reconhecimento pelo Estado da assistência estudantil por meio da Constituição Brasileira de 1934 do Capítulo II Da Educação e da Cultura no Artigo 157 que descreve:

A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (BRASIL, 1934).

Da mesma maneira, é a primeira referência sobre o Plano Nacional de Educação, mas sem, contudo, vir acompanhado de um amplo debate sobre as necessidades educacionais do país, mas que levou a contribuição para inclusão de um artigo nessa Constituição, que assim expressa no Artigo 150 de competência da União: “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (RONSONI; SARTURE, 2010).

Na promulgação da Constituição de 1937, tratou-se, pela primeira vez, do ensino técnico, profissional e industrial. Consagra-se, na carta Magna do país, o ensino profissional, oficializando a “continuidade do dualismo na educação brasileira, ou seja, para a elite, o ensino secundário, não gratuito, propedêutico e, para as “classes menos favorecidas” o ensino técnico, profissional, terminal” (SOUSA, 2005, p.42). Entende-se que a assistência se mantém por meio da caixa escolar, conforme Artigo 130:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Na década de 40, uma série de leis<sup>3</sup> reestrutura o ensino no país constatando sutil alteração na situação anterior das escolas que eram destinadas aos considerados menos favorecidos.

[...] Embora permanecesse no cerne dessas escolas a marca de serem destinadas às camadas desfavorecidas da sociedade, com essa mudança nos critérios de recrutamento, a pobreza deixava de ser critério para o aprendizado formal de uma profissão, uma vez que as escolas de artífices, de cunho puramente assistencialista, que selecionavam seus alunos em virtude de origens sócio-culturais, transformam-se em escolas industriais e passam a compor seu quadro discente a partir de exames e de testes de aptidão física e mental (SOUSA, 2005, p. 44).

A transformação em Escolas Técnicas Federais pelo Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, trouxe no seu bojo a admissão nestas escolas por meio de exame de admissão.

A assistência estudantil parece ter ampliação dos níveis de ensino na Constituição de 1946 no Título VI Da Família, da Educação e da Cultura: Artigo 172, segundo o qual cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar. Na Constituição de 1967, não houve alteração nos artigos referidos (BRASIL, 1967).

A primeira Lei, Nº 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi publicada em 20 de dezembro de 1961 após 30 anos previstos na Constituição de 1934. O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a sua promulgação. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional. Foi promulgada pela primeira vez a educação como direito, no Artigo 2º “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola”. E um Título específico da Assistência Social Escolar apresentando os artigos:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através

---

<sup>3</sup> Leis Orgânicas da Educação Nacional: Ensino industrial (1942), ensino secundário (1942), ensino comercial (1943), ensino primário (1946), ensino normal (1946) e ensino agrícola (1946) (OIVEIRA, 2010, p. 65).

de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

Segundo Sousa (2005, p. 47), a LDB “não provocou mudanças profundas na organização do ensino técnico, apenas consolidou as alterações sugeridas ou previstas pelas leis anteriores”, ou seja, o nível de ensino técnico industrial reconhecido pela estrutura da fábrica reproduzindo o sistema do capital e valorizou-se o ensino do ramo propedêutico na estrutura social.

Ainda segundo a autora, no ano de 1971, a promulgação da LDB, Lei nº 5.692 de 11 de agosto, trouxe mudanças significativas na educação como a obrigatoriedade escolar de 8 anos e a supressão do exame de admissão. Isso estava relacionado ao período de expansão econômica que o país passava com desenvolvimento industrial acentuado. A LDB/71 dispõe sobre a Assistência Estudantil no Capítulo VI Do Financiamento em seu Artigo 62:

Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino. § 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar. § 2º O Poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas sócio-educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incumbir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo (BRASIL, 1971).

Ainda em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência (BRASIL, 2010). Também se implantou os Cursos de Formação de Tecnólogos, denominados depois Cursos Superiores de Tecnologia, com uma elevada carga horária de disciplinas práticas, uma vez que eram voltados para habilitar profissionais técnicos de nível superior (SOUSA, 2005)



Neste ínterim, é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação alterada pela Emenda Constitucional Nº 59 de 2009, no Artigo 208, inciso VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. E no Artigo 212 § 4º, o financiamento será com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários (BRASIL, 2009b).

O direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na Escola tem sido garantido nos aportes legais na Constituição Federativa do Brasil (1988) que consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola no artigo 206, inciso I (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº. 9.394/1996, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: Artigo 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]. A LDB determina ainda que "a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Art. 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI), direito que deve garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, contribuindo em sua formação para exercer a cidadania (BRASIL, 1996).

Para efetivação dos direitos do estudante, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, aprovado em cinco de abril de 2001, apresenta como um de seus objetivos “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”. E para avaliar esse processo de permanência, prevê a “necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços” (FONAPRACE, 2001, p. 8).

Em 19 de julho de 2010, o governo federal publica o Decreto Nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Apresentam-se como objetivos no Artigo 2º:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
  - II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
  - III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
  - IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
- (BRASIL, 2010)

A publicação desse Decreto é considerada pelos Pró-reitores e equipe que trabalha na assistência estudantil uma conquista de anos em transformar uma Política de Governo em uma Política de Estado (FONAPRACE, 2010).

Na próxima seção, apresenta-se a trajetória da assistência estudantil no CEFET-MG especificamente nos *campi* I e II, a qual se fundamentou nas diretrizes da Política Nacional de Assistência ao Estudante para a permanência e inclusão social na educação.

### **2.1.2 Assistência Estudantil no CEFET-MG**

A história da assistência estudantil no CEFET-MG foi descrita por meio de levantamento de informações nos arquivos físicos e eletrônicos da Seção de Assistência ao Estudante *campus* I e com informações de profissionais que vivenciaram alguns desses fatos. Pretende-se apenas deixar registrado o processo de implementação da Assistência Estudantil na instituição.

A Assistência ao Estudante no CEFET-MG até o ano de 1984 era realizada por ações isoladas desenvolvidas por orientadores educacionais, professores, assistentes sociais e outros profissionais, e sofreu mudanças conforme a complexidade de cada momento histórico do país e da legislação sobre a educação e especificamente sobre a assistência estudantil apresentada na seção anterior.

No ano de 1972 foi implantado no CEFET-MG, sob a responsabilidade do Departamento Pessoal, o programa social para estudantes do ensino médio, o Programa Bolsa Trabalho. Instituído em caráter nacional pelo Decreto Nº 69927/ 72, sua finalidade foi proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em entidades públicas ou particulares, a fim de que pudessem incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades. Em 1974 a gestão do programa Bolsa de Trabalho passa para a Seção de Assistência ao Estudante, com profissionais do serviço social e técnico em assuntos educacionais.

A SAE (Seção de Assistência ao Estudante), criada oficialmente em 1984 por meio do Regimento Geral do CEFET-MG, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), passa a integrar o Departamento de Apoio às Atividades de Ensino sendo uma das seções da Divisão de Apoio ao Ensino (DAE) conjuntamente com a Seção de Supervisão Pedagógica; a Seção de Orientação Educacional e a Seção de Atividade Cultural e Cívica. Além disso, neste ano, também ocorreu a implantação do Programa Banco do Livro e Materiais didáticos.

Em 1984, o Programa Merenda Escolar, existente desde 1980, passa a ser administrado pela SAE/*campus* I financiado por: CEFET-MG, Caixa Escolar, estudantes, Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE). Sofreu alterações do financiamento nos anos seguintes com a extinção da caixa escolar, da FAE e fim da remessa de gêneros alimentícios pelo PEAE. Neste ínterim, também a administração ficou com a caixa escolar e a SAE responsável pela seleção dos estudantes a serem beneficiados e com atendimento limitado a estudantes de baixa condição socioeconômica. A SAE retoma sua administração em 2004.

Em 1989, são implementados os Programas de Bolsas de Manutenção (posteriormente passando a ser a Bolsa de Permanência) e Auxílio emergencial (depois denominado Bolsa emergencial) com recursos da Caixa Escolar. O provimento de recursos para esses programas após a extinção da caixa escolar, em 2006, é assumido integralmente pelo CEFET-MG.

Na década de 90, a SAE permanece ligada à Diretoria de Ensino – Departamento de Apoio às Atividades de Ensino (DAAE) - e, com a equipe ampliada, foi possível a manutenção e a implantação de novas ações. Para tanto, foram elaborados planos de trabalhos anuais os quais descrevem as atividades desenvolvidas nessa década: Acompanhamento do Rendimento Escolar dos alunos atendidos nos programas de assistência; Assessoria aos diversos setores da instituição; Atendimento Psicológico a estudantes do ensino médio profissional; Bolsa de Saúde; Seleção e Assessoramento para o Curso Pró-Técnico-Escolar; Extensão das atividades à comunidade do entorno do CEFET-MG; Informatização da Seção; Iniciação do aluno ao trabalho – Bolsa Trabalho; Isenção de taxas de manutenção da Caixa Escolar; Projeto Mural Informativo – ensino médio profissional; Orientação habitacional; Orientação profissional ao aluno concluinte do ensino médio profissional; Orientação Psicossocial; Participação na Diretoria e no Conselho Administrativo da Caixa; Participação no Projeto CRE-SER, Escutando, Refletindo e Orientando sobre a Sexualidade (EROS) – ensino médio/técnico. Programa de Alimentação Escolar - Seleção e Assessoramento; Programa de Bolsa de Estudo ensino médio/técnico; Programa de Bolsa de Manutenção – graduação; Programa de Material Escolar/Banco do Livro; Projeto de avaliação da Política Psicossocial do CEFET-MG; Projeto de apoio ao transporte; Projeto de integração do aluno de 3ª série ao seu curso; Projeto Nossa Hora Nossa vez: promoção de atividades culturais; Supervisão de estágio das áreas de serviço social e psicologia; Trabalhos preventivos sobre alcoolismo e DST-AIDS.

Destacou-se, em 1997, o Programa Bolsa de Trabalho que foi reelaborado passando a ter enfoque diferente do previsto no Decreto Nº 69927/ 72. Denominou-se, a partir desta data, Programa Bolsa de Complementação Educacional com o objetivo de conceder apoio financeiro continuado e complementação de aprendizagem mediante desenvolvimento de atividades e/ou projetos afins aos conhecimentos teóricos do curso em que esteja matriculado, com recursos próprios do CEFET-MG.

Neste ano, também foi desenvolvida a primeira pesquisa de caracterização socioeconômica e cultural dos estudantes do 2º e 3º graus, na época, a atividade foi orientada pelo FONAPRACE.

Em 1999, foi criada a SAE - *campus* II – que, desenvolvendo os trabalhos junto à SAE – *campus* I –, compunha uma só equipe, com as mesmas diretrizes, ações, orçamento e chefia, considerando incontestavelmente as especificidades do nível de ensino de graduação, bem como as características da realidade do *campus* II.

Nos anos 2000, houve alteração importante no quadro de servidores da SAE, ficando uma equipe reduzida e, portanto, as ações desenvolvidas prejudicadas. Principalmente as ações sócio-educativas, de Prevenção e Pesquisa que foram suspensas até a recomposição adequada de profissionais para executá-las. Permaneceram então, na segunda metade dessa década, os programas do eixo permanência (Bolsa de Complementação Educacional, Bolsa Permanência, Bolsa Emergencial, Bolsa Alimentação, Material Didático e Alimentação Escolar/restaurante).

Iniciou-se em 2001 a discussão e estudo para a universalização do atendimento no Programa de Alimentação Escolar na assessoria à caixa escolar. Ainda neste ano, a SAE executava a análise socioeconômica para isenção de taxa de vestibular para a Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE). E a partir do mês de maio de 2002, a SAE deixou de executar as análises socioeconômicas das solicitações de isenção dos processos seletivos de todos os cursos oferecidos pelo CEFET-MG, repassando essa atribuição para a COPEVE, devido a discordâncias quanto à política de atendimento aos candidatos ao vestibular.

Também em 2001, realiza-se a segunda Pesquisa Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da Graduação. A referida pesquisa constituiu, como a 1ª pesquisa, uma proposta de trabalho do FONAPRACE e objetivou conhecer - em âmbito nacional, regional e local - o perfil dos estudantes das IFES, no que se refere aos aspectos de sua vida social, econômica e cultural. A partir de seus resultados, pretende-se levantar indicadores capazes de fundamentar políticas sociais existentes, dimensionar a assistência estudantil necessária e, em especial, subsidiar a proposta de criação de um Plano Nacional de Assistência Estudantil e as ações das IFES, com vistas à qualificação dos serviços oferecidos.

As ações da Política de Assuntos Estudantis foram desenvolvidas nos *campi* I e II pelos profissionais da SAE até 2007, quando se implementou a SAE no *campus* II com uma assistente social e um assistente administrativo, mas o trabalho desenvolvido continuou em conjunto com a SAE *campus* I.

A partir de 2009, por deliberação da diretoria geral do CEFET-MG, os *campi* I e II em Belo Horizonte passaram por reestruturações pedagógicas e administrativas. Dentre essas reestruturações, destaca-se que a diretoria de cada *campus* assumirá os cursos que são ministrados em sua unidade, independente do nível de ensino aos quais os mesmos se vinculem. Ficando, portanto, com o atendimento aos estudantes dos cursos do ensino médio/técnico: Estradas, Eletrônica, Eletromecânica, Eletrotécnica, Tecnologia Ambiental, Turismo e Lazer, Equipamentos Biomédicos, Mecânica, Mecatrônica, Química, Transporte e Trânsito e com os cursos de graduação: Engenharia de Materiais, Engenharia Ambiental e Química Tecnológica, com início do curso de Letras em 2011. A SAE do *campus* II ficou com os estudantes dos cursos de ensino médio/técnico: Edificações, Informática, Rede de Computadores e com os cursos de graduação: Administração, Engenharia Industrial Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia da Computação e Engenharia de Produção Civil.

A SAE no *campus* II passa a ter uma previsão orçamentária específica, a composição da equipe, ampliada, e institui-se a Chefia da Seção e a coordenação local dos Programas por ela desenvolvidos, incluída a administração do Programa de Alimentação Escolar e o gerenciamento do restaurante do *campus* e sua equipe.

É importante ressaltar que, a despeito das mudanças administrativas a serem implantadas nos *campi* I e II, as atribuições e objetivos da SAE se mantêm inalterados, pautados, sobretudo, no princípio do direito do estudante à permanência na Escola e sua formação integral, com vistas à conclusão de curso, em consonância com o que determina a Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG.

No período de 2000 a 2010, registraram-se importantes conquistas históricas, dos estudantes e dos profissionais da área de Assistência Estudantil, primeiro em 2004, com a publicação da Resolução do Conselho Diretor 083/04 que aprovou o

Regulamento da Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG; no ano seguinte, com a reestruturação do programa de material didático para ser absorvida a sua execução pela Biblioteca sendo transferido definitivamente em 2006; neste ano, a Diretoria do CEFET-MG suspendeu a cobrança da contribuição dos estudantes ao Fundo de Assistência Estudantil (Caixa escolar), assumindo integralmente o financiamento da Política de Assuntos Estudantis. Tal decisão atende a uma reivindicação histórica dos estudantes e dos profissionais da área de Assistência Estudantil. Assim, o ano de 2006 apresenta avanços significativos no que se refere, sobretudo, ao aumento do investimento nos programas de permanência, desenvolvidos nos *campi* I e II, superior ao previsto na Política de Assistência Estudantil. Além disso, os programas de permanência e socioeducativos desenvolvidos contribuíram significativamente para a redução da evasão e da retenção dos estudantes atendidos, bem como para a melhoria da qualidade do ensino; em 2009, houve a inauguração do restaurante no *campus* II com universalização de atendimento a estudantes e servidores; e, em 2010, com as novas instalações do restaurante no *campus* I, o Programa de Alimentação Estudantil promove a universalização do atendimento aos estudantes e servidores, ambos com informatização de um programa específico para o restaurante escolar. Programa este com a proposta de ser um *software* público desenvolvido pelo Departamento de Recursos de Informática do CEFET-MG. No final do segundo semestre de 2010, realizou-se a 3ª pesquisa orientada pelo FONAPRACE com o objetivo de atualizar o perfil socioeconômico cultural dos estudantes das IFES.

Apresenta-se no QUADRO 1 a síntese da trajetória da Assistência ao Estudante no CEFET-MG (*campi* I e II).

<b>Década / Ano</b>	<b>Ações /Atividades</b>
<b>1973</b>	Início do atendimento profissional aos estudantes em programas sociais. Instituído o Programa Bolsa Trabalho.
<b>1983</b>	Regulamentação da Caixa Escolar – arrecadação da contribuição dos estudantes para financiamento de parte dos programas de assistência.

Quadro 1: Síntese da trajetória da Assistência Estudantil no CEFET-MG -*Campi* I e II (Cont.)

Fonte: Dados da pesquisa

<b>Década / Ano</b>	<b>Ações /Atividades</b>
<b>1984</b>	Criação da Seção de Assistência ao Estudante ligada ao Departamento de Apoio às Atividades de Ensino. Implantação do Banco de livros e Materiais didáticos, financiados pela União. Programa Merenda Escolar por: CEFET-MG, Caixa Escolar, estudantes, Fundação de Assistência ao Estudante e Programa Estadual de Alimentação Escolar.
<b>1989</b>	– Implementação dos Programas de Manutenção e Auxílio Emergencial financiados pela caixa escolar.
<b>Década de 90</b>	Ampliação da equipe de assistência estudantil com a manutenção e a implantação de ações socioeducativas. Ocorreu investimento decrescente do governo federal em programas de assistência estudantil, chegando à manutenção exclusiva dos mesmos com recursos advindos dos próprios estudantes. Administração e parte da execução transferidas para a Caixa Escolar. Criação de Unidades de Ensino no interior do Estado; administração centralizada em BH – <i>campus I</i> e execução local, com quadro de pessoal instável e precário.
	<b>1997</b> - o Programa Bolsa de Trabalho que foi reelaborado passando a ter enfoque diferente ao previsto no Decreto Nº 69927/ 72. Passou a ser denominado Programa Bolsa de Complementação Educacional. Realizada a 1ª pesquisa de caracterização socioeconômica e cultural dos estudantes do 2º e 3º graus, orientada pelo FONAPRACE.
	<b>1999</b> – Criação da SAE – <i>campus II</i> –, desenvolvendo os trabalhos junto à SAE – <i>campus I</i> –, compondo uma só equipe.
<b>Década de 2000</b>	Equipe reduzida e redução das atividades da SAE, principalmente as ações socioeducativas. Permaneceram os programas do eixo de permanência.
	<b>2001</b> - Realizada a 2ª pesquisa de caracterização socioeconômica e cultural dos estudantes de graduação, orientada pelo FONAPRACE.
	<b>2004</b> - Extinção da Caixa Escolar. Aprovação da Política de Assuntos Estudantis, pela Resolução CD 083/04. Criação da Coordenadoria de Assuntos Estudantis, subordinada à Diretoria Geral. Financiamento dos programas de assistência estudantil com recursos do orçamento do CEFET-MG, mantida a contribuição dos estudantes.
	<b>2005</b> : Perspectiva de ampliação gradativa dos investimentos e do atendimento aos estudantes nos Programas que compõem a assistência estudantil. Início da construção do novo restaurante no <i>campus I</i> .
	<b>2006</b> : Extinção da contribuição dos estudantes com financiamento integral da assistência estudantil pelo CEFET-MG. Início da recomposição de equipes nos <i>campi</i> de Leopoldina e Divinópolis e demais <i>campi</i> . Transferência do programa de material didático para a biblioteca.
	<b>2007</b> – Implementação da SAE <i>campus II</i> .
	<b>2009</b> – Inauguração do restaurante no <i>campus II</i> , com universalização do atendimento aos estudantes, estendido a servidores; reestruturação das ações entre os <i>campi I</i> e <i>II</i> .
	<b>2010</b> – Inauguração do novo restaurante do <i>campus I</i> com universalização do atendimento aos estudantes, estendido a servidores; realizada a 3ª pesquisa de caracterização socioeconômica e cultural dos estudantes de graduação, orientada pelo FONAPRACE.

Quadro 1 : Síntese da trajetória da Assistência Estudantil no CEFET-MG -*Campi I* e *II* (Fim)

Fonte: Dados da pesquisa

Após a descrição da assistência estudantil no CEFET-MG, cumpriu-se um dos objetivos da presente pesquisa. Em seguida, faz-se necessário definir avaliação e



desempenho para fundamentar a análise dos resultados coletados nos *campi* I e II para alcance dos demais objetivos.

## 2.2 Avaliação e Desempenho

O termo avaliação é utilizado com conotações diferenciadas, portanto, o primeiro passo será a sua conceituação para uma escolha adequada à identificação de parâmetros para avaliar a execução da Política de Assuntos Estudantis. Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 17-18) constataram que é um termo elástico e pode ser utilizado a uma gama variada de atividades humanas:

[...] Se considerarmos uma acepção ampla, deparamos com definições como a da Real Academia Espanhola: avaliar “assinalar o valor de uma coisa”. E se tomamos a definição genérica de um dos principais autores em matéria de pesquisa avaliativa – Scriven<sup>4</sup> – verificamos que para ele avaliar é um “processo pelo qual estimamos o mérito ou o valor de algo”. Assim, pois – e sempre como uma primeira aproximação - podemos dizer que avaliar é uma forma de estimar, apreciar, calcular. Em sentido *lato*, a palavra se refere ao termo valor e supõe um juízo sobre algo. Em outras palavras, a avaliação é um processo que consiste em emitir um juízo de valor. Trata-se, pois, de um juízo que envolve uma avaliação ou estimação de “algo” (objeto, situação ou processo), de acordo com determinados critérios de valor com que se emite o juízo.

Esses autores destacam a seguinte definição:

A avaliação é o processo que se destina a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia, e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizacional para melhorar as atividades que estão em andamento e auxiliar a administração, no planejamento, programação e decisões futuras. (ONU (1984)<sup>5</sup> citado por AGUILAR; ANDER-EGG, 1994 p. 30)

Outra importante contribuição é apresentada por Weiss (1978)<sup>6</sup> citado por Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 31):

---

<sup>4</sup> Scriven M. *The Methodology of Evaluation. In: Perspectives on Curriculum Evaluation.* Chicago, Rand McNally, 1967.

<sup>5</sup> ONU, Grupo do CAC, Seguimiento y evaluación. Pautas básicas para El desarrollo rural. Roma, FAO. 1984.

<sup>6</sup> WEISS, C.H. Investigación evaluativa. México, Trillas. 1978.

A pesquisa em avaliação é uma empresa racional que examina os efeitos das políticas (*policies*) e dos programas de suas populações – objetos (*targets*) (indivíduos, grupos, instituições, comunidades) em termos dos fins que pretendem alcançar. Por métodos objetivos e sistemáticos, a avaliação mede a extensão na qual os referidos fins são alcançados e observa os fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados. Supõe-se que apresentando “fatos”, a avaliação auxilia a tomada de decisões para a escolha inteligente entre cursos de ação. Os dados precisos e não torcidos sobre as consequências dos programas melhorarão esta tomada de decisões.

A definição de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é:

Uma estimativa das características e efeitos de uma política ou de um programa ou projeto, concluído ou em fase de execução, da sua concepção, implementação e resultados. Ela visa determinar a relevância e realização dos seus objetivos e sua eficiência, eficácia, impactos e sustentabilidade do ponto de vista do desenvolvimento (SILVA; COSTA, 2000 p. 1).

Franco (1971)<sup>7</sup>, citado por Cohen e Franco (2008, p. 73), descreve que “avaliar é fixar o valor de uma coisa; para ser feita se requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão determinado”. Esse autor considera também que:

Alternativamente, a avaliação foi definida como aquele ramo da ciência que se ocupa da análise da eficiência (MUSTO, 1975)<sup>8</sup>. Foi afirmado que o objeto da pesquisa avaliativa é comparar os efeitos de um programa com as metas que se propôs alcançar a fim de contribuir para a tomada de decisões subsequentes acerca do mesmo e para assim melhorar a programação futura (WEISS, 1982 p. 16)<sup>9</sup> ou que a avaliação “mede até que ponto um programa alcança certos objetivos (BANNERS; DOCTORS; GORDON<sup>10</sup> (1975) citado por COHEN; FRANCO, 2008 p.73).

Percebe-se que a avaliação apresenta duas formas: a informal é espontânea e faz parte do cotidiano do sujeito; e a formal, que é realizada por meio de um “processo avaliativo com características distintas e com possibilidades de compreender todas

<sup>7</sup> FRANCO, R. Algunas reflexiones sobre La evaluación Del desarrollo. Santiago, ILPES. 1971.

<sup>8</sup> MUSTO, S. Análisis de eficiencia. Metodología de La evaluación de proyectos sociales de desarrollo. Madrid. Tecnos. 1975.

<sup>9</sup> WEISS, C.H. Investigación evaluative. Métodos para determinar la eficiencia de los programas de acción. México, Editorial Trillas. 1982

<sup>10</sup> BANNERS, D.K., DOCTORS, S.I., GORDON, A.C. The Politics of Social Program Evaluation. Ballinger Publishing, Cambridge, Mass. 1975.

as dimensões e implicações da atividade, fatos ou coisas avaliadas” (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2007, p. 15).

A avaliação deve ser concebida como uma atividade integrada ao processo de planejamento da política social “gerando uma retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficácia e eficiência”. Os resultados obtidos proporcionam a reorientação ou retificação das ações (COHEN; FRANCO 2008, p. 73).

Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p. 64) conceituam eficácia como o “resultado de um processo, entretanto contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução dos objetivos e metas, em um tempo determinado”. O conceito de eficácia, segundo Alves (2007, p. 45), “é uma medida que procura traduzir até que ponto os resultados, metas e objetivos foram alcançados”. Segundo Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p. 61-62), eficiência responde a questionamentos e indicadores relativos a necessidades que foram atendidas, aos recursos utilizados e à gestão desenvolvida nos programas sociais. Alves (2007, p. 45) coaduna com esses autores quando descreve como eficiência “a menor relação custo/benefício possível para alcançar os objetivos propostos de maneira competente, segundo as normas preestabelecidas, podendo, assim, ser traduzida sob a forma de indicadores de produtividade das ações desenvolvidas”, numa perspectiva de otimização de recursos.

Segundo Costa e Castanhar (2003, p. 973), as políticas públicas, os programas sociais também devem passar por outros critérios de avaliação como a análise da sustentabilidade – que mensura a capacidade dos efeitos positivos da intervenção social após seu término; do custo/efetividade - obtenção de retorno/resultado social com menor custo; da satisfação do beneficiário - avaliação da atitude do usuário com relação à qualidade dos serviços oferecidos e a equidade que “avalia o grau em que os beneficiários de programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário”. Belloni, Magalhães e Sousa (2007) complementam mais alguns critérios como a relevância - importância dos objetivos pretendidos para a administração pública; a adequação - conformidade com a origem dos recursos e sua aplicabilidade; a coerência e compatibilidade - percepção

se as ações desenvolvidas são compatíveis com os pressupostos apresentados; e, finalmente, a descentralização, a parceria e a exequibilidade.

O processo de ampliação da capacidade institucional de avaliação apresentado por Silva e Costa (2000, p. 2) indica:

[...], sobretudo o crescimento da exigência de legitimação dos programas e políticas implementadas pelo Executivo face às demandas por *accountability* (responsabilização) feitas pelos Poderes Legislativo e Judiciário e das pressões intra-governamentais por transparência e maior visibilidade do processo decisório, advindas, principalmente, dos Tribunais de Conta. Além da crescente difusão na administração pública das demandas por qualidade de governo que afetam organizações e programas públicos.

Na área social, a escolha adequada de uma avaliação é complexa devido ao emaranhado de fatores nessas fases (MOTTA, 1992). O processo de avaliação de uma política pública envolve o estabelecimento de critérios e indicadores em todas as etapas de implementação, ou seja, na formulação, implementação e resultados (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2007). E pode ainda “suprir informações críveis e úteis e permitir absorções dos resultados pelo processo decisório e pelos beneficiários das políticas e programas” (SILVA; COSTA, 2000, p. 1).

Para a operacionalização do processo avaliativo, precisa-se de um modelo que contenha padrões e indicadores que tornem possível a adoção de parâmetros de avaliação por meio das dimensões avaliativas apresentadas. Segundo Carvalho (1995)<sup>11</sup>, citado por Müller (2003), um indicador de desempenho deve ser definido de forma clara e objetiva, para medir uma determinada situação real contra um padrão previamente estabelecido e de consenso entre os atores sociais e deve fazer sentido e ser utilizado pelo profissional completamente responsável por ele.

No campo das políticas sociais, a aplicação de indicadores sociais de avaliação são “medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de

---

<sup>11</sup> CARVALHO, L. Indicadores de Desempenho Gerencial. **Apostila (Projeto Gestão Empresarial e Qualidade)** SENAI, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERSGS), 1995. Porto Alegre.

uma demanda de interesse programático”, eles apresentam uma relação direta com o objetivo programático original (JANNUZZI, 2005, p. 138). Cohen e Franco (2008, p. 152-153) coadunam com essa relação quando citam que o indicador é a “unidade que permite medir o alcance de um objetivo específico” e deve-se distingui-los em diretos ou indiretos. Diretos quando dizem respeito a conseguir do “objetivo específico uma relação de implicação lógica” e indiretos, quando construídos a partir de um caráter probabilístico, aumentando a quantidade de indicadores para se obter uma medição mais adequada.

Os indicadores sociais apresentados por Vos (1996) apresentam três categorias: de resultado, de insumo e de acesso. Os indicadores de resultado retratam o nível em que as necessidades básicas estão sendo atendidas. Os indicadores de insumo retratam quais são os recursos disponíveis para a obtenção de um determinado padrão de vida e os indicadores de acesso identificam se a utilização dos recursos disponíveis permite a satisfação das necessidades básicas. Este último é relevante para a análise dos programas sociais, uma vez que é ofertado um determinado programa, mas não assegura o acesso universalizado.

As medidas de desempenho são sinais vitais dentro da organização. Fazendo uma analogia com o corpo humano, os sinais vitais são os indicadores mais importantes, afinal, é importante saber quais são as medidas críticas (os sinais vitais) em uma organização, para não medir uma variedade de coisas sem necessidade (HRONEC, 1994). Portanto, ainda se faz necessário definir padrões de referência que se baseiam em indicadores para o desenho da avaliação.

Os padrões de referência para análise podem ser: absolutos, quando “as metas estabelecidas por um programa são consideradas como padrão a ser alcançado e os desvios devem ser registrados e analisados”; históricos, quando há uma comparação de períodos anteriores com o atual; normativos, quando há uma comparação de programas entre níveis de governo, região ou no exterior; teóricos, quando de acordo com os recursos disponíveis, são estabelecidas as hipóteses de resultados na elaboração dos programas; negociados ou de compromisso quando baseados em acordos prévios entre os atores envolvidos no processo de formulação de programas (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 975).

O termo desempenho apresenta uma abordagem abrangente, sendo um construto peculiar de cada objeto a ser verificado. A mensuração do desempenho deve buscar abranger as diversas abordagens bem como orientar a construção de modelos específicos para a avaliação de um objeto (BRASIL, 2009a). Siluk (2007) complementa descrevendo desempenho como a realização de “ações de maneira certa com eficácia e eficiência”, ou seja,

[...] o desempenho é definido como o resultado obtido de processos e de produtos que permitem avaliá-los e compará-los em relação às metas, aos padrões, aos referenciais pertinentes e a outros processos e produtos. Os resultados, geralmente, expressam satisfação, insatisfação, eficiência e eficácia e podem ser apresentados em termos financeiros ou não (FPNQ, 1999 citado por SILUK, 2007, p. 39)<sup>12</sup>.

Portanto, para mensurar o desempenho de programas sociais, faz-se necessário definir previamente o desenho do programa construindo uma matriz de avaliação por meio da identificação dos objetivos gerais e específicos, de seus indicadores, de outras fontes de dados na perspectiva de medir a cobertura do programa, estabelecer o grau de alcance à população-alvo e acompanhar os processos internos (COSTA; CASTANHAR, 2003). Siluk (2007, p. 40) descreve que o objetivo dos indicadores de desempenho “é permitir identificar se os processos estão sob controle e onde o processo de melhoria é necessário, além de permitir ações sobre as causas geradoras de desempenho futuro”; portanto, a definição dos indicadores de desempenho é a base para realizar a avaliação, relacionada à medição de aspectos tangíveis para poderem ser expressos quantitativamente.

Para avaliar a execução da assistência estudantil no CEFET-MG *campi* I e II, serão tomados como base os indicadores fundamentados nas diretrizes e objetivos propostos pela Política de Assistência Estudantil, definindo o desenho dos programas, projetos e ações a serem avaliados. Os conceitos apresentados integram-se abordando os vários aspectos da avaliação. No QUADRO 1, a seguir, são apresentados sucintamente os conceitos de avaliação e indicador, demonstrando a relevância da complementaridade entre eles. Na próxima seção,

---

<sup>12</sup> FPNQ - Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade. Critérios de Excelência - **O estado da arte da gestão da qualidade total**. FPNQ, São Paulo, 1999.

descrevem-se os modelos de avaliação de desempenho, demonstrando a especificidade de cada um.

Autor	Definição de Avaliação e Indicadores de avaliação
Franco (1971)	Requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão determinado.
Motta (1992)	Na área social, a escolha adequada de uma avaliação é complexa devido ao emaranhado de fatores nas fases de formulação, implementação e resultados.
Aguilar e Ander-Egg (1994)	Processo que se destina a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia, e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizacional para melhorar as atividades que estão em andamento e auxiliar a administração no planejamento, programação e decisões futuras
Hronec, 1994	Saber quais são as medidas críticas (os sinais vitais) em uma organização.
Carvalho, L. (1995)	Um indicador de desempenho deve ser definido de forma clara e objetiva, para medir uma determinada situação real contra um padrão previamente estabelecido e de consenso entre os atores sociais
Vos (1996)	Apresentam três categorias: de resultado; de insumo e de acesso.
Silva e Costa (2000)	Crescimento da exigência de legitimação dos programas e políticas implementados pelo Executivo em face das demandas por accountability (responsabilização). E “deve suprir informações críveis e úteis e permitir absorções dos resultados pelo processo decisório e pelos beneficiários das políticas e programas”
Costa e Castanhar (2003)	Definir previamente o desenho do programa construindo uma matriz de avaliação por meio da identificação dos objetivos gerais e específicos, de seus indicadores, de outras fontes de dados na perspectiva de medir a cobertura do programa, estabelecer o grau de alcance à população alvo e acompanhar os processos internos,
Belloni, Magalhães e Sousa (2007)	É espontânea e formal (“processo avaliativo com características distintas e com possibilidades de compreender todas as dimensões e implicações da atividade, fatos ou coisas avaliadas”) Eficiência responde a questionamentos e indicadores relativos a necessidades que foram atendidas, aos recursos utilizados e gestão desenvolvida nos programas sociais. Eficácia “é uma medida que procura traduzir até que ponto os resultados, metas e objetivos foram alcançados. E o processo de avaliação deve estabelecer critérios e indicadores em suas etapas de formulação, implementação e resultados
Siluk (2007, p.39)	o desempenho é definido como o resultado obtido de processos e de produtos que permitem avaliá-los e compará-los em relação às metas, aos padrões, aos referenciais pertinentes e a outros processos e produtos. Os resultados, geralmente, expressam satisfação, insatisfação, eficiência e eficácia e podem ser apresentados em termos financeiros ou não.
Cohen e Franco (2008)	Processo de planejamento da política social, gerando uma retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficácia e eficiência. Os indicadores são criados a partir da quantificação dos objetivos e podem ser diretos ou indiretos.

Quadro 2: Conceitos de avaliação e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora

## 2.3 Modelos de avaliação de desempenho

O processo de avaliação de desempenho descrito na seção anterior demonstra a concentração de formulação dos indicadores de avaliação de desempenho fundamentados nos objetivos das políticas e programas sociais o que não difere do autor Müller (2003, p.102), em que o “sistema de avaliação de desempenho deve induzir nos processo da empresa seus objetivos e estratégias, constituindo os elos entre os objetivos e a execução prática das atividades nas empresas”. O autor descreve modelos de avaliação de desempenho que são utilizados em empresas do segmento privado, evidenciando características aplicáveis neste segmento com especificidades únicas de cada modelo adequado às necessidades atuais de gestão, apresentado no QUADRO 2. Dutra e Ensslin (2005, p.4) coadunam com o autor ao afirmar que as “abordagens de avaliação de desempenho, atualmente disponíveis, em sua grande maioria, visavam atender necessidades específicas das organizações, em um contexto predominantemente normativista”.

Segundo Müller (2003), são descritos os seguintes modelos:

### ➤ Modelos de ênfase financeira

- EVA – *Economic Value Added*: Há troca da visão contábil pela econômica e quanto mais EVA melhor para o acionista. É uma medida simples e objetiva e com facilidade de disseminação.

- TOC – Teoria das Restrições: Também uma medida simples e com foco financeiro e pragmático. Modelo de medição em dois níveis: medidas financeiras de resultado e medidas operacionais globais

### ➤ Modelo Clássico

- TQM – Gestão da Qualidade Total: modelo que desenvolve uma sistemática para determinar os itens de Verificação (IV) e de Controle (IC), estabelecendo em todos os níveis da organização.



➤ Modelos estruturados

- BSC – *Balanced Scorecard*: “um sistema gerencial capaz de canalizar as energias, habilidades e os conhecimentos de indivíduos dos diversos setores da organização em busca da realização das metas e com perspectivas além da financeira.” (MÜLLER, 2003, p. 129)

- CI – Capital Intelectual: Apresenta uma preocupação com o futuro com ênfase na pessoa: índice de inovação e tecnologias atuais.

- Modelo de Excelência do PNQ- Prêmio Nacional para a Qualidade: Apresenta força da pontuação e premiação com fundamentos na excelência. Os clientes são a razão de ser da organização.

➤ Modelos Específicos

- Quantum : Fundamentado em três pilares: o custo (quantifica o lado econômico da excelência); a Qualidade (excelência do produto ou serviço) e o Tempo (excelência do processo). Visão de processos horizontais.

- Rummler e Brache (1994): Estabelece três níveis de desempenho: Nível da organização, do processo e de trabalho / executor; também uma visão de processos horizontais.

- Sink e Tuttle (1993): Estabelece sete dimensões de desempenho com relacionamento entre elas competitivo; incorporação de perspectivas superiores à financeira.

Os nove modelos descritos sucintamente são apresentados para demonstrar que, mesmo com suas especificidades, há um objetivo comum que é alcançar a melhoria da empresa atingindo seus objetivos e metas, portanto, a avaliação de uma política pública também é alcançar a eficácia.

Modelo	Motivo (objetivo) da criação/surgimento	Bibliografia básica (principal obra ou aquela que lançou o modelo)	Tomada de decisão (objetivo) Qual o principal escopo para a decisão	Dimensões do desempenho
EVA	O modelo econômico explica melhor o valor de uma empresa do que o modelo contábil	Ehrbar, 1999	Aumentar a riqueza do acionista – criação de valor econômico	Medidor único de caráter econômico – EVA – dimensão financeira
TOC	Necessidade de medir de forma simples se a empresa está ganhando dinheiro, fazendo um contraponto à contabilidade.	Goldratt e Fox, 1992 Goldratt e Cox, 1992	Ganhar \$: aumentar LL, ROI e Caixa	Financeiro tempo
TQM	Necessidade de melhoria contínua e da medição de desempenho como meio para a gestão desse processo	Campos, 1992, 1993, 1996		Qualidade, custo, entrega, moral e segurança
BSC	Estratégias definidas não são implantadas – necessidade de uma estrutura de desdobramento para colocar a estratégia em ação	Kaplan e Norton, 1997, 2001	Fazer a estratégia acontecer, alinhando iniciativas e orçamentos para tal	Balanceamento entre várias dimensões, dependendo da estratégia. Nos processos internos, recomenda Custo, Qualidade e tempo.
CI	Ativos intangíveis tem valor, mas contabilmente não – necessidade de medir o CI = Valor de mercado – Valor contábil	Edvinson e Malone, 1998	Aumentar o capital intelectual = aumentar o valor de mercado da empresa.	Vários, com ênfase em inovação
PNQ	Necessidade de balizamento das empresas brasileiras frente aos padrões de Excelência mundialmente reconhecidos	FPNQ, 1994, 2001, 2002	Busca de excelência em gestão segundo critérios definidos	Vários
Quantum	Ligar os níveis estratégico e operacional com as medidas vitais	Hronec, 1994	Revisão de atividades, metas e até estratégias	Custo + Qualidade = Valor Qualidade + tempo = Serviço Desempenho Quantum
Rummler e Brache	Necessidade de gerenciar a empresa como um sistema	Rummler e Brache, 1994		Depende da estratégia. O modelo é “aberto” neste sentido
Sink e Tuttle		Sink e Tuttle, 1993		Eficiência Eficácia / Qualidade / Produtividade / QVT Inovação e lucratividade

Quadro 3- Quadro comparativo entre os modelos de avaliação de desempenho: descreve as características e os critérios de análise (cont.).

Fonte: MULLER, 2003, p. 166 – 171, adaptado pela autora.

<b>Modelo</b>	<b>Visão exclusivamente financeira</b>	<b>Foco (dimensão) principal</b>	<b>Visão horizontal (processos)</b>	<b>Caráter sistemático</b>
EVA	Sim – Criação de riqueza – EVA e MVA	Econômico-financeiro	Não evidencia	A cada decisão, levar em conta o EVA. Analisar cada projeto de investimento, parece eventual, mas pretende se tornar um sistema de gestão
TOC	Sim – Ganhar \$: aumentar LL, ROI e Caixa	Financeiro – ganhar dinheiro	Não evidencia	É sistemático – gargalos variam
TQM	Incorpora outras perspectivas	Qualidade entendida como composta pelas 5 dimensões acima	Gestão de processos intrafuncional – O desdobramento de diretrizes é vertical	Chega a ser sistemático demais, gerando excesso.
BSC	Incorpora outras perspectivas	Depende da estratégia	Processos internos – Origem de Kaplan (ABC) pressupõe processos interfuncionais.	Aprendizagem estratégica
CI	Incorpora outras perspectivas	Inovação	Gestão de processos pode ser intrafuncional – não é explícito	Não é tão claro neste sentido
PNQ	Incorpora outras perspectivas		Gestão de processos pode ser intrafuncional – não é explícito	Informação e análise exigem a sistematização
Quantum	Custo, qualidade e tempo, dependendo da estratégia	Otimização, global de Custos, Qualidade e Tempo	Similar ao Rummler e Brache, baseando-se nele em alguns casos	Melhoria contínua incorporada no Modelo
Rummler e Brache		Questão crítica da estratégia	É o mais explícito de todos, fazendo a discussão de como implantar a gestão por processos	
Sink e Tuttle	Incorpora outras perspectivas		Não evidencia.	Não é tão claro neste sentido

Quadro 3 – Quadro comparativo entre os modelos de avaliação de desempenho: descreve as características e os critérios de análise (cont.).

Fonte: MÜLLER, 2003, p. 166 – 171, adaptado pela autora.

Modelo	Abrangência (alcance) Contempla a medição de desempenho da empresa ou de partes	Integração entre indicadores (Existem relações de causa – efeito)	Dimensionamento (quantidade de indicadores)	Método – Procedimento (É claro na sua operacionalização apresentando procedimentos)
EVA	Amplo	Todas as decisões resumidas ao aumento do EVA – VPL positivo dos projetos (a relação é intrínseca)	Outros podem existir, mas o mais importante é o EVA. O medidor único pode ser vantagem ou não.	Esclarece alguns ajustes na contabilidade, mas não é evidente um método de implantação
TOC	Foco na manufatura	Medidas de resultado. Medidas operacionais globais.	Modelo pragmático. Talvez simples em demasia	Apresenta passos para ataque às restrições
TQM		Item de controle. Item de Verificação	Quando é de baixo para cima (rotina), gera excesso.	Sim, ao nível de desdobramento de diretrizes deixa claro (meta+ meio) e na rotina apresenta um passo a passo.
BSC	Amplo	Indicador de resultado. Vetor de desempenho	Separa estratégicos de usuais. Pode levar a excesso de indicadores	Apresenta procedimentos gerais, não detalhando partes específicas
CI	Amplo	Não evidencia	Sugerem bastante. Pode levar ao excesso	Sugere indicadores por foco, mas não procedimentos de implantação.
PNQ	Amplo	<i>Outcomes Drivers</i>	Pode levar a excesso	Apresenta os critérios
Quantum	Amplo	Indicador de <i>Output</i> Indicador de Processo	Separa estratégicos de usuais; Pode levar a excesso, dependendo da complexidade da estratégia e dos processos da empresa	É o modelo mais claro neste aspecto: pode-se dizer que até exagera na sugestão de ferramentas de apoio.
Rummler e Brache	Amplo	Conecta a estratégia aos indicadores do nível organizacional, estes aos indicadores de processo e estes aos indicadores das pessoas	Ao propor o desdobramento de uma questão crítica, administram-se possíveis excessos.	Oferece um passo a passo descritivo.
Sink e Tuttle	Restrito ao nível dos processos		Atende. Modelo pragmático	

Quadro 3– Quadro comparativo entre os modelos de avaliação de desempenho: apresenta as características e os critérios de análise (cont.).

Fonte: MÜLLER, 2003, p. 166 – 171, adaptado pela autora.

Modelo	Horizonte do tempo	Níveis / perspectivas	Enfoque setorial (Indicado para)	Referenciamento (permite comparação entre empresas e unidades)
EVA	Curto e médio prazos	Acionistas - Financeira	Não indicado para empresas sem fins lucrativos.	Risco de cada negócio incorporado à taxa de custos de capital nivelando-os e permitindo comparação. Atentar para ajustes que cada empresa faz em seu modelo.
TOC	Curto prazo.	Acionistas – Financeira. Processos	Foco na manufatura	Não visa comparação
TQM	Médio prazo	Desdobramento conforme estrutura organizacional. Clientes; Comunidade, Acionistas, clientes, colaboradores e fornecedores	Geral.	Permite <i>benchmarking</i> sobre atividades específicas.
BSC	Longo prazo	Acionistas – Financeira Clientes Processos Aprendizado e Crescimento.	Geral	Como as estratégias são específicas a cada empresa, não visa comparações.
CI	Longo prazo	Acionistas – Financeira Clientes Processos Renovação e Desenvolvimento Humano	Geral, sendo particularmente interessante para empresas de serviços e de alta tecnologia e/ou ricas em ativos intangíveis, ex. (empresas “.com” e de consultoria)	Algumas medidas são diretamente comparáveis.
PNQ	Longo prazo	Acionistas – Financeira Responsabilidade Pública, Clientes, Processos, Inovação, Aquisição e Fornecimento, Humana, Clima organizacional	Geral	Busca comparações, evidenciadas pela premiação final.
Quantum	Longo prazo	Organização Processos Funcionários	Geral	Como as estratégias são específicas a cada empresa, não visa comparações.
Rummler e Brache	Longo prazo	Organização Processos Funcionários	Geral	Estratégias são específicas a cada empresa – não visa comparações
Sink e Tuttle	Médio prazo.	Fornecedores (internos ou externos), <i>Inputs</i> , Processo, <i>Outputs</i> , Clientes (internos ou externos)	Geral	Não visa comparações.

Quadro 3 – Quadro comparativo entre os modelos de avaliação de desempenho: descreve as características e os critérios de análise (fim).

Fonte: MÜLLER, 2003, p. 166 – 171, adaptado pela autora.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo baseia-se no artigo *Indicadores de Desempenho e Avaliação de Política de Assistência Estudantil – proposição e aplicação de um instrumento* (OLIVEIRA; DIAS, 2010) que indicou perspectivas positivas de aplicação do instrumental proposto para avaliação das ações desenvolvidas de assistência estudantil. Portanto, propõe-se analisar a percepção dos estudantes quanto à execução da Política de Assistência Estudantil frente ao modelo de referência e comparar os resultados obtidos na coleta de dados dos *campi* I e II quanto às possíveis diferenças de execução da Política de Assistência Estudantil.

#### 3.1 Tipo de pesquisa quanto à abordagem e quanto aos fins

O presente estudo baseia-se na experiência profissional da pesquisadora e na lacuna observada e constatada pela varredura na literatura de ausência de uma avaliação institucionalizada sobre a Assistência Estudantil em nível nacional e local.

Propõe-se realizar um estudo de abordagem quantitativa, uma vez que “os métodos quantitativos consideram uma população de objetos de observação comparáveis entre si” (BOURDON, 1989 <sup>13</sup> citado por CARVALHO; LEITE, 2009, p. 6).

Quanto aos fins, foi realizada uma pesquisa descritiva, pois pressupõe descrever um determinado fenômeno bem como entendê-lo, podendo servir de base para sua explicação (VERGARA, 2003). Collis e Hussey (2005, 24) coadunam com essa autora quando consideram que a pesquisa descritiva “descreve o comportamento dos fenômenos” e é utilizada para “identificar e obter características de um determinado problema ou questão”. Portanto, atende ao objetivo desta pesquisa,

---

<sup>13</sup> BOURDON, Raymond. Os métodos em sociologia. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

pois buscará caracterizar os aspectos que diferenciam a execução dos dois *campi* a serem estudados.

### **3.2 Tipo de pesquisa quanto aos meios**

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar como se apresenta a execução da Política de Assistência Estudantil nos *campi* I e II do CEFET-MG.

Em 2005, a gestão da Assistência Estudantil no CEFET-MG foi regulamentada pela Resolução CD Nº. 083 de 13/12/2004, passando toda a questão de assistência ao discente para a Coordenadoria de Assuntos Estudantis. A Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG é composta por ações, programas e projetos que contribuem para a garantia da democratização do acesso, da educação e programas sociais; permanência na escola; melhoria da qualidade do ensino e conhecimento da realidade da Escola (CEFET-MG, 2004).

Portanto, o meio de investigação utilizado nesta pesquisa foi a pesquisa de campo, sendo ela uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo” (VERGARA, 2003, p. 47).

### **3.3 Universo e Amostra**

O universo da pesquisa foi o corpo de discentes matriculados nos dois níveis de ensino (ensino médio/técnico e graduação) no CEFET-MG *campi* I e II. No *campus* I, são 3.281 matriculados e, no *campus* II, 2.376 matriculados<sup>14</sup>. Utilizou-se a amostragem não probabilística, na qual a seleção dos respondentes de pesquisa não está baseada em procedimentos estatísticos e sim no critério de acessibilidade (VERGARA, 2003), ou seja, os respondentes foram escolhidos pela facilidade de

---

<sup>14</sup> Fonte: Divisão de Registro Escolar dos *campi* I e II. Agosto de 2010.

acesso a estes. Para Gil (2002), dentre os tipos de amostragem não probabilística, os mais conhecidos são: por acessibilidade, por tipicidade e por cotas. Foram aplicados 128 questionários no *campus* I e 129 no *campus* II, totalizando 257 respondentes. Após tratamento dos dados ausentes, foram excluídos 5 questionários, ficando o total de 252 questionários válidos para a análise dos dados.

### 3.4 Técnicas de coletas de dados

A coleta de dados foi por meio de pesquisa de campo quando se levantou os dados primários segundo o modelo de referência (APÊNDICE A) com estudantes matriculados nos *campi* I e II do CEFET-MG. São oito dimensões de análise no questionário de pesquisa conforme apresentado no QUADRO 3.

Construto	Definição	Questões do questionário
1. Articulação	Conhecimento sobre os contatos/discussões/acordos da Coordenação e Seção com outros setores da instituição.	22-23-24-25
2. Assessoria	Conhecimento sobre a ligação direta da Coordenação e Seções a outros setores/diretorias com relação ao acesso/pesquisa para proposições de ações.	27-28-29-30-33
3. Democratização e inclusão	Igualdade entre os estudantes na participação e na oferta de meios e ações que propiciem a inclusão.	5-6-7-8-26-31-32
4. Comunicação	Refere-se a "transmissão adequada e oportuna de uma informação útil a um público específico" (CRUZ e SEGATTO, 2009 p. 435).	15-16-17-18-19-20-21
5. Recurso orçamentário	Conhecimento sobre a disponibilidade e ampliação do recurso.	34-35-36
6. Apoio socioeconômico e de aprendizagem	Refere-se à contribuição dos programas da assistência estudantil para a permanência do discente na escola.	4-11-12-13-14
7. Acesso e Seleção	Refere-se às ações desenvolvidas: se são adequadas, explicitadas quanto à realidade dos discentes.	1-2-3
8. Orientação e acompanhamento	Atenção individualizada e/ou em grupo aos discentes.	9-10

Quadro 4: Dimensões do modelo de referência do questionário Avaliação da Assistência Estudantil  
Fonte: Elaborado pela autora com referência em Oliveira e Dias (2010).



O questionário com indicadores de desempenho apresenta questões fechadas utilizando a escala de *likert*, de cinco pontos (Discordo Totalmente, Discordo, Indiferente, Concordo e Concordo Totalmente), com espaços para observações e justificativas de respostas (APÊNDICE A).

Os questionários foram aplicados aos discentes nas Seções de Assistência ao Estudante em local de acessibilidade nos *campi I e II*. Todos os discentes foram orientados quanto ao objetivo da pesquisa.

Segundo Cervo e Bervian (2002), o questionário é o instrumento mais adequado para coletar dados numa pesquisa de natureza quantitativa, pois contém um conjunto de questões baseadas no problema de pesquisa, permitindo medir com precisão o que se busca na pesquisa.

### **3.5 Técnicas de análise de dados**

Os dados coletados foram analisados primeiramente quanto à consistência no preenchimento, e processados com o auxílio do *software* IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Posteriormente, aplicaram-se técnicas de diferença entre médias, para efetivação das análises comparativas propostas nos objetivos específicos. Os testes utilizados foram: teste *t*, o teste de *Levene*, Análise de Variância (ANOVA), Teste *F*, Teste *Brown-Forsythe*, Teste de *Bonferroni* e o Teste de normalidade *Komogorov – Sminorov Z*.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Perfil sócio-demográfico e escolar

A presente análise foi estruturada considerando-se a necessidade de responder aos objetivos propostos desta pesquisa. Todavia, inicialmente, será feita uma descrição da amostra utilizada na pesquisa. Para tanto, optou-se por separar os dados de acordo com os *Campi* I e II. Do total de 252 respondentes nos *campi*, 50% são provenientes do *Campus* I e os outros 50% do *Campus* II.

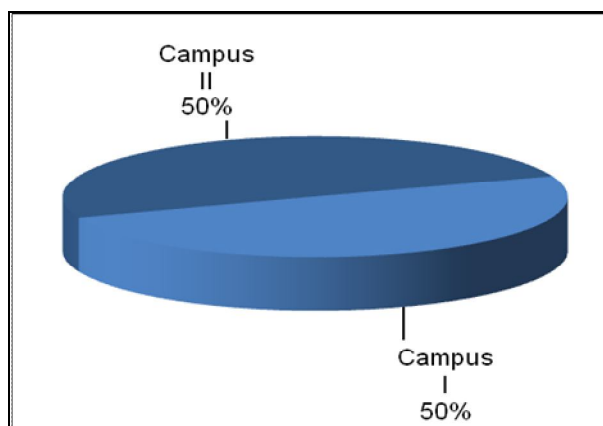


Gráfico 1 – *Campi* em que estudam.  
Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao nível de ensino dos respondentes, observa-se que, no *Campus* I, 84% estão fazendo cursos de nível médio/técnico enquanto, no *Campus* II, a diferença é menor, sendo que 63% estão realizando cursos de nível de graduação e apenas 37%, cursos de nível médio/técnico, o que representa a característica dos *campi*, pois, no *campus* I, há predominância de cursos de nível médio/técnico e, no *campus* II, de cursos de graduação (GRÁF. 2).

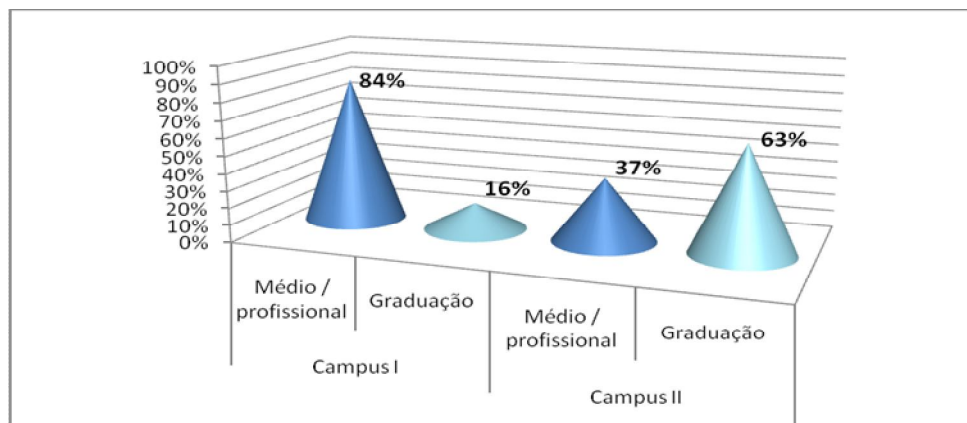


Gráfico 2 – Nível de ensino – por *Campi*  
Fonte: Dados da pesquisa

No que tange ao tempo em que os respondentes estudam no CEFET/MG, verifica-se um maior percentual da faixa “Até 1 ano” no *Campus II*, comparado ao *Campus I*, em que não se observa nenhum respondente nessa faixa de tempo. Além disso, comparando os entrevistados do *Campus II* com relação ao nível de ensino, verifica-se que tal percentual de estudantes mais recentes no nível médio/profissional é maior do que no nível de graduação (GRÁF. 3).

Os estudantes do *Campus I* apresentaram um perfil mais homogêneo com relação aos dois níveis de ensino, o que não ocorreu no caso do *Campus II*. O nível médio/técnico foi representado em sua maioria por estudantes mais recentes, enquanto o nível de graduação foi representado pelos dois extremos, os mais recentes e os veteranos (que estão há mais de 3 anos na instituição).

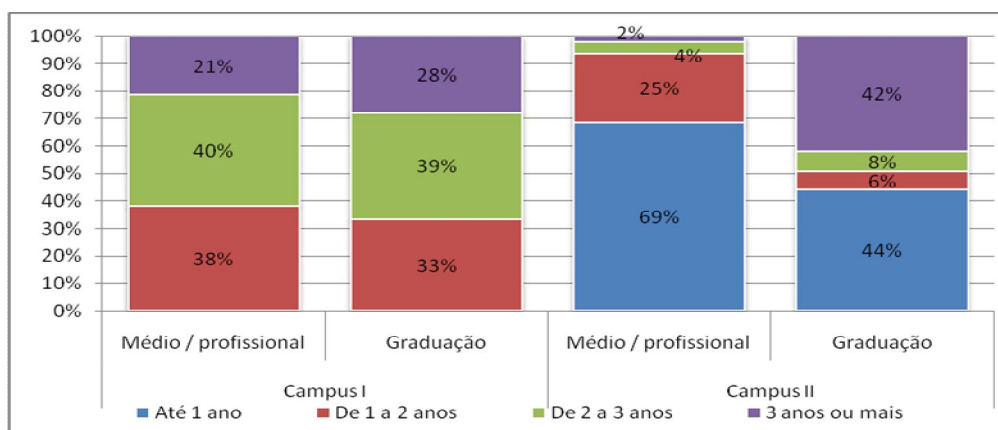


Gráfico 3 – Tempo que estuda no CEFET-MG – por *Campi*

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.: Tempo calculado com base em dezembro de 2010

Com relação ao tipo de escola de origem dos estudantes, observa-se que, no *Campus I*, 81% veio de Escolas Públicas. Já no *Campus II*, os maiores percentuais estão divididos entre Escola pública e Escola Particular.

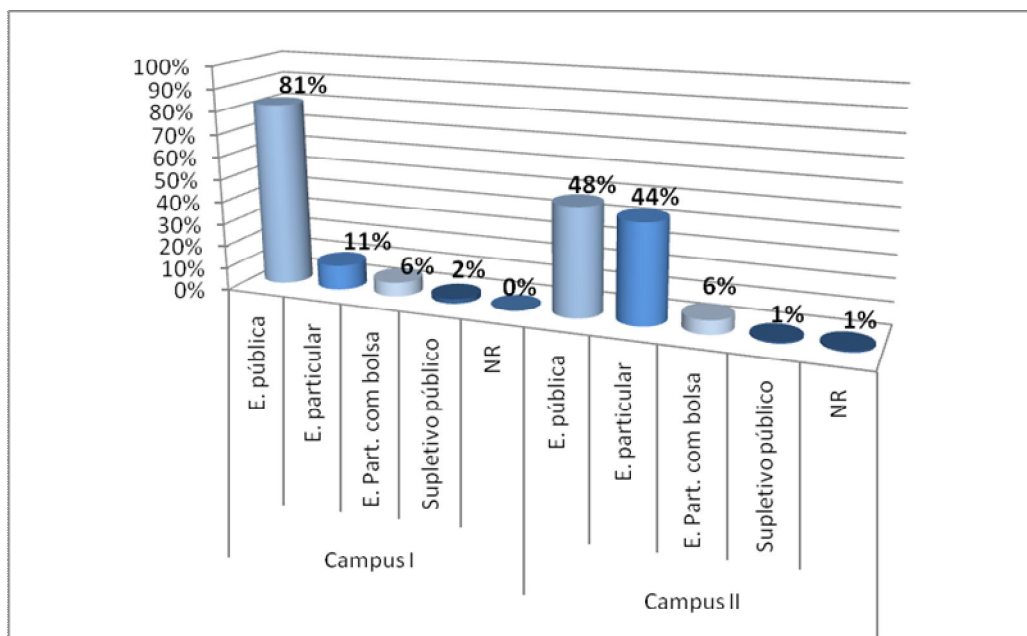


Gráfico 4 – Origem escolar – por Campi  
Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao turno em que os entrevistados estudam, verificou-se que, tanto no *Campus I* quanto no *Campus II*, a maioria dos cursos é realizada no período diurno. O percentual de estudantes do turno noturno é um pouco superior no *Campus I* comparado ao do *Campus II*.

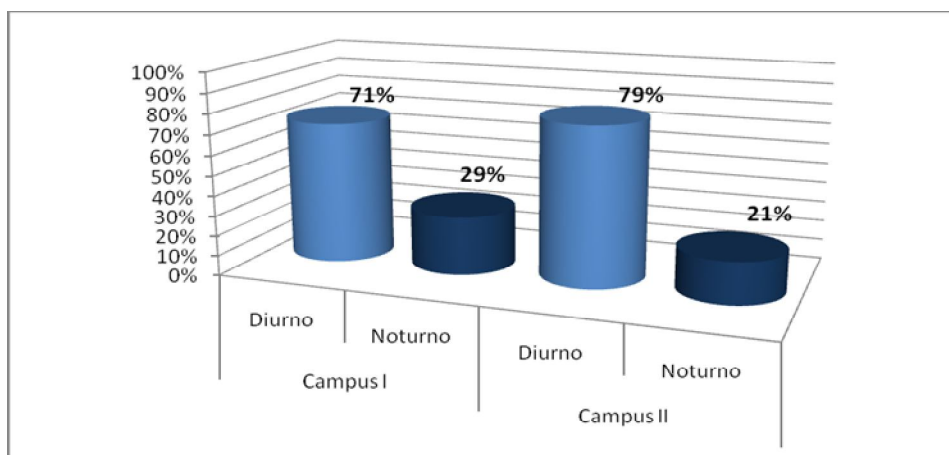


Gráfico 5 – Turno em que frequenta as aulas – por Campi  
Fonte: Dados da pesquisa

Com relação aos cursos que os respondentes estão frequentando, os percentuais podem ser observados na TAB. 1 para os dois *campi*.

Tabela 1 – Curso que frequenta – por *Campi*

Cursos do Campus I			Cursos do Campus II		
	n	%		n	%
Tec. Equipamentos Biomédicos	6	5%	Administração	13	10%
Tec. Eletromecânica	1	1%	Tec. Edificações	20	16%
Tec. Eletrônica	15	12%	Eng. de Computação	15	12%
Tec. Eletrotécnica	21	16%	Eng. Elétrica	14	11%
Eng. Materiais	9	7%	Eng. Industrial Mecânica	24	19%
Tec. Estradas	9	7%	Eng. Produção Civil	14	11%
Tec. Mecânica	21	16%	Informática Ind.	10	8%
Tec. Mecatrônica	3	2%	Redes de Computadores	18	14%
Tec. Meio Ambiente	3	2%	NR	1	1%
Tec. Química	5	4%			
Radiologia (Tecnólogo)	1	1%			
Química (Tecnólogo)	11	9%			
Tec. Trans. e Trânsito	9	7%			
Tec. Turismo	14	11%			
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

No que tange ao gênero dos respondentes, verifica-se que, no *Campus II*, há um percentual um pouco superior ao do *Campus I* de estudantes do sexo masculino (22%), enquanto, no *Campus I*, o percentual de estudantes do sexo feminino é superior ao do *Campus II* (22%).

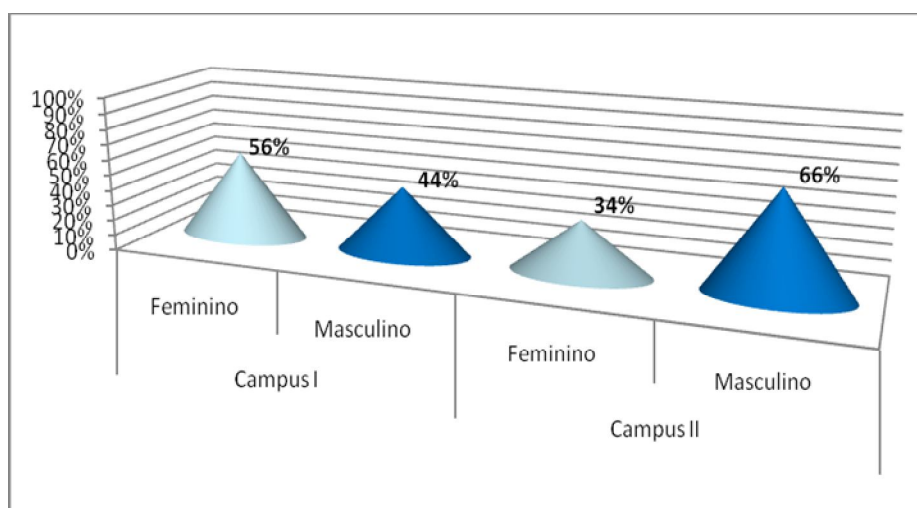


Gráfico 6 – Gênero – por *Campi*

Fonte: Dados da pesquisa

No que tange ao estado civil dos respondentes, não se observou diferença entre os *Campi*, sendo que, em ambos, 98% dos entrevistados são solteiros e os outros 2% são casados ou estão em uma união estável.

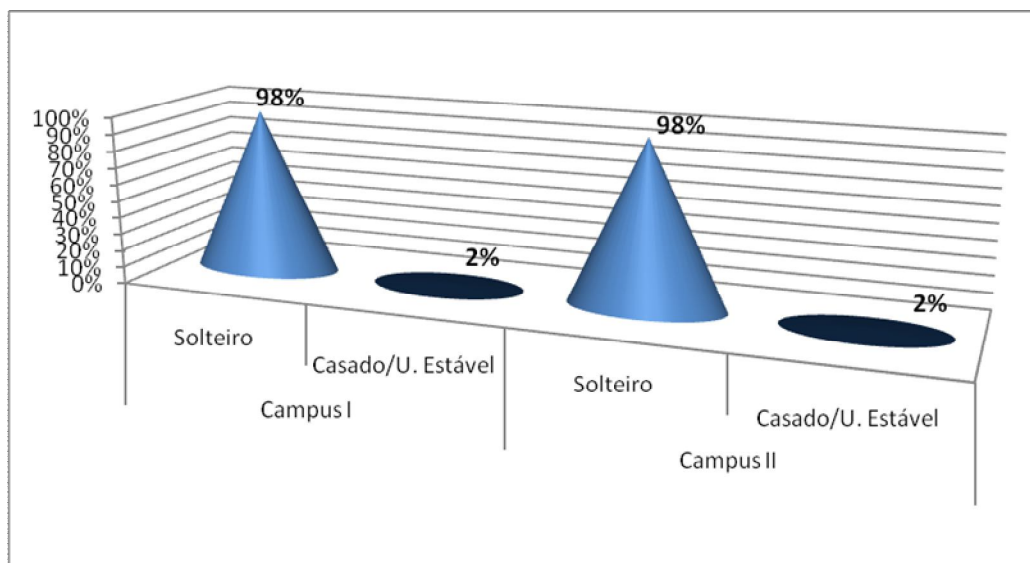


Gráfico 7 – Estado civil – por *Campi*  
Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere à cor/raça (GRÁF. 8) a que o respondente declarou pertencer, não se observou diferenças significativas entre os *Campi* I e II. No *Campus* I, os maiores percentuais observados foram para raça Branca (39%), Parda (38%) e Preta (16%). O *Campus* II acompanhou a mesma ordem, sendo que a raça Branca foi citada por 47% dos respondentes, a Parda por 36% e a Preta por 10%. As outras raças receberam menos que 5% de citações.

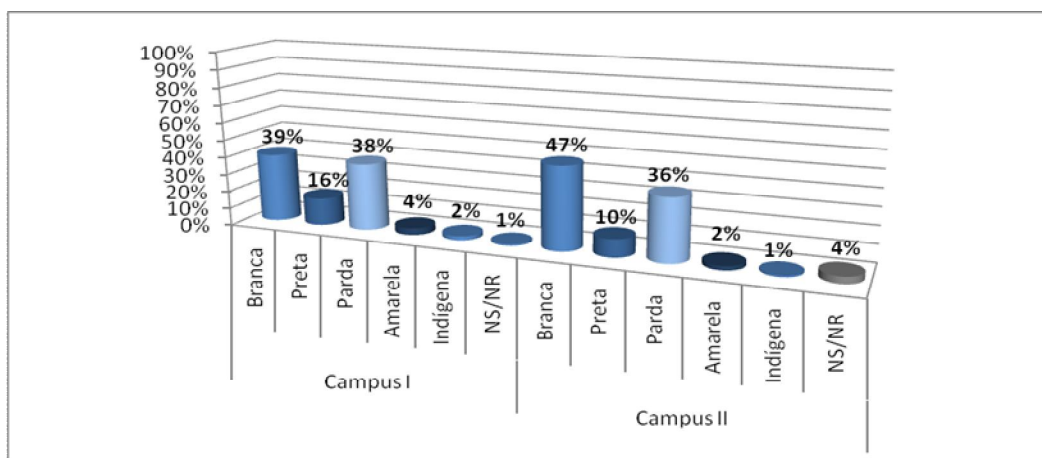


Gráfico 8 – Cor/Raça Declarada – por *Campi*  
Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à faixa etária dos entrevistados, uma pequena diferença foi observada comparando os *Campi* I e II. Isso porque, no *Campus* I, o maior percentual observado foi para a faixa de 14 a 17 anos (55%) enquanto, no *Campus* II, foi a faixa de 18 a 21 (46%). Tal diferença deve estar relacionada aos tipos de cursos oferecidos em ambos os *campi*, sendo que, no *Campus* I, há um maior percentual de respondentes em cursos de nível médio/técnico e, no *Campus* II, em cursos de graduação. No *Campus* I, aproximadamente 97% possuem entre 14 e 25 anos e, no *Campus* II, esse percentual é de 96% (GRÁF. 9).

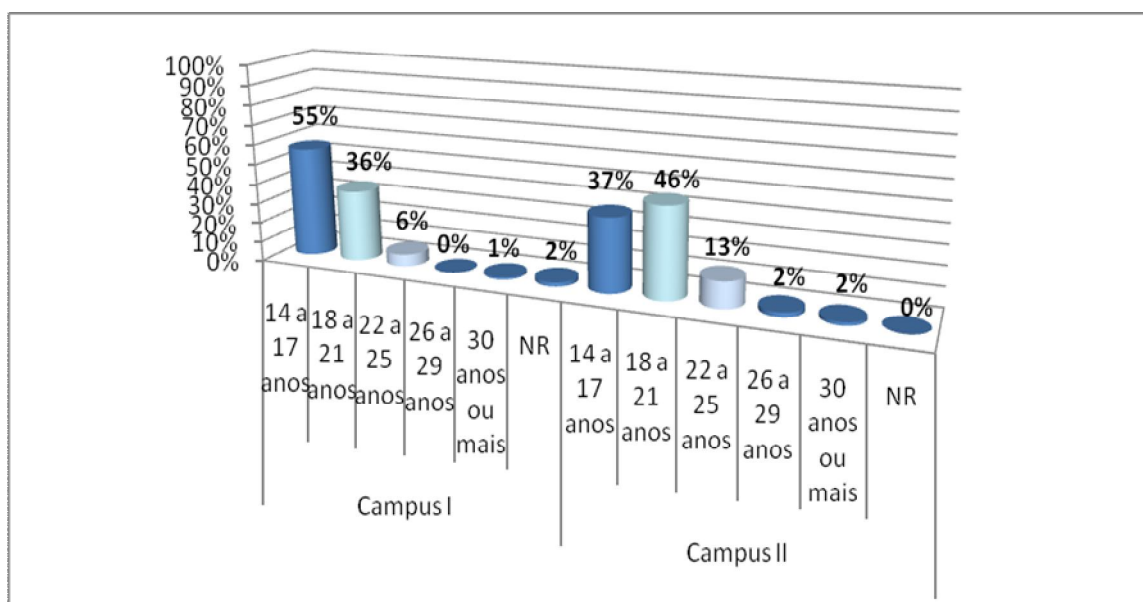


Gráfico 9 – Faixa Etária – por *Campi*  
Fonte: Dados da pesquisa

Para uma visualização geral do perfil sócio-demográfico e escolar dos respondentes, apresenta-se o QUADRO 5 com destaque em negrito para a predominância de percentagem de cada item do perfil.

Total de respondentes 252				
PERFIL	CAMPUS I		CAMPUS II	
	50% de respondentes		50% de respondentes	
	Médio/técnico	Graduação	Médio/técnico	Graduação
Quanto ao Nível de Ensino	84%		37%	
Quanto ao Tempo no CEFET-MG	Até 1 ano 0% De 1 a 2 anos 38% De 2 a 3 anos 40% 3 anos ou mais 21%	Até 1 ano 0% De 1 a 2 anos 33% De 2 a 3 anos 39% 3 anos ou mais 28%	Até 1 ano 69% De 1 a 2 anos 25% De 2 a 3 anos 4% 3 anos ou mais 2%	Até 1 ano 44% De 1 a 2 anos 6% De 2 a 3 anos 8% 3 anos ou mais 42%
Quanto à Origem escolar	E. pública 81% E. particular 11% E. Part. com bolsa 6% Supletivo público 2% NR 0%		E. pública 48% E. particular 44% E. Part. com bolsa 6% Supletivo público 1% NR 1%	
Quanto ao turno	Diurno 71% Noturno 29%		Diurno 79% Noturno 21%	
Quanto ao gênero	Feminino 56% Masculino 44%		Feminino 34% Masculino 66%	
Quanto ao estado civil	Solteiro 98% Casado/união estável 2%		Solteiro 98% Casado/união estável 2%	
Quanto à cor/raça	Branca 39% Preta 16% Parda 38% Amarela 4% Indígena 2% N/R 1%		Branca 47% Preta 10% Parda 36% Amarela 2% Indígena 1% N/R 4%	
Quanto à Faixa Etária	14 a 17 anos 55% 18 a 21 anos 36% 22 a 25 anos 6% 26 a 29 anos 0% 30 anos ou mais 1% NR 2%		14 a 17 anos 37% 18 a 21 anos 46% 22 a 25 anos 13% 26 a 29 anos 2% 30 anos ou mais 2% NR 0%	

Quadro 5 - Síntese do perfil sócio-demográfico e escolar

Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora

Diante do perfil apresentado ocorreu certa homogeneidade em algumas categorias com diferenças entre os *campi* I e II que poderão ser pesquisadas aprofundando a análise. Com relação ao gênero: A predominância do gênero masculino está relacionada aos cursos oferecidos no *Campus* II?

Com relação à participação ou não nos Programas de Permanência: Quais os fatores que implicam a baixa participação no Restaurante escolar e no Programa de Bolsa Permanência no *Campus* II com relação a alta participação no *Campus* I?



## 4.2 Participação em Programas de Permanência no CEFET-MG

Existem dois tipos de Programas de Permanência de bolsa ao estudante do CEFET-MG que não podem ser recebidos concomitantemente, a Bolsa Permanência e a Bolsa de Complementação Educacional. Verificou-se, na amostra, o percentual de discentes que já participou ou participa de um desses programas. Primeiramente, verificou-se que o acesso a um dos dois tipos de programas foi muito superior no *Campus I*, comparado ao *Campus II*. Enquanto no *Campus I*, 94% tiveram acesso a um dos dois programas, no *Campus II*, o percentual foi de apenas 21%.

Verifica-se também um percentual de respondentes maior para o programa Bolsa Permanência, comparado ao do Programa Complementação Educacional para ambos os *Campi* (GRÁF.10). A característica de cada um deles difere em número de bolsas ofertadas, a Bolsa de Complementação Educacional apresentou trinta (30) bolsas para cada *campi*, enquanto que a Bolsa Permanência, no *campus I*, trezentas (300) bolsas e, no *campus II*, foram 142 bolsas no ano de 2010.

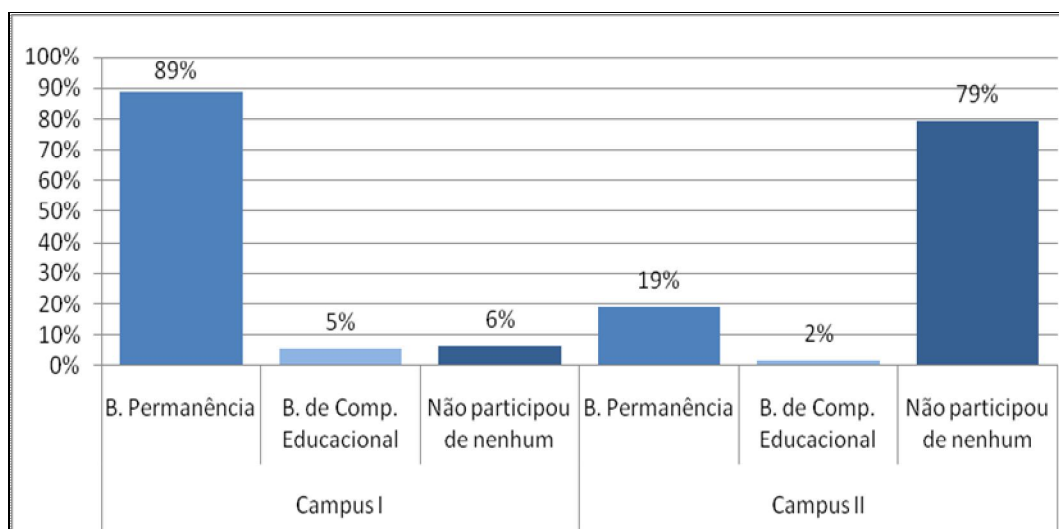


Gráfico 10 – Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional por *Campi*

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao período em que os respondentes usufruíram dos Programas relatados acima, observa-se que, no caso do programa Bolsa de Complementação Educacional, o período foi inferior ao da Bolsa Permanência para ambos os *Campi*.

Além disso, verifica-se que o programa Bolsa Permanência foi recebido por até 6 meses (57% no *campus* II x 37% no *campus* I) por um percentual maior de respondentes no *Campus* II do que no *Campus* I. Já para os outros intervalos de tempo, o *Campus* I apresentou maiores percentuais revelando uma maior participação no programa comparado ao *Campus* II (GRÁF. 11).

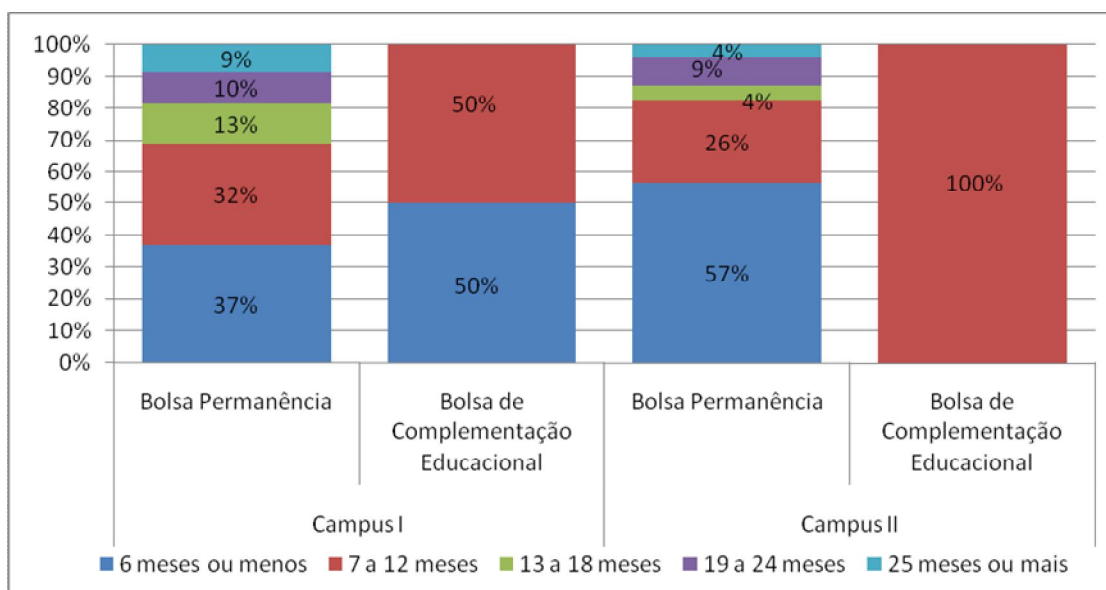


Gráfico 11 – Período de participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional por *Campi*

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao Programa de Alimentação Estudantil, também existem dois tipos que não podem ser percebidos concomitantemente: o Restaurante Escolar e a Bolsa Alimentação. Observa-se que a participação nos programas de Bolsa alimentação no *Campus* I foi muito superior ao *Campus* II. Enquanto no *Campus* I, 87% participaram de algum dos dois benefícios, no *Campus* II, tal percentual foi de apenas 23% (GRÁF. 12).

No *Campus* I, a participação no programa Restaurante Escolar foi aproximadamente 11 vezes maior do que no programa Bolsa Alimentação, enquanto no *Campus* II, nenhum dos entrevistados participou do segundo programa. No período da aplicação do questionário, o restaurante escolar do *campus* II já havia sido inaugurado para atendimento a todos os estudantes matriculados no CEFET-MG. Enquanto que, no *campus* I, ainda não havia universalizado o atendimento, e

estudantes da graduação recebiam bolsa alimentação e estudantes do ensino médio/técnico eram selecionados por classificação socioeconômica para serem atendidos no restaurante escolar. Isso devido à estrutura física não suportar a demanda de todos os estudantes matriculados. Situação esta que foi suprida com a inauguração das instalações novas no 2º semestre de 2010, universalizando o atendimento no restaurante escolar.

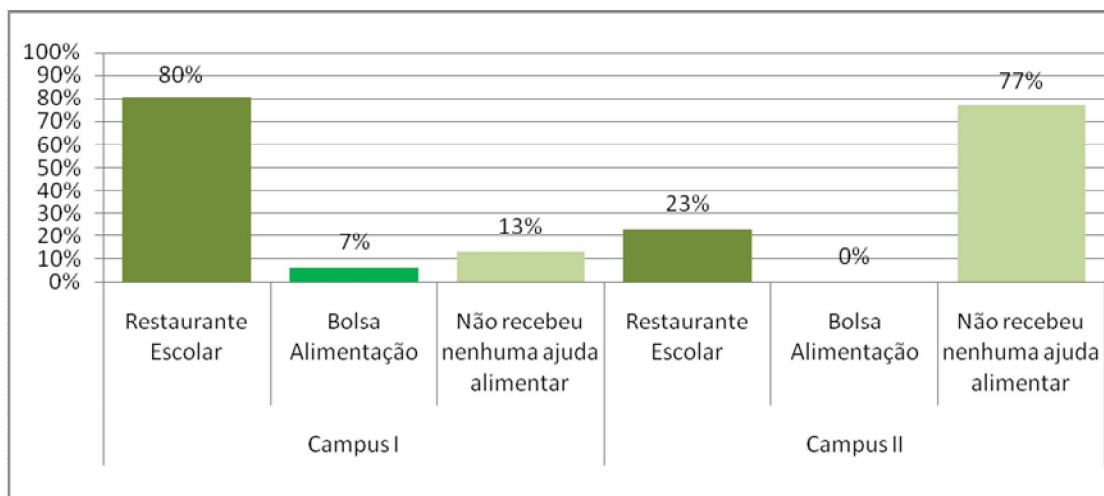


Gráfico 12 – Participação no Programa Alimentação Escolar: Restaurante Escolar ou Bolsa Alimentação.

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à frequência semanal dos respondentes no Restaurante escolar, no caso do *Campus I*, os maiores percentuais foram para 5 vezes na semana (36%) e 3 vezes na semana (24%); no *Campus II*, o maior percentual foi também para 5 vezes na semana (31%) e 2 ou 3 vezes por semana (ambos com 21%). No geral, verifica-se que os respondentes do *Campus I* frequentam o restaurante com maior frequência do que os entrevistados do *Campus II*. Enquanto no *Campus I*, 76% dos respondentes frequentam no mínimo 3 vezes por semana, no *Campus II*, tal percentual é de 62% (GRÁF. 13).

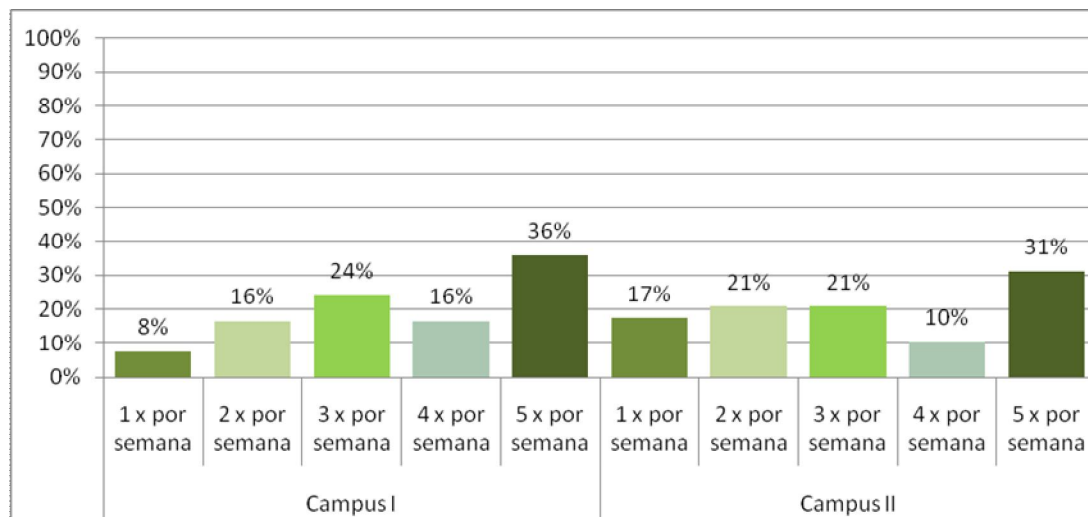


Gráfico 13 – Número de vezes em que frequenta o refeitório na semana – quem recebe o auxílio Restaurante escolar.

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se também o período pelo qual os respondentes possuem ou possuíram o benefício do Restaurante escolar. O percentual de respondentes que receberam tal benefício por no máximo seis meses é praticamente o dobro no *Campus II* comparado ao do *Campus I*. Por outro lado, o percentual de respondentes que recebem ou receberam tal auxílio por 25 meses ou mais é superior para o *Campus I* (15%) comparado ao do *Campus II* (4%) (GRÁF. 14).

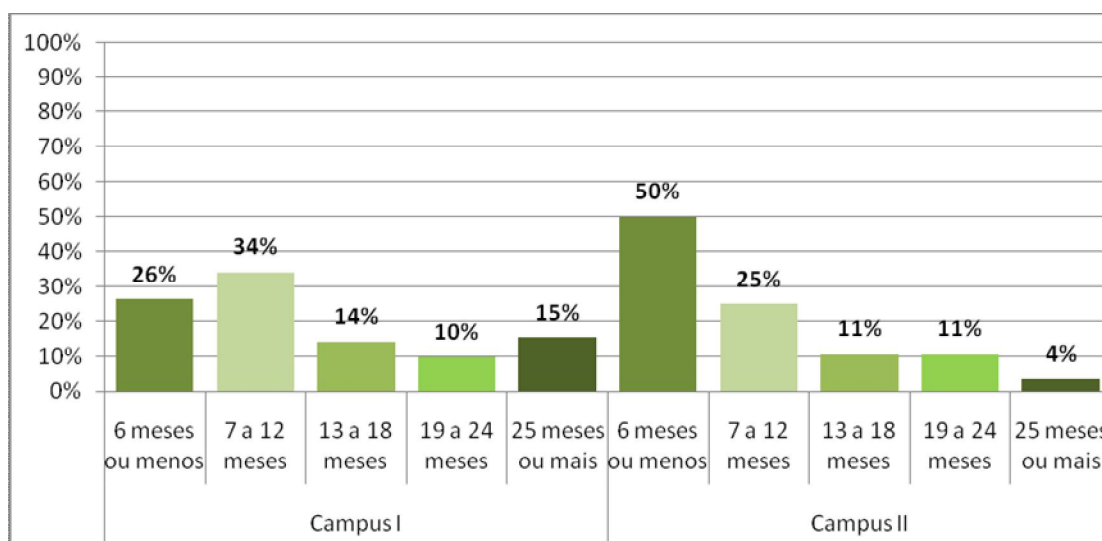


Gráfico 14 – Período de participação no programa Restaurante escolar

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao percentual de participação nos programas Bolsa Emergencial e Socioeducativo, o percentual de utilização de tais benefícios em ambos os *Campi* foi

baixíssimo, sendo que menos de 5% os utilizaram. Isso se deve ao fato de que o programa Socioeducativo está inativo e a Bolsa Emergencial é para questões pontuais de dificuldades financeiras do estudante. Os que responderam ter participado do Programa Socioeducativo citaram ações realizadas por outros setores da instituição diferente do foco de ações da SAE (GRÁF. 15).

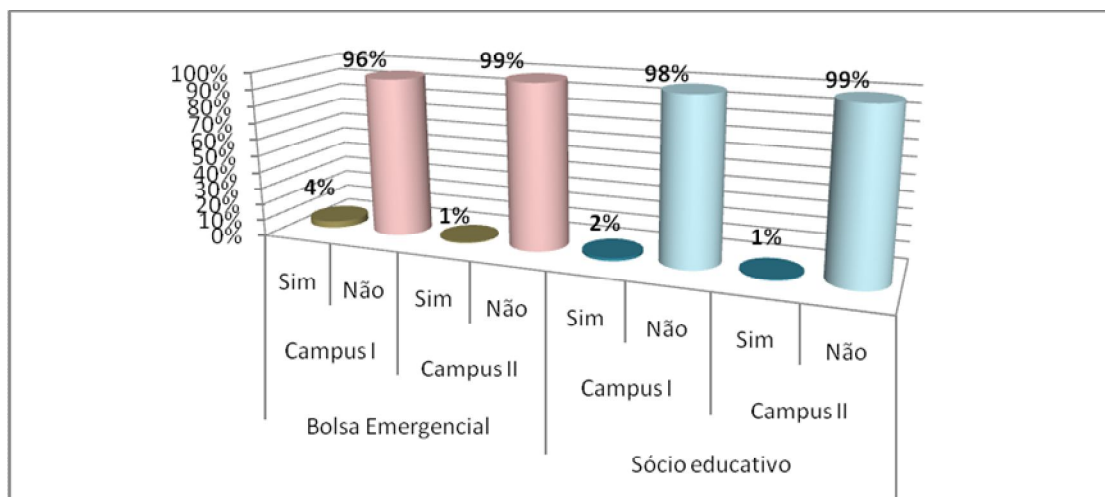


Gráfico 15 – Participação nos Programas Bolsa Emergencial e Socioducativo  
Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.3 Avaliação do Desempenho da Política de Assistência Estudantil – alguns comparativos

De modo a verificar se existem diferenças no desempenho da política de Assistência Estudantil, serão empregados testes de diferença de médias. Para as comparações entre duas categorias, como os *Campi* em que os respondentes estudam, serão utilizados testes *t* para amostras independentes com base nos construtos que mensuram tal desempenho, abordados em Oliveira e Dias (2010). Segundo Malhotra (2006), uma amostra é independente quando é extraída aleatoriamente de populações diferentes. Tal teste será utilizado também no caso das variáveis de nível de escolaridade, se já recebeu bolsa (Permanência ou de Complementação Educacional) ou não, e se já recebeu algum benefício do Programa Alimentação Escolar ou não.

Quando as amostras são independentes, existem dois tipos de teste: o primeiro é utilizado quando existe igualdade de variância entre as duas amostras testadas e o segundo quando inexistente essa igualdade. Dessa forma, é empregado o Teste de *Levene* para verificar se as amostras possuem a mesma variância ou não, a fim de se determinar o melhor método a ser utilizado na etapa seguinte. Malhotra (2006) revela as hipóteses subjacentes ao teste:

$$H_0: \sigma_1^2 = \sigma_2^2$$

$$H_1: \sigma_1^2 \neq \sigma_2^2$$

Caso a significância do teste seja inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula de que as variâncias são iguais (MALHOTRA, 2006). O próximo passo é o teste da diferença das médias. Nesse caso, tem-se que:

$$H_0: \mu_D = 0$$

$$H_1: \mu_D \neq 0$$

Sendo que *D* significa a diferença entre as médias populacionais. Além disso, se a significância da estatística do teste for inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula de que não existe diferença entre as médias (MALHOTRA, 2006).

No caso da variável tempo em que estuda no CEFET-MG, por possuir mais de duas categorias, outro teste mais adequado a esse caso será utilizado. De acordo com Malhotra (2006), quando se pretende testar diferença de média para mais de duas amostras independentes, deve-se utilizar a Análise de variância (ANOVA para um fator).

Hair *et al.* (2005) afirmam que aplicar a análise de variância quando existe mais de duas amostras é mais conveniente do que fazer *n* testes *t* par a par das variáveis independentes. Isso, porque múltiplos testes *t* aumentam a taxa de erro Tipo I, que é a chance de rejeitar  $H_0$  quando esta de fato é verdadeira (ANDERSON; SWEENEY e WILLIAMS, 2009). Essa situação é evitada, porque, de acordo com Hair *et al.* (2005), múltiplas comparações de grupos de tratamento são feitas, determinando em

um único teste se o conjunto inteiro de médias de amostras sugere que as amostras foram obtidas a partir da mesma população geral.

Nesse teste, duas estimativas independentes da variância para a variável dependente (a que se quer estudar) são comparadas entre as amostras, sendo uma que reflete a variabilidade geral de respondentes dentro dos grupos e outra que representa as diferenças entre grupos atribuíveis aos efeitos de tratamento (HAIR *et al.*, 2005).

Na análise de variância, as hipóteses testadas são (ANDERSON; SWEENEY e WILLIAMS, 2009):

$$H_0: \mu_1 = \mu_2 = \mu_3 = \dots = \mu_k$$

$H_1$ : Nem todas as médias populacionais são iguais

Para testar as hipóteses, utiliza-se o teste  $F$  que é a relação entre a estimativa “Entre grupos” sobre a estimativa “Dentro do grupo”, medindo, dessa forma, a quantidade de variância que é atribuída aos diferentes tratamentos *versus* a variância esperada a partir de amostras aleatórias. Tal cálculo é semelhante ao do valor  $t$ . A hipótese nula é rejeitada caso a estatística do teste seja inferior a 5%. Entretanto, quando as variáveis apresentam heterogeneidade de variância, faz-se mais adequada a utilização do teste de *Brown-Forsythe* que é mais robusto quando existe tal violação (HAIR *et al.*, 2005).

Já para observar par a par as categorias que apresentam diferença de média ou não, será utilizado o teste de *Bonferroni* com ajuste para mais de duas amostras, conforme orienta Anderson, Sweeney e Williams (2009).

Antes de realizar os testes, fez-se necessário seguir algumas diretrizes anteriores de modo a adequar os dados e verificar se são aptos à aplicação dos testes.

### 4.3.1 Análise exploratória dos dados

Durante a análise exploratória dos dados, torna-se fundamental purificar as medições e detectar eventuais problemas nos dados coletados, diagnosticando e remediando os problemas de forma adequada a fim de evitar distorções nos resultados da análise (TABACHNICK; FIDEL, 2001). Para tanto, foi feita uma análise descritiva das variáveis e dos dados ausentes existentes no banco de dados (*missing values*).

#### 4.3.1.1 Análise descritiva dos dados

A TAB. 2 apresenta análise descritiva das variáveis que serão utilizadas para mensurar o desempenho da política de Assistência Estudantil, que são ao todo 36. Verifica-se que as médias observadas para as variáveis no geral são altas (acima de 3,5) e os desvios padrão são baixos, menores que 1,5, indicando baixa variabilidade na percepção dos respondentes quanto aos temas abordados.

Tabela 2 – Análise descritiva dos dados – *n*, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão (continua)

Variáveis	n	Mínimo	Máximo	Média	DP
1) A Política de Assuntos Estudantis desenvolve ações que garantem a igualdade de acesso ao CEFET-MG.	253	1	5	3,69	0,86
2) Os critérios de seleção são adequados à realidade dos estudantes.	255	1	5	3,69	0,95
3) Os critérios de seleção adotados são claros quanto à distribuição dos benefícios.	253	1	5	3,74	0,94
4) Os Programas de Permanência garantem a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica na escola.	256	1	5	3,92	0,98
5) Os Programas de Permanência contribuem para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas dos estudantes.	255	1	5	3,87	0,95

Fonte: Dados da pesquisa



Tabela 2 – Análise descritiva dos dados – n, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão (continua)

Variáveis	n	Mínimo	Máximo	Média	DP
6) Os Programas de Permanência asseguram aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas	254	1	5	3,71	1,02
7) Os Programas de Permanência reduzem os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais.	256	1	5	3,54	1,03
8) Os Programas de Permanência contribuem para a inclusão social.	254	1	5	3,65	0,97
9) Os estudantes bolsistas recebem orientação/acompanhamento pedagógico na Seção de Assistência ao Estudante.	253	1	5	3,56	0,93
10) Os estudantes bolsistas recebem acompanhamento psicossocial na Seção de Assistência ao Estudante.	252	1	5	3,44	0,93
11) O Programa de Alimentação escolar está universalizado (atende todos os estudantes).	256	1	5	3,27	1,39
12) O Programa de Bolsa Permanência contribui para a permanência do estudante na escola.	252	1	5	<b>4,04</b>	<b>0,81</b>
13) O Programa de Bolsa de Complementação Educacional contribui para a permanência e formação integral do estudante conciliando teoria e prática.	257	1	5	3,72	0,86
14) Existe demanda para o Programa de Moradia Estudantil no CEFET-MG.	254	1	5	3,19	1,00
15) A divulgação das ações da Política de Assuntos Estudantis é realizada adequadamente.	255	1	5	3,13	0,99
16) Os critérios de seleção são divulgados adequadamente.	256	1	5	3,37	1,04
17) Os estudantes conhecem os programas de Assistência Estudantil oferecidos no CEFET-MG.	250	1	5	3,28	1,04
18) Os estudantes quando ingressam no CEFET-MG são informados sobre o direito à Assistência Estudantil.	255	1	5	3,40	1,11
19) No período de inscrição dos Programas de Permanência os estudantes têm acesso às informações e procedimentos necessários.	256	1	5	3,46	1,01
20) Os estudantes participam do processo de divulgação das ações da Política de Assuntos Estudantis.	253	1	5	3,17	0,96

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2 – Análise descritiva dos dados – n, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão (continua)

Variáveis	n	Mínimo	Máximo	Média	DP
21) A Política de Assuntos Estudantis difunde valores éticos de liberdade, igualdade e democracia.	253	1	5	3,38	0,89
22) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil articula com setores do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis.	252	1	5	3,37	0,79
23) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com setores pedagógicos do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis.	252	1	5	3,41	0,79
24) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com demais setores do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis.	252	1	5	3,41	0,79
25) A Seção de Assistência ao Estudante articula com o grêmio estudantil e ou Diretório Acadêmico de Estudantes com relação à Política de Assuntos Estudantis.	252	1	5	3,11	0,87
26) Os programas de permanência contribuem para a democratização do ensino.	256	1	5	3,81	0,86
27) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil assessora os setores responsáveis pela proposição e realização de processos seletivos de ingresso na instituição	251	1	5	3,49	0,74
28) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil assessora as diretorias em projetos, programas e ações que visem garantir e ou favorecer a inclusão de segmentos de baixa condição socioeconômica, portadores de necessidades especiais e segmentos específicos no CEFET-MG.	255	1	5	3,62	0,80
29) A Seção de Assistência ao Estudante assessora as diretorias em projetos, programas e ações que visem garantir e ou favorecer a inclusão de segmentos de baixa condição socioeconômica, portadores de necessidades especiais e segmentos específicos no CEFET-MG.	252	1	5	3,64	0,80
30) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil realiza pesquisas com objetivo de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas políticas da Instituição	246	1	5	3,47	0,74

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2 – Análise descritiva dos dados – n, valor mínimo e máximo observado, média e desvio padrão (fim)

Variáveis	n	Mínimo	Máximo	Média	DP
31) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil contribui para a padronização da coleta, intercomunicação e atualização de dados sobre os candidatos, estudantes e egressos do CEFET-MG, por meio de informatização integrada na Instituição	253	1	5	3,46	0,79
32) O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas resulta em ações que visam minimizar a evasão e/ou repetência escolar.	253	1	5	3,75	0,92
33) O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas subsidia proposições e avaliações das diversas políticas da Instituição.	254	1	5	3,55	0,81
34) O recurso orçamentário é suficiente para a demanda de benefícios	251	1	5	2,86	1,01
35) O número de vagas existentes nos programas de permanência é suficiente para a demanda dos estudantes no CEFET-MG.	255	1	5	2,80	1,05
36) A dotação orçamentária anual tem ampliado a quantidade de atendimento dos programas de permanência.	255	1	5	3,37	0,80

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos indicadores, na escala de *Likert* de cinco pontos, ficou entre Indiferente (3) com tendência a Concordo Parcialmente (4), o que se pode avaliar como desconhecimento da Política de Assistência Estudantil ou uma concordância parcial de que a Política tem desempenhado positivamente de alguma maneira suas ações. Siluk (2007) descreve que um indicador de desempenho tem como objetivo identificar onde o processo precisa de melhoria e se está sob controle. Cohen e Franco (2008, p. 152-153) complementam que o indicador é a “unidade que permite medir o alcance de um objetivo específico” e que os resultados obtidos promovem a retificação e reorientação das atividades em questão.

No Construto 6: Apoio socioeconômico (questões 4-11-12-13-14), que trata dos Programas de permanência, Bolsa Permanência, Bolsa de Complementação

Educacional, Bolsa Alimentação e Restaurante Escolar e Moradia Estudantil (este somente para verificar demanda); destaca-se a questão 12 (Média 4,04 e Desvio Padrão 0,81), a qual atinge um dos objetivos da Política de Assistência Estudantil de contribuir de alguma maneira para a permanência do estudante na escola. Cita-se uma justificativa do Respondente 121 do *campus* I:

“Não garantem de forma total, entretanto tem significativa contribuição para a permanência”.

As demais questões deste construto seguem a tendência geral da análise quantitativa de Indiferença e Concordância parcial. Segundo Siluk (2007), a definição de um indicador de desempenho é a base para realizar a avaliação, relacionada à medição de aspectos tangíveis para poderem ser expressos quantitativamente.

Apresentam-se duas justificativas de respondentes dos *campi* I e II com relação à realidade da aplicação do instrumental de pesquisa. Na época da coleta dos dados, o restaurante do *campus* II já havia sido inaugurado com atendimento universalizado e, no *campus* I, o atendimento ainda era por classificação socioeconômica. Expressa-se aqui uma das categorias citadas por Vos (1996), a de acesso em que é ofertado um determinado programa, mas não se assegura o acesso universalizado.

“o restaurante funciona bem e atende a todos” R123 Campus II

“o programa de alimentação escolar ainda não é para todos” R118 Campus I

A demanda por moradia estudantil demonstrou certa indiferença quanto à questão com baixa dispersão dos respondentes (Média 3,19 e Desvio Padrão 1,00), porém respondentes do mesmo *campus* apresentaram observações contraditórias a esta demanda, o que não representa a amostra, mas indica que esse assunto deve ser pesquisado com mais cautela.

“os programas de complementação educacional e de transporte já ajudam o estudante, não sendo necessário um programa de moradia”. R116 Campus II

“considero necessário a criação do programa de moradia estudantil do CEFET-MG, pois muitos alunos vêm do interior e não têm condições de arcar com a república”. R 96 Campus II

Somente as questões 34 e 35 do Construto 5: Recurso Orçamentário (questões 34-35-36) aproximam-se mais do discordo parcialmente com tendência à indiferença, o que demonstra que esses indicadores não atingem o objetivo da Política de Assistência Estudantil em atendimento universalizado aos discentes. Esse indicador mede o resultado de atendimento dos programas, e a previsão orçamentária é engessada conforme designação do governo federal. Discentes dos *campi* I e II apresentam igualdade em suas justificativas com relação à Discordância parcial desses indicadores:

“o recurso orçamentário não é o suficiente, pois a cada dia que passa o governo federal reduz as verbas para a educação”. R 98 Campus I

“a demanda é bem maior do que o número de vagas que são disponibilizadas”. R 98 Campus I

“faltam recursos para que mais estudantes sejam contemplados com os programas”. R 25 Campus II

“existe demanda maior que o mínimo de vagas. R 84 Campus II

Em uma avaliação, um dos critérios é a adequação, conforme a origem, dos recursos à sua aplicabilidade, bem como a relevância dos objetivos para a instituição (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2007).

#### **4.3.1.2 Análise dos dados ausentes**

Dados ausentes podem acontecer devido à recusa do respondente em emitir uma opinião, a erros na coleta de dados ou a erro na entrada de dados. De acordo com Hair *et al.* (2005), dados ausentes com padrões não aleatórios ou dados escondidos do pesquisador podem comprometer a generalização dos resultados, portanto, o ideal é que, caso existam dados ausentes, estes sejam aleatórios.

Dados ausentes aleatórios são classificados como *Ausentes ao acaso* (AAA) quando um valor ausente de Y depende de X, mas não de Y e dados *Ausentes*

*completamente ao acaso* (ACAA), quando valores de Y são realmente uma amostra aleatória de todos os valores de Y, não gerando vieses para os dados observados (HAIR *et al.*, 2005). Nesse caso, podem-se empregar algumas técnicas de correções que os autores sugerem, sendo a substituição do dado ausente pela média, o método mais utilizado.

A partir disso, realiza-se uma análise da extensão dos dados ausentes para cada um dos indicadores que serão utilizados no modelo, de forma a identificar a existência de padrões. Busca-se primeiramente a identificação de erros de procedimento, por meio da verificação dos valores mínimos e máximos observados. Foram encontrados dois valores que não estavam dentro dos limites da escala empregada nesta pesquisa (de 1 a 5 pontos). Dessa forma, recorre-se ao questionário e realiza-se a correção dos valores.

Após o ajuste descrito anteriormente, realiza-se primeiramente uma análise de quantos dados ausentes foram apresentados pelos indivíduos que compõem a amostra. Como descrito, define-se que indivíduos com dados ausentes superiores a 10% são excluídos da amostra, pois isso afeta a validade das respostas. Dessa forma, cinco (5), dos 257 questionários tabulados, foram excluídos. Após a exclusão de tais questionários, os dados ausentes contabilizados foram 74, o que representa 0,82% do total de respostas.

Para verificar se tais dados ausentes são aleatórios ou não, foi aplicado o procedimento, sugerido por Hair *et al.* (2005), de realização de um teste disponível no SPSS 13.0 denominado *Little's MCar*. Tal teste analisa o padrão de dados ausentes em todas as variáveis e compara com o padrão esperado para um processo de dados perdidos aleatórios (HAIR *et al.*, 2005), sendo que diferenças significativas indicam que os dados não são ACAA. O teste *Little's MCar* não se mostrou significativo revelando que os dados são ACAA (*Little's MCar test: Chi-Square = 1403,470, DF = 1385, Sig. = 0,359*). Dessa forma, opta-se por tratar os dados pelo método de reposição pela média, conforme sugere Hair *et al.* (2005).

### 4.3.2 Construção das variáveis que serão usadas nos testes de diferença de média

Conforme Fornell *et al.* (1996), os índices que se utilizam de modelos de validação estrutural possuem melhor precisão e poder de mensuração, do que índices criados por meio de médias simples. Dessa forma, para comparar o desempenho entre os *Campi* com base nos procedimentos de tratamento de dados relativos ao trabalho desenvolvido por Oliveira e Dias (2010), foram criados índices com referência nas cargas não padronizadas da Análise Fatorial Confirmatória (ANEXO B). A fórmula aplicada, que segue o padrão recomendado por Fornell *et al.* (1996), apresenta-se a seguir:

$$\text{Índice } X = \left( \frac{\sum_{i=1}^X (L * E)}{\sum_{i=1}^X L} \right) * 100$$

L = Carga estrutural não padronizada do fator no construto

E = Desempenho da variável atribuído pelo respondente

X = Número de variáveis que irão compor o índice

A constante 100 é utilizada para permitir que a escala varie de 1 a 5, como no questionário aplicado. A TAB. 3 exibe uma análise descritiva das variáveis criadas, mostrando que todas as observações estão dentro dos valores mínimos e máximos da escala, bem como a média e o desvio padrão.

Tabela 3 – Análise descritiva dos construtos que compõem a Avaliação do desempenho da política de Assistência Estudantil no CEFET-MG

Construto	n	Mínimo	Máximo	Média	DP
C1 – Articulação	252	1,00	5,00	3,34	0,62
C2 – Assessoria	252	1,00	5,00	3,56	0,56
C3 – Democratização e inclusão	252	1,00	5,00	3,69	0,63
C4 – Comunicação	252	1,00	5,00	3,31	0,70
C5 – Recurso orçamentário	252	1,00	5,00	2,94	0,79
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	252	1,71	5,00	3,60	0,68
C7 – Acesso e Seleção	252	1,30	5,00	3,71	0,71
C8 – Orientação e acompanhamento	252	1,00	5,00	3,47	0,83

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se também a baixa dispersão detectada no desvio padrão de todas as respostas da opinião dos respondentes e a Média da maioria dos construtos entre 3 e 4, ou seja, entre a Indiferença e a Concordância parcial dos respondentes quanto aos indicadores de avaliação. A indiferença pode caracterizar-se por desconhecimento da Política como diz um respondente:

“Não possuo conhecimento integral sobre o assunto relacionado ao questionário, por isso sou indiferente sobre esses assuntos”. R 121 Campus II

E a concordância parcial pode ser caracterizada pela observação de um respondente:

“Acredito que a bolsa ajuda muito, porém não é capaz de melhorar a condição socioeconômica de uma família, visto que o valor recebido é apenas um atenuante da situação vivenciada pelos estudantes”. R13 Campus I

#### **4.3.3 Avaliação dos pressupostos para utilização de testes *t* de diferença de média**

Antes de proceder ao teste de hipóteses de diferença de média, verifica-se primeiramente se os dados seguem uma distribuição normal. Para analisar se os dados estão distribuídos conforme a curva normal e se possuem suas propriedades – forma de sino, simetria, correspondências de medidas de tendência central –, utiliza-se o teste de *Kolmogorov-Sminorv Z*. Vale ressaltar que o teste *t* de diferença de média é robusto a desvios da normalidade, conforme sugere Malhotra (2006).

A TAB. 4 exhibe o resultado para o teste de normalidade de *Kolmogorov-Sminorv Z* analisado por *Campi*. Para confirmar que a variável segue uma distribuição normal, é necessário que a significância do teste seja superior a 5%. Verifica-se que as variáveis C7 – Acesso e Seleção – e C8 – Orientação e acompanhamento – não apresentam distribuição normal para nenhum dos *Campi*. C1 – Articulação – e C5 – Recurso orçamentário – não apresentam distribuição normal para o *Campus II*, ou



seja, a dispersão em torno das médias não tem distribuição como a curva normal. Os demais construtos seguem uma distribuição normal.

Tabela 4 – Teste de normalidade – Por *Campi*

Construto	Campus I			Campus II		
	n	Est.	Sig.	n	Est.	Sig.
C1 – Articulação	123	1,196	11%	129	2,328	<b>0%*</b>
C2 – Assessoria	123	1,025	24%	129	1,165	13%
C3 - Democratização e inclusão	123	0,598	87%	129	1,015	25%
C4 – Comunicação	123	0,779	58%	129	0,538	93%
C5 - Recurso orçamentário	123	1,365	5%	129	1,564	<b>1%*</b>
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	123	0,810	53%	129	1,029	24%
C7 - Acesso e Seleção	123	1,380	<b>4%*</b>	129	1,593	<b>1%*</b>
C8 - Orientação e acompanhamento	123	1,363	<b>5%*</b>	129	2,275	<b>0%*</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.\*: Os valores marcados de negrito indicam que a significância do teste é inferior a 5%.

Já a TAB. 5 apresenta os resultados do teste de normalidade para os construtos separados por nível de ensino. Observa-se que a variável C8 – Orientação e acompanhamento – não apresenta distribuição normal para nenhum dos níveis de ensino, o que também está representado entre os *campi*. Já a variável C1 – Articulação – não apresenta distribuição normal para o nível de graduação, o mesmo citado pela TAB. 4 quanto a não distribuição normal para o *campus* II, onde há maior número de estudantes da graduação. As variáveis C5 – Recurso orçamentário – e C7 – Acesso e seleção – não apresentam distribuição normal para o nível médio/técnico.

Tabela 5 – Teste de normalidade – Por Nível de Ensino

Construto	Médio/profissional			Graduação		
	n	Est.	Sig.	n	Est.	Sig.
C1 – Articulação	152	1,236	9%	100	1,642	<b>1%*</b>
C2 – Assessoria	152	1,194	12%	100	0,952	33%
C3 - Democratização e inclusão	152	0,664	77%	100	0,727	67%
C4 – Comunicação	152	0,876	43%	100	0,393	100%
C5 - Recurso orçamentário	152	1,384	<b>4%*</b>	100	1,324	6%
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	152	0,561	91%	100	0,750	63%
C7 - Acesso e Seleção	152	1,753	<b>0%*</b>	100	1,095	18%
C8 - Orientação e acompanhamento	152	1,356	<b>5%*</b>	100	2,074	<b>0%*</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.\*: Os valores marcados de negrito indicam que a significância do teste é inferior a 5%.

Os resultados da TAB. 6 mostram se os construtos apresentam distribuição normal de acordo com a participação ou não nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional. Verifica-se que as variáveis C1 – Articulação –, C5 – Recurso orçamentário – e C8 – Orientação e acompanhamento – não apresentam distribuição normal tanto para quem participou quanto para quem não participou de tais programas. Já a variável C7 – Acesso e Seleção – rejeitou a hipótese de pertencer a uma curva normal somente para quem não participou de tais programas citados anteriormente, o que caracteriza que a percepção de quem tem uma participação direta em algum programa apresenta maior conhecimento e possibilidade de avaliar de fato do que está usufruindo.

Tabela 6 – Teste de normalidade – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional

Construto	Participou			Não participou		
	n	Est.	Sig.	n	Est.	Sig.
C1 – Articulação	139	1,413	<b>4%*</b>	113	2,279	<b>0%*</b>
C2 – Assessoria	139	1,015	25%	113	1,183	12%
C3 – Democratização e inclusão	139	0,659	78%	113	1,156	14%
C4 – Comunicação	139	0,819	51%	113	0,862	45%
C5 – Recurso orçamentário	139	1,386	<b>4%*</b>	113	1,704	<b>1%*</b>
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	139	0,478	98%	113	0,798	55%
C7 – Acesso e Seleção	139	1,357	5%	113	1,628	<b>1%*</b>
C8 – Orientação e acompanhamento	139	1,507	<b>2%*</b>	113	2,392	<b>0%*</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.\*: Os valores marcados de negrito indicam que a significância do teste é inferior a 5%.

Os resultados referentes ao teste de normalidade de acordo com a participação ou não em programas de auxílio alimentação são apresentados na TAB. 7. Observa-se que, para a variável C7 – Acesso e Seleção – rejeitou-se a hipótese nula de pertencer a uma distribuição normal tanto para quem participou de tais programas quanto para quem não participou. Retrata-se aqui a não universalização do atendimento no Programa de Alimentação Estudantil na participação do programa. Já as variáveis C1 – Articulação –, C5 – Recurso orçamentário – e C8 – Orientação e acompanhamento – não apresentaram normalidade no caso dos que não participaram de tais programas.

Tabela 7 – Teste de normalidade – Por Participação nos programas de Alimentação Escolar

Construto	Participou			Não participou		
	n	Est.	Sig.	n	Est.	Sig.
C1 – Articulação	137	1,262	8%	115	1,793	<b>0%*</b>
C2 – Assessoria	137	0,978	29%	115	0,878	42%
C3 – Democratização e inclusão	137	0,517	95%	115	0,837	49%
C4 – Comunicação	137	0,808	53%	115	0,581	89%
C5 – Recurso orçamentário	137	1,234	10%	115	1,513	<b>2%*</b>
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	137	0,597	87%	115	0,933	35%
C7 – Acesso e Seleção	137	1,528	<b>2%*</b>	115	1,403	<b>4%*</b>
C8 – Orientação e acompanhamento	137	1,324	6%	115	1,955	<b>0%*</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.\*: Os valores marcados de negrito indicam que a significância do teste é inferior a 5%.

Por fim, a TAB. 8 exibe os resultados do teste de normalidade para os construtos de acordo com as faixas de tempo em que o entrevistado estuda no CEFET/MG. Verifica-se que apenas a variável C8 – Orientação e acompanhamento – não apresenta distribuição normal no caso da categoria até 1 ano e a variável C1 – Articulação – rejeitou a hipótese nula de pertencer a uma distribuição normal no caso da categoria 3 anos ou mais.

Tabela 8 – Teste de normalidade – Por Tempo em que estuda no CEFET/MG

Construto	Até 1 ano			De 1 a 2 anos			De 2 a 3 anos			3 anos ou mais		
	n	Est.	Sig.	n	Est.	Sig.	n	Est.	Sig.	n	Est.	Sig.
C1 - Articulação	68	1,305	7%	61	1,144	15%	55	0,699	71%	60	1,409	<b>4%*</b>
C2 - Assessoria	68	0,964	31%	61	0,917	37%	55	0,770	59%	60	0,789	56%
C3 - Democratização e inclusão	68	0,759	61%	61	0,566	91%	55	0,625	83%	60	0,660	78%
C4 - Comunicação	68	0,543	93%	61	0,865	44%	55	0,467	98%	60	0,523	95%
C5 - Recurso orçamentário	68	1,368	<b>5%*</b>	61	1,180	12%	55	0,793	56%	60	0,878	42%
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	68	0,533	94%	61	0,709	70%	55	0,448	99%	60	0,754	62%
C7 - Acesso e Seleção	68	1,278	8%	61	1,338	6%	55	0,851	46%	60	1,058	21%
C8 - Orientação e acompanhamento	68	1,415	<b>4%*</b>	61	1,158	14%	55	0,933	35%	60	1,324	6%

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.\*: Os valores marcados de negrito indicam que a significância do teste é inferior a 5%.

Vale ressaltar que o teste *t* de diferença de média é robusto a desvios da normalidade, conforme sugere Malhotra (2006). Dessa forma, apesar de algumas

variáveis terem rejeitado a hipótese nula de pertencimento a uma curva normal foi dado prosseguimento às análises.

Para verificar se as variáveis apresentam igualdade de variância, foi realizado o Teste de *Levene* (LEVINE; BERESON e STEPHAN, 2000). A TAB. 9 exhibe os resultados para os testes. Tais resultados irão guiar se o teste *t* de diferença de médias será para amostras com variância igual ou diferente.

Tabela 9 – Teste de igualdade de variância

Construto	Variável categórica									
	Campi		Nível de ensino		Programa BP ou BCE <sup>1</sup>		Programas AE <sup>2</sup>		Tempo que estuda no CEFET/MG	
	Est.	Sig.	Est.	Sig.	Est.	Sig.	Est.	Sig.	Est.	Sig.
C1 - Articulação	9,820	<b>0%*</b>	2,668	10%	8,471	<b>0%*</b>	2,066	15%	2,380	7%
C2 - Assessoria	3,829	5%	0,004	95%	3,211	7%	0,000	99%	2,527	6%
C3 - Democratização e inclusão	0,947	33%	0,037	85%	2,442	12%	0,556	46%	0,117	95%
C4 - Comunicação	0,470	49%	0,069	79%	0,192	66%	2,893	9%	5,236	<b>0%*</b>
C5 - Recurso orçamentário	2,706	10%	1,079	30%	2,896	9%	2,283	13%	2,043	11%
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	2,884	9%	0,537	46%	1,219	27%	0,025	87%	1,612	19%
C7 - Acesso e Seleção	0,058	81%	1,031	31%	0,001	98%	1,086	30%	0,696	56%
C8 - Orientação e acompanhamento	0,011	92%	7,646	<b>1%*</b>	1,075	30%	0,202	65%	2,805	<b>4%*</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.<sup>1</sup>: Programa Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional.

Obs.<sup>2</sup>: Programa de Alimentação Escolar.

Obs.\*: Os valores marcados de negrito indicam que a significância do teste é inferior a 5%.

Verifica-se que, para a variável categórica *Campi* e Programa BP ou BCE, apenas o construto C1 – Articulação – não apresentou igualdade de variância. Para a variável Nível de ensino, tal fato ocorreu para o construto C8 – Orientação e acompanhamento. No caso da variável Programa AE, nenhum construto rejeitou a hipótese nula de igualdade de variância. Por fim, para a variável Tempo em que estuda no CEFET-MG, os construtos C5 – Recurso orçamentário – e C8 – Orientação e acompanhamento – rejeitaram a hipótese nula de igualdade de variância. Tais resultados guiaram a seguir qual teste será usado. Com base nos

resultados referentes à existência de igualdade de variância ou não, será utilizado o teste de diferença de média mais adequado caso a caso, como já foi mencionado anteriormente.

#### 4.3.4 Realização dos testes de diferença de média

##### 4.3.4.1 Comparação entre os *Campi* I e II

Antes de verificar os testes de diferença de média, vale conferir os tamanhos das amostras, as médias amostrais, os desvios padrão e os erros padrão encontrados para as variáveis analisadas por *Campi* em que o respondente estuda. A TAB. 10 exibe tais resultados.

Tabela 10 – Análise descritiva dos dados – Por *Campi*

Construto	Campus em que estuda	n	Média	Desvio padrão	Erro padrão médio
C1 - Articulação	Campus I	123	3,39	0,71	0,06
	Campus II	129	3,29	0,51	0,04
C2 - Assessoria	Campus I	123	3,67	0,62	0,06
	Campus II	129	3,45	0,47	0,04
C3 - Democratização e inclusão	Campus I	123	3,75	0,66	0,06
	Campus II	129	3,63	0,59	0,05
C4 - Comunicação	Campus I	123	3,41	0,73	0,07
	Campus II	129	3,21	0,67	0,06
C5 - Recurso orçamentário	Campus I	123	2,90	0,85	0,08
	Campus II	129	2,98	0,74	0,07
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	Campus I	123	3,46	0,70	0,06
	Campus II	129	3,73	0,63	0,06
C7 - Acesso e Seleção	Campus I	123	3,75	0,72	0,06
	Campus II	129	3,67	0,69	0,06
C8 - Orientação e acompanhamento	Campus I	123	3,44	0,83	0,07
	Campus II	129	3,50	0,82	0,07

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a Média de Desvio Padrão entre os *campi* são próximas, indicando certa similaridade da percepção entre eles, com diferenças mínimas.

A TAB. 11 apresenta os resultados para o teste de diferença de média. Para rejeitar a hipótese nula de que as médias de ambos os *Campi* – I e II – são iguais, é necessário que a significância do teste seja inferior a 5% (MALHOTRA, 2006). Dessa forma, verifica-se que as variáveis C2 – Assessoria –, C4 – Comunicação – e C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem – rejeitaram a hipótese nula de igualdade de médias, sendo que o *Campus* I apresentou valores para tais variáveis superiores ao *Campus* II. As magnitudes de tais diferenças podem ser observadas na TAB. abaixo.

Tabela 11 – Teste de diferença de média – Por *Campi*

Construto	Teste t <sup>a</sup>	GL <sup>b</sup>	Sig. <sup>c</sup>	Dif. Média <sup>d</sup>	DP <sup>e</sup>	IC de 95% da dif. <sup>f</sup>	
						LI <sup>g</sup>	LS <sup>h</sup>
C1 - Articulação	1,258	220	21%	0,099	0,079	-0,056	0,253
C2 - Assessoria	3,158	250	<b>0%*</b>	0,218	0,069	0,082	0,354
C3 - Democratização e inclusão	1,565	250	12%	0,123	0,079	-0,032	0,278
C4 - Comunicação	2,275	250	<b>2%*</b>	0,199	0,088	0,027	0,372
C5 - Recurso orçamentário	-0,768	250	44%	-0,077	0,100	-0,274	0,120
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	-3,121	250	<b>0%*</b>	-0,262	0,084	-0,428	-0,097
C7 - Acesso e Seleção	0,891	250	37%	0,079	0,089	-0,096	0,255
C8 - Orientação e acompanhamento	-0,603	250	55%	-0,063	0,104	-0,268	0,143

Fonte: Dados da pesquisa

Observações: Teste t<sup>a</sup> = Estatística do teste ; GL<sup>b</sup>= Graus de Liberdade; Sig.<sup>c</sup>= Significância do teste; Dif. Média<sup>d</sup>= Diferença entre as médias da categoria; DP<sup>e</sup>= Desvio Padrão; IC de 95% da dif.<sup>f</sup> = Intervalo de confiança de 95% da diferença entre as médias; LI<sup>g</sup>= Limite inferior; LS<sup>h</sup>= Limite superior.

A TAB. 12 apresenta de forma concisa o resultado dos testes de hipótese realizados neste tópico.

Tabela 12 – Resultados dos testes de hipóteses

Variáveis	Hipóteses testadas	Diferenças	Sig.	Resultados
C1) Articulação	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	0,099	21%	Aceita
C2) Assessoria	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	0,218	0%	Rejeita
C3) Democratização e inclusão	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	0,123	12%	Aceita
C4) Comunicação	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	0,199	2%	Rejeita
C5) Recurso orçamentário	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	-0,077	44%	Aceita
C6) Apoio socioeconômico e de aprendizagem	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	-0,262	0%	Rejeita
C7) Acesso e Seleção	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	0,079	37%	Aceita
C8) Orientação e acompanhamento	$\mu$ Campus I = $\mu$ Campus II	-0,063	55%	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.3.4.2 – Comparação entre o nível de ensino do respondente

A TAB. 13 exibe os resultados dos tamanhos de amostra, das médias amostrais, desvios padrão e erros padrão encontrados para as variáveis analisadas tanto para os respondentes do ensino médio / técnico, quanto da graduação.

Tabela 13 – Análise descritiva dos dados – Por Nível de Ensino (continua)

Construto	Nível de ensino	n	Média	Desvio padrão	Erro padrão médio
C1 – Articulação	Médio / técnico	152	3,38	0,64	0,05
	Graduação	100	3,28	0,58	0,06
C2 – Assessoria	Médio / técnico	152	3,64	0,54	0,04
	Graduação	100	3,43	0,56	0,06
C3 - Democratização e inclusão	Médio / técnico	152	3,78	0,60	0,05
	Graduação	100	3,55	0,64	0,06
C4 – Comunicação	Médio / técnico	152	3,35	0,70	0,06
	Graduação	100	3,25	0,71	0,07
C5 - Recurso orçamentário	Médio / técnico	152	2,95	0,83	0,07
	Graduação	100	2,92	0,74	0,07

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 13 – Análise descritiva dos dados – Por Nível de Ensino (fim).

Construto	Nível de ensino	n	Média	Desvio padrão	Erro padrão médio
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	Médio / técnico	152	3,56	0,65	0,05
	Graduação	100	3,65	0,72	0,07
C7 - Acesso e Seleção	Médio / técnico	152	3,78	0,69	0,06
	Graduação	100	3,60	0,72	0,07
C8 - Orientação e acompanhamento	Médio / técnico	152	3,46	0,91	0,07
	Graduação	100	3,50	0,68	0,07

Fonte: Dados da pesquisa

A TAB. 14 apresenta os resultados para o teste de diferença de média na comparação por nível de ensino. Verifica-se que as variáveis C2 – Assessoria –, C3 – Democratização e inclusão – e C7 – Acesso e Seleção – rejeitaram a hipótese nula de igualdade de médias dentre os níveis de ensino. Vale ressaltar que os respondentes do ensino Médio/técnico atribuem maiores médias para tais itens do que os entrevistados do nível de graduação.

Tabela 14 – Teste de diferença de média – Por Nível de Ensino

Construto	Teste t <sup>a</sup>	GL <sup>b</sup>	Sig. <sup>c</sup>	Dif. Média <sup>d</sup>	DP <sup>e</sup>	IC de 95% da dif. <sup>f</sup>	
						LI <sup>g</sup>	LS <sup>h</sup>
C1 – Articulação	1,255	250	21%	0,100	0,080	-0,057	0,257
C2 – Assessoria	3,086	250	0%*	0,218	0,071	0,079	0,356
C3 – Democratização e inclusão	2,938	250	0%*	0,234	0,080	0,077	0,390
C4 – Comunicação	1,077	250	28%	0,097	0,090	-0,080	0,275
C5 – Recurso orçamentário	0,290	250	77%	0,030	0,102	-0,172	0,231
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	-1,052	250	29%	-0,092	0,087	-0,264	0,080
C7 – Acesso e Seleção	1,935	250	5%*	0,175	0,090	-0,003	0,353
C8 – Orientação e acompanhamento	-0,389	246	70%	-0,039	0,101	-0,237	0,159

Fonte: Dados da pesquisa

Observações: Teste t<sup>a</sup> = Estatística do teste ; GL<sup>b</sup> = Graus de Liberdade; Sig.<sup>c</sup> = Significância do teste; Dif. Média<sup>d</sup> = Diferença entre as médias da categoria; DP<sup>e</sup> = Desvio Padrão; IC de 95% da dif.<sup>f</sup> = Intervalo de confiança de 95% da diferença entre as médias; LI<sup>g</sup> = Limite inferior; LS<sup>h</sup> = Limite superior.

A TAB. 15 apresenta de forma concisa o resultado dos testes de hipótese realizados neste tópico.



Tabela 15 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Nível de Ensino

Variáveis	Hipóteses testadas	Diferenças	Sig.	Resultados
C1) Articulação	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	0,100	21%	Aceita
C2) Assessoria	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	0,218	0%	Rejeita
C3) Democratização e inclusão	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	0,234	0%	Rejeita
C4) Comunicação	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	0,097	28%	Aceita
C5) Recurso orçamentário	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	0,030	77%	Aceita
C6) Apoio socioeconômico e de aprendizagem	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	-0,092	29%	Aceita
C7) Acesso e Seleção	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	0,175	5%	Rejeita
C8) Orientação e acompanhamento	$\mu$ Médio / técnico = $\mu$ Graduação	-0,039	70%	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.3.4.3 – Comparação entre quem já participou de bolsa (Permanência ou Complementação Educacional) e quem nunca participou

A TAB. 16 exibe os tamanhos das amostras, as médias, os desvios padrão e os erros padrão médios tanto para os que participaram dos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional quanto para os que não participaram de tais programas.

Tabela 16 – Análise descritiva dos dados – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional (continua)

Construto	Programas BP ou BCE <sup>1</sup>	n	Média	Desvio padrão	Erro padrão médio
C1 – Articulação	Participou	139	3,42	0,69	0,06
	Não participou	112	3,24	0,50	0,05
C2 – Assessoria	Participou	139	3,65	0,60	0,05
	Não participou	112	3,44	0,48	0,05
C3 - Democratização e inclusão	Participou	139	3,76	0,67	0,06
	Não participou	112	3,60	0,57	0,05
C4 – Comunicação	Participou	139	3,46	0,70	0,06
	Não participou	112	3,12	0,66	0,06

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 16 – Análise descritiva dos dados – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional (fim)

Construto	Programas BP ou BCE <sup>1</sup>	n	Média	Desvio padrão	Erro padrão médio
C5 - Recurso orçamentário	Participou	139	2,94	0,84	0,07
	Não participou	112	2,94	0,74	0,07
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	Participou	139	3,56	0,69	0,06
	Não participou	112	3,65	0,66	0,06
C7 - Acesso e Seleção	Participou	139	3,79	0,72	0,06
	Não participou	112	3,60	0,68	0,06
C8 - Orientação e acompanhamento	Participou	139	3,49	0,85	0,07
	Não participou	112	3,45	0,80	0,08

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.<sup>1</sup>: Programa Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional.

A TAB. 17 exibe os resultados para o teste de diferença de médias deste tópico. Verifica-se que, para as variáveis C1 – Articulação –, C2 – Assessoria –, C3 – Democratização e inclusão –, C4 – Comunicação – e C7 – Acesso e Seleção – a hipótese nula de igualdade de médias foi rejeitada, sendo que os entrevistados que já participaram de tais programas (Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional) atribuem valores superiores às variáveis citadas anteriormente comparados aos que nunca participaram.

Tabela 17 – Teste de diferença de média – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional

Construto	Teste t <sup>a</sup>	GL <sup>b</sup>	Sig. <sup>c</sup>	Dif. Média <sup>d</sup>	DP <sup>e</sup>	IC de 95% da dif. <sup>f</sup>	
						LI <sup>g</sup>	LS <sup>h</sup>
C1 – Articulação	2,450	246,8828	1%*	0,185	0,075	0,036	0,333
C2 – Assessoria	3,132	249	0%*	0,218	0,070	0,081	0,355
C3 - Democratização e inclusão	2,003	249	5%*	0,159	0,079	0,003	0,315
C4 – Comunicação	3,917	249	0%*	0,339	0,087	0,169	0,510
C5 - Recurso orçamentário	0,041	249	97%	0,004	0,101	-0,195	0,203
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	-0,947	249	34%	-0,082	0,086	-0,251	0,088
C7 - Acesso e Seleção	2,160	249	3%*	0,193	0,089	0,017	0,369
C8 - Orientação e acompanhamento	0,446	249	66%	0,047	0,105	-0,160	0,254

Fonte: Dados da pesquisa

Observações: Teste t<sup>a</sup> = Estatística do teste ; GL<sup>b</sup> = Graus de Liberdade; Sig.<sup>c</sup> = Significância do teste; Dif. Média<sup>d</sup> = Diferença entre as médias da categoria; DP<sup>e</sup> = Desvio Padrão; IC de 95% da dif.<sup>f</sup>

= Intervalo de confiança de 95% da diferença entre as médias; LI<sup>g</sup>= Limite inferior; LS<sup>h</sup>= Limite superior.

A TAB. 18 apresenta de forma concisa o resultado dos testes de hipótese realizados neste tópico.

Tabela 18 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Participação nos programas Bolsa Permanência ou Bolsa de Complementação Educacional

Variáveis	Hipóteses testadas	Diferenças	Sig.	Resultados
C1) Articulação	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	0,185	1%	Rejeita
C2) Assessoria	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	0,218	0%	Rejeita
C3) Democratização e inclusão	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	0,159	5%	Rejeita
C4) Comunicação	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	0,339	0%	Rejeita
C5) Recurso orçamentário	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	0,004	97%	Aceita
C6) Apoio socioeconômico e de aprendizagem	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	-0,082	34%	Aceita
C7) Acesso e Seleção	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	0,193	3%	Rejeita
C8) Orientação e acompanhamento	$\mu$ Participou = $\mu$ Não participou	0,047	66%	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.3.4.4 – Comparação entre quem já participou algum tipo de benefício do Programa de Alimentação Escolar e quem nunca participou

Antes de verificar os testes de diferença de média, vale conferir os tamanhos das amostras, as médias amostrais, os desvios padrão e os erros padrão encontrados para as variáveis analisadas tanto para os respondentes que já participaram deste programa quanto para os respondentes que nunca participaram de tal programa, na TAB. 19 na página seguinte.

Tabela 19 – Análise descritiva dos dados – Por Participação nos programas de auxílio à alimentação

<b>Construto</b>	<b>Programa AA<sup>2</sup></b>	<b>n</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Erro padrão médio</b>
C1 – Articulação	Participou	137	3,42	0,63	0,05
	Não participou	115	3,24	0,59	0,05
C2 – Assessoria	Participou	137	3,64	0,54	0,05
	Não participou	115	3,46	0,56	0,05
C3 – Democratização e inclusão	Participou	137	3,70	0,60	0,05
	Não participou	115	3,67	0,66	0,06
C4 – Comunicação	Participou	137	3,41	0,65	0,06
	Não participou	115	3,18	0,74	0,07
C5 – Recurso orçamentário	Participou	137	2,93	0,83	0,07
	Não participou	115	2,95	0,75	0,07
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	Participou	137	3,56	0,66	0,06
	Não participou	115	3,64	0,70	0,07
C7 – Acesso e Seleção	Participou	137	3,75	0,69	0,06
	Não participou	115	3,66	0,72	0,07
C8 – Orientação e acompanhamento	Participou	137	3,44	0,82	0,07
	Não participou	115	3,52	0,84	0,08

Fonte: Dados da pesquisa

Obs.<sup>2</sup>: Programas de auxílio à alimentação.

No que tange ao teste de diferença de médias para a participação em programa de Alimentação Escolar, verifica-se que as variáveis C1 – Articulação –, C2 – Assessoria – e C4 – Comunicação –, rejeitaram a hipótese nula de igualdade de médias (TAB. 20). Vale ressaltar que os respondentes que já participaram de tais programas atribuíram médias superiores para as variáveis citadas em relação aos que não participaram.

Tabela 20 – Teste de diferença de média – Por Participação nos programas de auxílio à alimentação

Construto	Teste t <sup>a</sup>	GL <sup>b</sup>	Sig. <sup>c</sup>	Dif. Média <sup>d</sup>	DP <sup>e</sup>	IC de 95% da dif. <sup>f</sup>	
						LI <sup>g</sup>	LS <sup>h</sup>
C1 – Articulação	2,300	250	2%	0,178	0,078	0,026	0,331
C2 – Assessoria	2,606	250	1%	0,181	0,070	0,044	0,319
C3 – Democratização e inclusão	0,428	250	67%	0,034	0,079	-0,122	0,190
C4 – Comunicação	2,637	250	1%	0,231	0,088	0,059	0,404
C5 – Recurso orçamentário	-0,128	250	90%	-0,013	0,101	-0,211	0,185
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	-0,891	250	37%	-0,076	0,086	-0,245	0,093
C7 – Acesso e Seleção	0,928	250	35%	0,083	0,089	-0,093	0,259
C8 – Orientação e acompanhamento	-0,733	250	46%	-0,077	0,105	-0,283	0,129

Fonte: Dados da pesquisa

Observações: Teste t<sup>a</sup> = Estatística do teste ; GL<sup>b</sup>= Graus de Liberdade; Sig.<sup>c</sup>= Significância do teste; Dif. Média<sup>d</sup>= Diferença entre as médias da categoria; DP<sup>e</sup>= Desvio Padrão; IC de 95% da dif.<sup>f</sup> = Intervalo de confiança de 95% da diferença entre as médias; LI<sup>g</sup>= Limite inferior; LS<sup>h</sup>= Limite superior.

A TAB. 21 apresenta de forma concisa o resultado dos testes de hipótese realizados neste tópico.

Tabela 21 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Participação nos programas de auxílio à alimentação

Variáveis	Hipóteses testadas	Diferenças	Sig.	Resultados
C1) Articulação	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	0,178	2%	Rejeita
C2) Assessoria	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	0,181	1%	Rejeita
C3) Democratização e inclusão	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	0,034	67%	Aceita
C4) Comunicação	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	0,231	1%	Rejeita
C5) Recurso orçamentário	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	-0,013	90%	Aceita
C6) Apoio socioeconômico e de aprendizagem	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	-0,076	37%	Aceita
C7) Acesso e Seleção	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	0,083	35%	Aceita
C8) Orientação e acompanhamento	$\mu$ participou = $\mu$ não participou	-0,077	46%	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.3.4.5 – Comparação entre as categorias referentes ao tempo em que estuda no CEFET/MG

A TAB. 22 apresenta uma análise descritiva dos construtos a serem testados divididos pelas categorias da variável Tempo em que estuda no CEFET-MG.

Tabela 22 – Análise descritiva dos dados – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG (continua)

Construto	Tempo que estuda no CEFET-MG	n	Média	DP	EP	IC de 95% para média		Mín.	Max.
						LI	LS		
C1 – Articulação	Até 1 ano	68	3,40	0,530,06	3,27	3,52	2,16	5,00	
	De 1 a 2 anos	61	3,40	0,650,08	3,23	3,56	1,51	5,00	
	De 2 a 3 anos	55	3,36	0,730,10	3,16	3,55	1,79	5,00	
	3 anos ou mais	60	3,22	0,570,07	3,07	3,37	1,00	4,75	
	Total	244	3,35	0,620,04	3,27	3,42	1,00	5,00	
C2 – Assessoria	Até 1 ano	68	3,55	0,430,05	3,44	3,65	2,60	4,62	
	De 1 a 2 anos	61	3,57	0,620,08	3,41	3,73	2,15	5,00	
	De 2 a 3 anos	55	3,72	0,570,08	3,57	3,87	2,82	5,00	
	3 anos ou mais	60	3,42	0,540,07	3,28	3,56	1,00	4,44	
	Total	244	3,56	0,550,04	3,49	3,63	1,00	5,00	
C3 – Democratização e inclusão	Até 1 ano	68	3,80	0,590,07	3,66	3,95	2,50	5,00	
	De 1 a 2 anos	61	3,71	0,640,08	3,54	3,87	2,07	5,00	
	De 2 a 3 anos	55	3,75	0,580,08	3,59	3,91	2,61	5,00	
	3 anos ou mais	60	3,47	0,640,08	3,30	3,63	1,00	4,77	
	Total	244	3,69	0,620,04	3,61	3,76	1,00	5,00	
C4 – Comunicação	Até 1 ano	68	3,39	0,600,07	3,25	3,54	2,11	5,00	
	De 1 a 2 anos	61	3,18	0,870,11	2,96	3,41	1,00	5,00	
	De 2 a 3 anos	55	3,43	0,620,08	3,26	3,59	2,39	4,85	
	3 anos ou mais	60	3,22	0,660,08	3,05	3,39	1,61	4,86	
	Total	244	3,31	0,700,04	3,22	3,39	1,00	5,00	
C5 – Recurso orçamentário	Até 1 ano	68	3,27	0,640,08	3,12	3,43	1,60	5,00	
	De 1 a 2 anos	61	2,83	0,800,10	2,63	3,03	1,20	5,00	
	De 2 a 3 anos	55	2,90	0,900,12	2,66	3,15	1,00	5,00	
	3 anos ou mais	60	2,67	0,710,09	2,49	2,85	1,00	4,80	
	Total	244	2,93	0,790,05	2,83	3,03	1,00	5,00	

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 22 – Análise descritiva dos dados – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG (fim).

Construto	Tempo que estuda no CEFET-MG	n	Média	DP	EP	IC de 95% para média		Mín.	Max.
						LI	LS		
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	Até 1 ano	68	3,85	0,580,07	3,71	3,99	2,67	5,00	
	De 1 a 2 anos	61	3,47	0,660,08	3,30	3,64	1,88	4,84	
	De 2 a 3 anos	55	3,59	0,760,10	3,38	3,80	1,71	5,00	
	3 anos ou mais	60	3,47	0,680,09	3,30	3,65	1,71	5,00	
	Total	244	3,60	0,680,04	3,52	3,69	1,71	5,00	
C7 – Acesso e Seleção	Até 1 ano	68	3,80	0,710,09	3,63	3,97	1,97	5,00	
	De 1 a 2 anos	61	3,71	0,690,09	3,53	3,89	1,85	5,00	
	De 2 a 3 anos	55	3,73	0,800,11	3,52	3,95	1,30	5,00	
	3 anos ou mais	60	3,58	0,620,08	3,42	3,74	2,13	4,73	
	Total	244	3,71	0,710,05	3,62	3,80	1,30	5,00	
C8 – Orientação e acompanhamento	Até 1 ano	68	3,62	0,850,10	3,42	3,83	1,63	5,00	
	De 1 a 2 anos	61	3,37	0,760,10	3,18	3,56	1,00	5,00	
	De 2 a 3 anos	55	3,46	0,980,13	3,20	3,73	1,00	5,00	
	3 anos ou mais	60	3,40	0,720,09	3,22	3,59	1,00	5,00	
	Total	244	3,47	0,830,05	3,37	3,57	1,00	5,00	

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio do teste ANOVA, constatou-se que as variáveis C2 – Assessoria –, C3 – Democratização e inclusão –, C5 – Recurso orçamentário – e C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem – rejeitaram a hipótese nula de igualdade de médias.

Tabela 23 – Teste de diferença de média através da ANOVA – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG (continua).

Construtos	Efeitos	Soma dos quadrados	GI	Média dos quadrados	F	Sig.
C1 – Articulação	Dentro do grupo	1,277	3	0,426	1,115	34%
	Entre os grupos	91,617	240	0,382		
	Total	92,893	243			
C2 – Assessoria	Dentro do grupo	2,615	3	0,872	2,982	3%
	Entre os grupos	70,152	240	0,292		
	Total	72,767	243			
C3 – Democratização e inclusão	Dentro do grupo	4,064	3	1,355	3,598	1%
	Entre os grupos	90,356	240	0,376		
	Total	94,420	243			

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 23 – Teste de diferença de média através da ANOVA – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG (fim).

Construtos	Efeitos	Soma dos quadrados	GI	Média dos quadrados	F	Sig.
C5 – Recurso orçamentário	Dentro do grupo	12,732	3	4,244	7,350	0%
	Entre os grupos	138,582	240	0,577		
	Total	151,314	243			
C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem	Dentro do grupo	6,280	3	2,093	4,702	0%
	Entre os grupos	106,844	240	0,445		
	Total	113,124	243			
C7 – Acesso e Seleção	Dentro do grupo	1,621	3	0,540	1,084	36%
	Entre os grupos	119,607	240	0,498		
	Total	121,227	243			

Fonte: Dados da pesquisa

O teste de robustez de igualdade de média de *Brown-Forsythe* aplicado na análise das outras variáveis (considerando que as variâncias não são homogêneas, segundo o teste de *Levene*) não rejeitou a hipótese nula de igualdade de médias em nenhum dos dois casos, como pode ser observado na TAB. 24. Isso porque as significâncias dos dois testes foram superiores a 5%.

Tabela 24 – Teste de robustez de igualdade de média de *Brown-Forsythe* (quando as variâncias não são iguais) – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG.

Construto	Estatística	GI1	GI2	Sig.
C4 – Comunicação	1,824	3	213,84	14%
C8 – Orientação e acompanhamento	1,192	3	217,14	31%

Fonte: Dados da pesquisa

A TAB. 25 apresenta de forma concisa o resultado dos testes de hipótese realizados neste tópico.

Tabela 25 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG (continua).

Variáveis	Hipóteses testadas	Est.	Sig.	Resultados
C1) Articulação	$\mu$ das 4 categorias são iguais	1,115	34%	Aceita
C2) Assessoria	$\mu$ das 4 categorias são iguais	2,982	3%	Rejeita

Fonte: Dados da pesquisa



Tabela 25 – Resultados dos testes de hipóteses – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG (fim)

Variáveis	Hipóteses testadas	Est.	Sig.	Resultados
C3) Democratização e inclusão	$\mu$ das 4 categorias são iguais	3,598	1%	Rejeita
C4) Comunicação	$\mu$ das 4 categorias são iguais	213,84	14%	Aceita
C5) Recurso orçamentário	$\mu$ das 4 categorias são iguais	7,350	0%	Rejeita
C6) Apoio socioeconômico e de aprendizagem	$\mu$ das 4 categorias são iguais	4,702	0%	Rejeita
C7) Acesso e Seleção	$\mu$ das 4 categorias são iguais	1,084	36%	Aceita
C8) Orientação e acompanhamento	$\mu$ das 4 categorias são iguais	217,14	31%	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

Para observar par a par os itens que apresentam diferença de média, foi utilizado o teste de *Bonferroni* com ajuste para mais de duas amostras (TAB. 26). Verifica-se que, no caso da variável C2 – Assessoria –, os respondentes que estudam no CEFET-MG de 2 a 3 anos apresentaram média superior estatisticamente significativa do que os respondentes que estudam no CEFET-MG há 3 anos ou mais. No caso da variável C3 – Democratização e inclusão –, os respondentes que estudam no CEFET-MG há até 1 ano apresentaram média superior estatisticamente significativa do que os respondentes que estudam há 3 anos ou mais. Para a variável C5 – Recurso orçamentário –, a percepção de maior desempenho por parte dos que estudam no CEFET-MG há até 1 ano foi superior aos respondentes que se encontram nas demais faixas de tempo em que estudam no CEFET-MG. Por fim, a variável C6 – Apoio socioeconômico e de aprendizagem – foi melhor avaliada pelos respondentes que estudam no CEFET-MG há até 1 ano do que pelos entrevistados que estudam de 1 a 2 anos ou 3 anos ou mais.

Tabela 26 – Teste de *Bonferroni* (com ajuste) para verificar a existência de diferença de média – Por Tempo em que estuda no CEFET-MG.

Construtos	Até 1 ano (a)	De 1 a 2 anos (b)	De 2 a 3 anos (c)	3 anos ou mais (d)
C2 - Assessoria	3,55	3,57	3,72 <sup>d</sup>	3,42
C3 - Democratização e inclusão	3,80 <sup>d</sup>	3,71	3,75	3,47
C5 - Recurso orçamentário	3,27 <sup>b,c,d</sup>	2,83	2,90	2,67
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	3,85 <sup>b,d</sup>	3,47	3,59	3,47

Fonte: Dados da pesquisa

Na TAB. 27 apresenta-se a síntese dos resultados de hipóteses de igualdade que foram rejeitadas, com destaque, nas categorias Por Campi, Por nível de ensino médio/técnico, Por participação e não participação no Programa de Bolsa Permanência e Bolsa de Complementação educacional seguida do Programa de Alimentação escolar e a última categoria Por tempo que estuda no CEFET-MG nos quatro intervalos de tempo.

Tabela 27: Síntese de Resultados dos testes de hipóteses de diferenças de médias

Variáveis	Resultados				
	Por campi	Por nível de ensino	Participou ou não na BP ou BCE	Participou ou não da AE	Por tempo que estuda no CEFET-MG
C1) Articulação	Aceita	Aceita	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>	Aceita
C2) Assessoria	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>
C3) Democratização e inclusão	Aceita	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>	Aceita	<b>Rejeita</b>
C4) Comunicação	<b>Rejeita</b>	Aceita	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>	Aceita
C5) Recurso orçamentário	Aceita	Aceita	Aceita	Aceita	<b>Rejeita</b>
C6) Apoio socioeconômico e de aprendizagem	<b>Rejeita</b>	Aceita	Aceita	Aceita	<b>Rejeita</b>
C7) Acesso e Seleção	Aceita	<b>Rejeita</b>	<b>Rejeita</b>	Aceita	Aceita
C8) Orientação e acompanhamento	Aceita	Aceita	Aceita	Aceita	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

No C2 Assessoria observa-se que a hipótese nula de que as médias são iguais entre as categorias apresentadas todas foram rejeitadas, e o C1 Articulação apresentou a hipótese nula de igualdade rejeitada nas categorias de participação ou não nos Programas de BP, BCE e AE, o que pode-se fazer a seguinte indagação: Qual o significado de Assessoria e Articulação da Coordenação da Assistência Estudantil para os discentes e sua influência no cotidiano da escola?

No C5 Recurso Orçamentário a hipótese de igualdade foi rejeitada somente na categoria por tempo que estuda no CEFET-MG, tendo sido aceita nas demais categorias. O que indica uma percepção semelhante nas demais categorias de análise com relação a recursos insuficientes para atender a demanda da Assistência estudantil.

Pode-se fazer também a seguinte indagação com relação ao C4 Comunicação onde ocorreu hipótese de igualdade rejeitada nas categorias Por *campi*, Por participação ou não nos Programas de PB, BCE e AE: Por que a percepção diferenciada nestas categorias, uma vez que as diretrizes da Política de Assistência Estudantil são iguais para ambos os *campi*?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de desempenho de Políticas e/ou Programas Sociais está em pauta nos três níveis de governo e especificamente no contexto da assistência estudantil conforme referenciado nesta pesquisa. No entanto, a avaliação se faz necessária com a participação de todos os atores envolvidos no planejamento, sendo uma etapa contínua desse processo que poderá retificar e retroalimentar as ações planejadas.

No perfil dos respondentes, ocorreu uma homogeneidade quanto ao número de respondentes, quanto ao gênero (masculino e feminino), quanto ao estado civil (solteiro), quanto à declaração da cor/raça (branca e parda) e quanto a turno de estudo (diurno) nos dois *campi*. Observou-se, entretanto, uma diferença quanto ao nível de ensino e idade, característica esta dos perfis dos *campi*, sendo que, no *campus I*, há incidência de ensino médio profissional com estudantes menores de idade e, no *campus II*, ocorre a incidência de ensino da graduação com estudantes maiores de 18 anos. A origem escolar apresentou estudantes provenientes de escola pública predominantemente no *campus I* e, no *campus II*, provenientes de escolas públicas e particulares. Quanto ao tempo de estudo no CEFET-MG, no *campus I*, houve maior incidência para o tempo De 1 a 3 anos, já no *campus II*, prevaleceu Até 1 ano e, em seguida, 3 anos ou mais. A identificação homogênea do perfil dos respondentes nos *campi* atendeu ao objetivo da pesquisa de avaliar a percepção dos estudantes quanto à Política de Assistência Estudantil, indicando certa paridade nos *campi*.

Quanto ao objetivo geral desta dissertação de analisar a percepção dos estudantes quanto à execução da Política de Assistência Estudantil nos *campi I* e *II* do CEFET-MG, os dados analisados demonstraram que os estudantes que participaram de algum programa avaliam melhor a assistência estudantil do que os que não participaram de algum programa. A análise quantitativa também indicou que o desempenho da Política de Assistência Estudantil ficou entre Indiferente e Concordo parcialmente, o que indica certa positividade no desempenho dessa Política. Tal

constatação, segundo Silva e Costa (2000, p. 1), pode demonstrar que a avaliação de uma política ou programa perpassa a participação de beneficiários dessas ações, possibilitando “suprir informações críveis e úteis” para absorção de resultados que poderão influenciar no processo decisório de retroalimentação dessas ações.

O primeiro objetivo específico de descrever a Política de Assistência Estudantil no CEFET-MG foi atingido, uma vez que, para avaliar tal política, apresentou-se a sua trajetória histórica tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito da instituição, servindo como referencial para publicizá-la de forma sistematizada.

O modelo escolhido para a avaliação de desempenho é singular à Política de Assistência Estudantil no CEFET-MG, uma vez que os construtos atendem aos objetivos e diretrizes dessa Política. E os vários modelos apresentados demonstram que cada instituição com suas políticas e programas tem sua especificidade, e que o modelo a ser utilizado deve ser adequado à sua realidade. Portanto, o segundo objetivo específico de analisar a percepção dos estudantes quanto à execução da Política de Assistência Estudantil frente ao modelo de referência foi adequado para atingir tal objetivo, uma vez que os oito construtos foram um instrumento realista dessa Política e permitiu avaliar a sua eficácia.

Os discentes responderam Indiferença com tendência à Concordância parcial sobre o desempenho da Política de Assistência Estudantil com algumas ressalvas, principalmente com relação ao C4 – Comunicação – em que houve uma maior contribuição dos respondentes justificando a falta de divulgação e clareza quanto aos Programas de permanência no CEFET-MG. Outras ações do C1 – Articulação – e C2 – Assessoria –, consistem em ações que são realizadas sem divulgação pelos órgãos gestores da Política de Assistência Estudantil e, portanto, sem conhecimento dos discentes. Retrataram também ter conhecimento e avaliaram como discordância parcial a variável C5 – Recurso Orçamentário –, em que parece sempre ser insuficiente o recurso para atender à demanda dos estudantes. As diretrizes e objetivos propostos na Política de Assistência Estudantil, por meio de seus gestores, contaram com a integralidade e envolvimento de todos os setores do CEFET-MG na perspectiva de cumprir suas ações de formação integral do discente, o que é preconizado nas legislações brasileiras. No entanto foi avaliado positivamente, com

ressalvas, pelos discentes que consideraram que os Programas de Permanência contribuem de alguma maneira para sua permanência na escola. Assim, a avaliação é uma ferramenta valiosa e deve ser contínua para melhorar as ações dessa Política.

No terceiro objetivo específico, comparar os resultados obtidos na coleta de dados dos *campi* I e II quanto às possíveis diferenças de execução da Política de Assistência Estudantil, verificou-se, estatisticamente, que a diferença de médias apresentou significância estatística, houve diferenças mínimas nos resultados obtidos e pode-se dizer que há certa similaridade de percepção pelos discentes dos *campi* I e II do CEFET-MG.

Acredita-se que esta pesquisa trouxe contribuições metodológicas para avaliação da Política de Assistência Estudantil para as instituições de ensino e, especialmente para o CEFET-MG, favorecendo a possibilidade de aprimorar as suas ações futuras.

Propõe-se, para estudos futuros, a aplicação do modelo de referência em instituições que implementaram a Política de Assistência Estudantil, para aprimoramento da avaliação e comparações de estudos. E alguns questionamentos foram identificados na análise:

- Com relação ao gênero: A predominância do gênero masculino está relacionada aos cursos oferecidos no *Campus* II?

- Com relação à participação ou não nos Programas de Permanência: Quais os fatores que implicam a baixa participação no Restaurante escolar e no Programa de Bolsa Permanência no *Campus* II com relação à alta participação no *Campus* I?

- Por que a percepção diferenciada com relação ao Construto Comunicação nas categorias Por *campi*, Por participação ou não nos Programas de Bolsa Permanência, Bolsa de Complementação Educacional e Alimentação Escolar, uma vez que as diretrizes da Política de Assistência Estudantil são iguais para os *campi* I e II?

- Qual o significado de Assessoria e Articulação da Coordenação da Assistência Estudantil para os discentes e sua influência no cotidiano da escola?
  
- Qual a relação da classe socioeconômica com a seleção e acesso no CEFET-MG?
  
- Qual a percepção dos gestores e executores da Política de Assistência Estudantil do CEFET-MG?

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Tradução de Orth, L. M.; CLASEN, J.A. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. Brasília, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

ALVES, Thiago. **Avaliação na Administração Pública**: uma proposta de análise para as escolas públicas de educação básica. Dissertação (Programa de pós-graduação em Administração de Organizações. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) Ribeirão Preto - USP, 2007. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses](http://www.teses.usp.br/teses). Acesso em: 17 fev 2010.

ANDERSON; SWEENEY e WILLIAMS. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia para avaliação de políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Coleção Questões da Nossa Época, v. 75. Cortez, 4ª Ed. 2007.

BRASIL. Constituição de 1934 / 1937/ 1946/ 1967/1988 Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>. Acesso em: 14 jul. 2010.

BRASIL. Decreto Nº 69.927 de 1972 que estabelece o Programa Bolsa de Trabalho. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2010.

BRASIL. Lei Nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. Lei Nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional. Disponível em [http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm). Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/l9394.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2010.



BRASIL. Lei n.º 10.172, de 09 de jan de 2001 que trata do **Plano Nacional de Educação** (PNE). Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 15 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Linha do tempo**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br>. Acesso em 16 de jul 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília, Dezembro de 2009 (a). Disponível em: [https://www.gespublica.gov.br/folder\\_publicacoes](https://www.gespublica.gov.br/folder_publicacoes). Acesso em: 18 mai. 2010.

BRASIL. Emenda constitucional Nº 59 de 11 de novembro de 2009 (b). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm). Acesso em 16 de jul 2010.

BRASIL. Decreto Nº 7.234 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 de julho de 2010.

CARVALHO, Francisco dos Santos. LEITE, Carlos Fernando Farias. **Políticas públicas desenvolvidas no município de Vitória da Conquista, Bahia**. Disponível <<http://www.blogdofranciscofernando.com>. 2009>. Acesso em: 30 agos. 2010.

CEFET-MG. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **Relatório de Gestão de 2009**. Belo Horizonte, CEFET-MG, 2009.

CEFET-MG. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **Resolução Conselho Diretor Nº. 083 de 13 de dezembro de 2004** que trata do Regulamento da Política de Assuntos Estudantis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Tradução Lucia Simonini. **Pesquisa em administração**: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. RJ. Nº. 37 set/out 2003.

CRUA, Érika Mayumi Kato ; SEGATTO, Andréa Paula .**Processos de comunicação em cooperações tecnológicas universidade-empresa**: Estudos de Caso em Universidades Federais do Paraná. RAC, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 5, p. 430-449, Jul./Ago. 2009 Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em 11 mai 2010.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais**: tendências recentes e experiências no Brasil. 2006. Disponível em:< [http://www.aec-tea.org/fabio/Avaliacao\\_Politicas.pdf](http://www.aec-tea.org/fabio/Avaliacao_Politicas.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2010.

DUTRA, Ademar; ENSSLIN, Sandra Rolim. **Avaliação do desempenho de órgão públicos**: proposta de um estudo de caso. X Congresso Internacional del CLAD sobre La Reforma Del Estado de La Administración Pública. Santiago, Chile. 18-21 out 2005.

FONAPRACE - FORUM NACIONAL DO PRO REITORES DE ASSUNTO COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Proposta do FONAPRACE para um plano nacional de assistência aos estudantes de graduação das instituições públicas de ensino superior** – Versão preliminar encaminhada a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Recife: Abril, 200.

FONAPRACE - FORUM NACIONAL DO PRO REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/relatorio.html>. Acesso em: 12 mai. 2010.

FORNELL, C.; JOHSON, M.D.; ANDERSON, E.W.; CHA, J. e BRYANT, B.E. Tje American Customer Satisfaction Index: Nature, Purpose and Findings. **Journal of Marketing**. New York: AMA, Oct. 1996, vol.60, p7-18.

FRANCO, M. de L. **O estudo de caso no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa**. São Paulo: PUC, 1986 (mimeo).

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 a ed. São Paulo: Atlas 2002.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. Trad: Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. São Paulo. Bookmam, 2005

HRONEC, Steven M. **Sinais vitais**: usando medidas de desempenho da qualidade, tempo e custo para traçar a rota para o futuro de sua... São Paulo: Makron Books 1994.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista Serviço Público**. Brasília Vol.56 nº 2 abr/jun, 2005.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALHOTRA, Naresh K.. **Introdução a pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MOTTA, P.R. **Avaliação da administração pública: eficiência, eficácia e efetividade**. In: Projeto "um novo estado para São Paulo" São Paulo: FUNDAP, 1992 p.172-212

MÜLLER, José Claudio. **Modelo de Gestão Integrando Planejamento estratégico, Sistema de Avaliação de desempenho e Gerenciamento de Processos**. (MEIO - modelo de estratégias, indicadores e Operações). Tese de doutorado. Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3463>>. Acesso em: 20 set. 2010.

NASCIMENTO, Marcelo; *et al.*. Avaliando a avaliação: análise da produção científica sobre avaliação de desempenho nos Anais do Enanpad no Período de 2005 a 2009. *In.*: XXXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD 25 a 29 de setembro 2010. Rio de Janeiro. **Anais**. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Eliana A.; DIAS, Alexandre T. Indicadores de Desempenho e Avaliação de Política de Assistência Estudantil – proposição e aplicação de um instrumento. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA-EnAPG, 28 a 30 nov. 2010. Vitória. **Anais**. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Eliana A.; DIAS, Alexandre T. **A Assistência Estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto: Validação de um Questionário de Avaliação.** 2011(mimeo).

RONSONI, Marcelo Luis; SARTURE, Rosane Carneiro. **Uma análise dos antecedentes históricos e legais do ensino obrigatório no país e de sua ampliação para nove anos.** Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 16 jul. 2010.

RUMMLER, Geary A.; BRACHE, Alan P. **Melhores desempenho das empresas.** 2 ed. São Paulo: Markron Books, 1994. 284p.

SILUK, Julio Cezar M. **Modelo de gestão organizacional com base em um sistema de avaliação de desempenho.** Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção – UFSC. Florianópolis, 2007.

SILVA, Benedita Aparecida da, *et al.*. **Plano de desenvolvimento Institucional – PDI: política institucional: 2005 – 2010 /** Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2006.

SILVA, Pedro Luiz Barros. COSTA, Nilson do Rosário. **Avaliação de políticas públicas na América do Sul.** A avaliação de programas públicos: uma estratégia de análise. *In.:* V Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Out. 2000. Disponível: <<http://unpan1.un.org>> Acesso em: 28 fev. 2010.

SINK, D. Scott; TUTTLE, Thomas, C. **Planejamento e medição para a performance.** Rio de Janeiro: Qualitymark. 1993. 356p.

SOUSA, Jalmira Regina Fiúza de. **IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS CURSOS TÉCNICOS DO CEFET-MG.** Dissertação (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais) Mestrado em Educação Tecnológica. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics.** 3 ed. New York: HarperCollins, 2001.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios em pesquisa de administração.** 4 ed. 2003.

VOS, R. **Hacia um sistema de indicadores sociales.** *Instituto Interamericano para el Desarrollo Social (INDES). Banco Interamericano de Desarrollo. Series Documentos de Trabajo I-2* Washington D.C. 1996 Washington: BID/Indes,1996.  
Disponível em: < <http://www.iadb.org>> Acesso em: 09 agos. 2010.

## APÊNDICE A: Avaliação da Assistência Estudantil no CEFETMG

<b>DADOS SÓCIOS DEMOGRÁFICOS</b>
1- Você estuda em qual <i>Campus</i> : I ( ) II ( )
2- Qual seu nível de ensino: Médio/profissional ( ) graduação ( )
3- Qual a sua origem escolar: pública ( ) particular ( ) particular com bolsa ( ) supletivo público ( ) supletivo particular ( ) outra ( ) Qual _____
4- Qual o turno em que frequenta as aulas: Diurno ( ) Noturno ( )
5- Qual o seu curso: _____
6- Há quanto tempo estuda no CEFET/MG: Até 1 ano( ) De 1 a 2 anos ( ) De 2 a 3 anos ( ) 3 anos ou mais( )
7- Gênero: Feminino ( ) Masculino ( )
8- Estado civil: solteiro ( ) casado/união estável ( ) separado/divorciado ( ) viúvo ( ) Não Respondeu ( )
9- Como declara a sua cor / raça? Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena ( ) Não respondeu ( )
10- Qual sua Idade: 14 a 17 anos ( ) 18 a 21 anos ( ) 22 a 25 anos ( ) 26 a 29 anos ( ) > 30 anos ( )
11- Você participa(ou) de Programas de Permanência no CEFET-MG: <b>Não</b> ( ) (pule para a questão 12) <b>Sim</b> ( ) Se sim, de qual(quais) você participa:
11.1- Bolsa Permanência ( ) Quantos meses: < 6 m ( ) 7 a 12 m ( ) 13 a 18 m ( ) 19 a 24 m ( ) > 25 m ( )
11.2- Bolsa de Complementação Educacional ( ) Quantos meses: < 6 m ( ) 7 a 12 m ( ) 13 a 18 m ( ) 19 a 24 m ( ) > 25m ( )
11.3- Alimentação Escolar: a) Restaurante Escolar ( ) b) Bolsa de Alimentação ( ) a) Se marcou restaurante escolar responda: b) Quantas vezes frequenta o refeitório na semana: 1 vez ( ) 2 vezes ( ) 3 vezes ( ) 4 vezes ( ) 5 vezes ( ) c) Há quantos meses: < 6 meses ( ) de 7 a 12 meses ( ) 13 a 18 meses ( ) 19 a 24 meses ( ) > 25 meses ( )
11.4- Você já recebeu alguma Bolsa Emergencial: não ( ) sim ( )
12- Você participou de programa socioeducativo: não ( ) sim ( ) Se sim, qual _____

**Responda marcando apenas uma opção.**

<b>MEDIDAS DE DESEMPENHO</b>	<b>DISCORDO TOTALMENTE</b>	<b>DISCORDO</b>	<b>INDIFERENTE</b>	<b>CONCORDO</b>	<b>CONCORDO TOTALMENTE</b>
1) A Política de Assuntos Estudantis desenvolve ações que garantem a igualdade de acesso ao CEFET-MG.					
2) Os critérios de seleção são adequados à realidade dos estudantes.					
3) Os critérios de seleção adotados são claros quanto à distribuição dos benefícios.					
4) Os Programas de Permanência garantem a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica na escola.					

<b>MEDIDAS DE DESEMPENHO</b>	<b>DISCORDO TOTALMENTE</b>	<b>DISCORDO</b>	<b>INDIFERENTE</b>	<b>CONCORDO</b>	<b>CONCORDO TOTALMENTE</b>
5) Os Programas de Permanência contribuem para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas dos estudantes.					
6) Os Programas de Permanência asseguram aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas					
7) Os Programas de Permanência reduzem os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais.					
8) Os Programas de Permanência contribuem para a inclusão social.					
9) Os estudantes bolsistas recebem orientação/acompanhamento pedagógico na Seção de Assistência ao Estudante.					
10) Os estudantes bolsistas recebem acompanhamento psicossocial na Seção de Assistência ao Estudante.					
11) O Programa de Alimentação escolar está universalizado (atende todos os estudantes).					
12) O Programa de Bolsa Permanência contribui para a permanência do estudante na escola.					
13) O Programa de Bolsa de Complementação Educacional contribui para a permanência e formação integral do estudante conciliando teoria e prática.					
14) Existe demanda para o Programa de Moradia Estudantil no CEFET-MG.					
15) A divulgação das ações da Política de Assuntos Estudantis é realizada adequadamente.					
16) Os critérios de seleção são divulgados adequadamente.					
17) Os estudantes conhecem os programas de Assistência Estudantil oferecidos no CEFET-MG.					
18) Os estudantes, quando ingressam no CEFET-MG, são informados sobre o direito à Assistência Estudantil.					
19) No período de inscrição dos Programas de Permanência, os estudantes têm acesso às informações e procedimentos necessários.					
20) Os estudantes participam do processo de divulgação das ações da Política de Assuntos Estudantis.					
21) A Política de Assuntos Estudantis difunde valores éticos de liberdade, igualdade e democracia.					
22) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil se articula com setores do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis.					
23) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com setores pedagógicos do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis					
24) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com demais setores do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis.					

MEDIDAS DE DESEMPENHO	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	INDIFERENTE	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
25) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com o grêmio estudantil e ou Diretório Acadêmico de Estudantes com relação à Política de Assuntos Estudantis.					
26) Os programas de permanência contribuem para a democratização do ensino.					
27) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil assessora os setores responsáveis pela proposição e realização de processos seletivos de ingresso na instituição					
28) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil assessora as diretorias em projetos, programas e ações que visem garantir e ou favorecer a inclusão de segmentos de baixa condição socioeconômica, portadores de necessidades especiais e segmentos específicos no CEFET-MG.					
29) A Seção de Assistência ao Estudante assessora as diretorias em projetos, programas e ações que visem garantir e ou favorecer a inclusão de segmentos de baixa condição socioeconômica, portadores de necessidades especiais e segmentos específicos no CEFET-MG.					
30) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil realiza pesquisas com objetivo de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas políticas da Instituição					
31) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil contribui para a padronização da coleta, intercomunicação e atualização de dados sobre os candidatos, estudantes e egressos do CEFET-MG, por meio de informatização integrada na Instituição					
32) O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas resulta em ações que visam a minimizar a evasão e/ou repetência escolar.					
33) O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas subsidia proposições e avaliações das diversas políticas da Instituição.					
34) O recurso orçamentário é suficiente para a demanda de benefícios					
35) O número de vagas existentes nos programas de permanência é suficiente para a demanda dos estudantes no CEFET-MG.					
36) A dotação orçamentária anual tem ampliado a quantidade de atendimento dos programas de permanência.					

Quando assinalar **Discordo** ou **Discordo Totalmente** nas questões acima, utilize a mesma numeração e descreva suas considerações (separadamente) de cada uma

---



---

Registre observações ou comentários complementares

---



## **ANEXO A - Política de Assistência Estudantil no CEFET-MG**

### **REGULAMENTO DA POLÍTICA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET-MG**

Aprovado pela Resolução CD-083/04, de 13/12/2004

#### **Capítulo I Dos Princípios**

Art. 1º - A Política de Assuntos Estudantis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais abrangerá todas suas Unidades de Ensino do CEFET-MG.

Art. 2º - A Política de Assuntos Estudantis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais obedecerá aos princípios de:

- I. Gratuidade do ensino;
- II. Igualdade de condições para acesso e permanência no CEFET-MG;
- III. Formação ampla direcionada ao desenvolvimento integral dos estudantes;
- IV. Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- V. Orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VI. Defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos;
- VII. Pluralismo de idéias e reconhecimento da liberdade como valor ético central;
- VIII. Integração com as atividades fins da Instituição: ensino, pesquisa e extensão.

#### **Capítulo II Dos Objetivos**

Art. 3º A Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG, em consonância com os princípios estabelecidos no art. 2º deste regulamento, tem por objetivos:

- I. Promover o acesso e a permanência na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- II. Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- III. Contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas dos estudantes;
- IV. Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, buscando prevenir e minimizar a a retenção, a reprovação e a evasão escolar;
- V. Reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;

VI. Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, esportivo artístico, científico e tecnológico;

VII. Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia.

Art.4º - O CEFET-MG buscará a consecução dos objetivos definidos no artigo 3º deste Regulamento:

I. Desenvolvendo mecanismos que garantam a igualdade no acesso e permanência no CEFET- MG;

II. Estabelecendo e ampliando programas, projetos e ações referentes, entre outros, à moradia, alimentação, saúde, física e mental, cultura, esporte, lazer e orientações: social, psicológica, pedagógica e profissional, entre outras.

III. Estabelecendo ou ampliando programas de bolsas nas áreas de alimentação, transporte, moradia, estágio extracurricular, extensão, monitoria, iniciação científica, entre outras;

IV. Constituindo-se em agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, desenvolvendo junto à comunidade estudantil uma consciência ética, social e profissional.

Art. 5º - Para cumprir seus objetivos, a Coordenadoria e os Setores de Assuntos Estudantis das Unidades de Ensino deverão articular seu trabalho com o de outros setores do CEFET-MG, entre os quais se destacam:

I. Os núcleos ou setores pedagógicos;

II. Diretorias de Unidade de Ensino;

III. Setores, departamentos e/ou diretorias responsáveis pela pesquisa e extensão no CEFET- MG;

IV. Órgãos Colegiados.

Art. 6º - A política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG será composta por ações programas, projetos e ações que contribuam para a garantia dos seguintes eixos:

I. Democratização do acesso de estudantes de baixa renda, de portadores de necessidades especiais e de segmentos sociais excluídos da escola pública e gratuita através de medidas e programas que estimulem e garantam esse acesso;

II. Permanência do estudante na escola e a conclusão de sua formação com qualidade por meio de apoio socioeconômico, psicossocial e educacional;

III. Melhoria da qualidade do ensino, por meio de programas sócio-educativos e de assessoramentos à professores, dirigentes, órgãos colegiados, educandos, que contribuam para a formação integral dos estudantes;

IV. Democratização da educação e dos programas sociais voltados aos estudantes, fomentando a participação da comunidade escolar nas proposições, execuções e avaliações, com transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento;

V. Conhecimento da realidade da Escola e de seu público, através de estudos e pesquisas, a fim de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas políticas da Instituição.

### **Capítulo III**

#### **Da Gestão da Política e dos Programas**

Art. 7º - A gestão da Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG estará a cargo da Coordenadoria de Assuntos Estudantis, subordinada à Diretoria Geral.

Art. 8º - A gestão dos programas e projetos e ações de assistência estudantil nas Unidades de Ensino Descentralizadas ficará a cargo de seus respectivos setores Setores de Assuntos Estudantis.

Art. 9º - A gestão dos programas e , projetos e ações de assistência estudantil nas Unidades de Ensino I , II e VI será realizada de forma integrada, de modo a permitir a otimização do atendimento ao público dessas Unidades.

### **Capítulo IV**

#### **Da Estrutura da Coordenadoria de Assuntos Estudantis**

Art.10 – A Coordenadoria de Assuntos Estudantis será composta, no mínimo, por um coordenador, um assistente do coordenador e uma secretária.

Parágrafo Único – O coordenador de assuntos estudantis do CEFET-MG deverá ser um técnico da área, pertencente ao quadro permanente do CEFET-MG, e com, no mínimo, 3 (três) anos de experiência na Instituição.

Art.11 – Caberá a cada Unidade de Ensino Descentralizada, constituir as equipes locais para compor o Setor de Assuntos Estudantis de sua Unidade.

Parágrafo Primeiro - Os profissionais dos Setores de Assuntos Estudantis das Unidades de Ensino I, II e VI integrarão a mesma equipe e estarão subordinados à Coordenadoria de Assuntos Estudantis;

Parágrafo Segundo - Os profissionais dos Setores de Assuntos Estudantis das Unidades de Ensino Descentralizadas estarão subordinados à Diretoria de cada Unidade.

Art.12 - Os setores de Assuntos Estudantis das Unidades de Ensino contarão, preferencialmente, em suas equipes, com profissionais dos cargos de assistente social, psicólogo, pedagogo e assistente em administração, entre outros, pertencentes ao quadro permanente da Instituição.

Parágrafo Primeiro – Nas Unidades de Ensino onde o quadro de pessoal não possibilite a composição definida no caput desse artigo, para atuar exclusivamente nos setores de assuntos

estudantis, deverá ser criada uma equipe multiprofissional reunindo profissionais de outros setores da Unidade para realização do trabalho, até que seja constituído o quadro próprio do Setor.

## **Capítulo V**

### **Dos Programas, Projetos e Ações Sociais**

Art. 13 - A Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG será composta por programas, projetos e ações sociais, inseridos nos eixos estabelecidos no artigo 56º deste Regulamento, que deverão ser orientados pelos seguintes objetivos e diretrizes:

I – Democratização do acesso:

- a) Assessorar os setores responsáveis pela proposição e realização dos processos seletivos de ingresso na Instituição, com vistas a garantir a inclusão, no CEFET-MG, de segmentos de baixa renda, portadores de necessidades especiais e segmentos sociais específicos;
- b) Assessorar as diretorias em projetos, programas e ações que visem garantir e/ou favorecer a inclusão, no CEFET-MG, de segmentos de baixa renda, portadores de necessidades especiais e segmentos sociais específicos.

II – Permanência do estudante na escola:

- a) Programa de isenção de contribuições dos estudantes para o Fundo de Assistência Estudantil; **(Extinto após Memo DIR nº 007/06, de 31 de janeiro de 2006, que suspende as cobranças desta contribuição.)**
- b) Programa bolsa de complementação educacional;
- c) Programa de bolsa emergencial;
- d) Programa de bolsa permanência;
- e) Programa de alimentação, com as seguintes diretrizes:
  - 1. Priorização do caráter social do programa;
  - 2. Garantia da qualidade da alimentação servida;
  - 3. Garantia de baixo custo das refeições, tendo em vista o objetivo e o público prioritário do programa;
  - 4. Universalização do atendimento para a comunidade;
  - 5. Estruturação do Programa em todas as unidades do CEFET-MG.
- f) Programa bolsa de alimentação;
- g) Programa de material didático;
- h) Programa de moradia estudantil, com as seguintes diretrizes:
  - 1. Dimensionar a demanda por moradia estudantil;
  - 2. Implementar uma estrutura destinada a servir de moradia estudantil;
  - 3. Estabelecer normas de convívio para a moradia estudantil;

4. Assegurar bolsas de moradia em atendimento às necessidades básicas dos estudantes, conforme sua situação socioeconômica.

- i) Orientação psicossocial e pedagógica;
- j) Programa de saúde física e mental;
- k) Projetos integrados a outros setores da Instituição.

III - Melhoria da qualidade do ensino, por meio de programas sócio-educativos com ênfase em:

- a) Debates sobre o trabalho;
- b) Orientação afetivo-sexual;
- c) Prevenção ao uso/abuso de álcool e outras drogas;
- d) Pesquisa acadêmica e extensão;
- e) Outros temas de interesse dos estudantes.

IV - Democratização da educação e dos programas sociais:

- a) Fomentar a participação da comunidade escolar nas proposições, execuções e avaliações da política de assuntos estudantis, programas, projetos e ações sociais desenvolvidas;
- b) Divulgar as informações atinentes à execução dos programas, projetos e ações sociais desenvolvidas, visando a transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento.

V - Conhecimento da realidade Institucional e de seu público:

- a) Contribuir para a padronização da coleta, a intercomunicação e atualização permanente de dados sobre os candidatos, estudantes e egressos do CEFET-MG, através de sistemas de informação integrados entre os diversos setores da Instituição;
- b) Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade da Instituição e de seu público;
- c) Acompanhar a trajetória e o desempenho acadêmico dos estudantes atendidos pelos Programas constantes no item II deste artigo, com vistas a:
  - 1. Elaborar e/ou otimizar propostas que incidam sobre as causas da evasão e repetência;
  - 2. Subsidiar proposições e avaliações das diversas políticas da Instituição.

## **Capítulo VI**

### **Dos Critérios de Atendimento**

Art. 14 — Serão atendidos prioritariamente os estudantes oriundos dos segmentos da população de baixa renda, nos programas definidos no item II do artigo 15 dessa Resolução.

§ 1º - *Caberá a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e os setores de Assuntos Estudantis de cada Unidade de Ensino, estabelecer os critérios para o atendimento, que deverão ser submetidos ao Conselho e assuntos Estudantis e aprovados pelo Conselho Diretor do CEFET-MG;*

§ 2º - *Os critérios de atendimento levarão em consideração a situação socioeconômica dos estudantes.*

## **Capítulo VII**

### **Do Público da Política de Assuntos Estudantis**

Art. 15 - O público alvo dos programas, projetos e ações será:

- I. Candidatos aos cursos regulares oferecidos pelo CEFET-MG;
- II. Estudantes dos cursos técnicos, superiores e de pós-graduação do CEFET-MG;
- III. Ex-estudantes do CEFET-MG;
- IV. Pais e/ou responsáveis por estudantes do CEFET-MG.

## **Capítulo VIII**

### **Do Financiamento**

Art. 16 - A política de Assuntos Estudantis e os programas, projetos e ações sociais nela inseridos são concebidos como direito do estudante e deverão ser garantidos e financiados pela Instituição com recursos públicos, das fontes do tesouro e de arrecadação própria da Instituição.

Art. 17 - Os recursos financeiros destinados à política de assuntos estudantis deverão ser reunidos em um Fundo de Assistência Estudantil, para o qual serão direcionados os recursos advindos de:

- I. Taxas, emolumentos e contribuições recebidas dos estudantes do CEFET-MG, que deverão ser alocados única e exclusivamente para os programas, projetos e ações sociais estabelecidas nesta Resolução;**(Excluído pela resolução CD-136/06 de 26 de setembro de 2006)**
- II. Aluguel de cantinas terceirizadas do CEFET-MG, que deverão ser alocados única e exclusivamente para os programas, projetos e ações sociais estabelecidos nesta Resolução;
- III. Arrecadação dos restaurantes utilizados para a assistência estudantil, que deverão retornar única e exclusivamente para a manutenção dos mesmos;
- IV. Percentual de outros recursos arrecadados pela Instituição;
- V. Recursos do tesouro nacional.

Art. 18 - A previsão orçamentária dos programas projetos e ações sociais relativos à Política de Assuntos Estudantis deverá ser proposta pela Coordenadoria de Assuntos Estudantis e encaminhada ao Diretor-Geral, anualmente, visando integrar a previsão orçamentária do CEFET-MG.

Art. 19 – A dotação orçamentária para ampliação do atendimento dos programas, projetos e ações sociais, relativas à Política de Assuntos Estudantis, não poderá ser inferior a 10% ao ano, e deverá ter como meta a universalização do atendimento, desde que mantida a evolução da receita, ficando o ano de 2004 como ano base de referência para o cálculo desta evolução.

**Capítulo IX**  
**Das Disposições Transitórias**

Art. 20 – A Coordenadoria de Assuntos Estudantis encaminhará ao Conselho Diretor, até 30 de junho de 2005, proposta de revisão deste Regulamento da Política de Assuntos Estudantis, após ampla discussão com a comunidade cefetiana.

Prof. Flávio Antônio dos Santos  
Presidente do Conselho Diretor  
CEFET-MG

## ANEXO B

Tabela 28 – Cargas não padronizadas e somatório das cargas por construtos oriundos da Análise Fatorial Confirmatória.

Construto	Variável	Carga não padronizada	Soma das cargas	Sig. da carga
C1 - Articulação	22) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil se articula com setores do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis.	0,686		0,000
	23) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com setores pedagógicos do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis	0,631		0,000
	24) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com demais setores do CEFET-MG com relação à Política de Assuntos Estudantis.	0,716	2,566	0,000
	25) A Seção de Assistência ao Estudante se articula com o grêmio estudantil e ou Diretório Acadêmico de Estudantes com relação à Política de Assuntos Estudantis.	0,533		0,000
C2 - Assessoria	27) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil assessora os setores responsáveis pela proposição e realização de processos seletivos de ingresso na instituição	0,548		0,000
	28) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil assessora as diretorias em projetos, programas e ações que visem garantir e ou favorecer a inclusão de segmentos de baixa condição socioeconômica, portadores de necessidades especiais e segmentos espec	0,608	2,782	0,000
	29) A Seção de Assistência ao Estudante assessora as diretorias em projetos, programas e ações que visem garantir e ou favorecer a inclusão de segmentos de baixa condição socioeconômica, portadores de necessidades especiais e segmentos específicos no CE	0,581		0,000
	30) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil realiza pesquisas com objetivo de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas políticas da Instituição	0,488		0,000



	33) O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas subsidia proposições e avaliações das diversas políticas da Instituição.	0,557		0,000
	5) Os Programas de Permanência contribuem para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas dos estudantes.	0,574		0,000
	6) Os Programas de Permanência asseguram aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas	0,627		0,000
	7) Os Programas de Permanência reduzem os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais.	0,701		0,000
C3 - Democratização e inclusão	8) Os Programas de Permanência contribuem para a inclusão social.	0,640	4,038	0,000
	26) Os programas de permanência contribuem para a democratização do ensino.	0,563		0,000
	31) A Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil contribui para a padronização da coleta, intercomunicação e atualização de dados sobre os candidatos, estudantes e egressos do CEFET-MG, por meio de informatização integrada na Instituição	0,403		0,000
	32) O acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos nos programas resulta em ações que visam minimizar a evasão e/ou repetência escolar.	0,530		0,000
	15) A divulgação das ações da Política de Assuntos Estudantis é realizada adequadamente.	0,711		0,000
	16) Os critérios de seleção são divulgados adequadamente.	0,728		0,000
	17) Os estudantes conhecem os programas de Assistência Estudantil oferecidos no CEFET-MG.	0,538		0,000
C4 - Comunicação	18) Os estudantes, quando ingressam no CEFET-MG, são informados sobre o direito à Assistência Estudantil.	0,653	4,595	0,000
	19) No período de inscrição dos Programas de Permanência, os estudantes têm acesso às informações e procedimentos necessários.	0,704		0,000
	20) Os estudantes participam do processo de divulgação das ações da Política de Assuntos Estudantis.	0,661		0,000

	21) A Política de Assuntos Estudantis difunde valores éticos de liberdade, igualdade e democracia.	0,600		0,000
	34) O recurso orçamentário é suficiente para a demanda de benefícios	0,815		0,000
C5 - Recurso orçamentário	35) O número de vagas existentes nos programas de permanência é suficiente para a demanda dos estudantes no CEFET-MG.	0,805	2,026	0,000
	36) A dotação orçamentária anual tem ampliado a quantidade de atendimento dos programas de permanência.	0,406		0,000
	4) Os Programas de Permanência garantem a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica na escola.	0,569		0,000
	11) O Programa de Alimentação escolar está universalizado (atende todos os estudantes).	0,787		0,000
C6 - Apoio socioeconômico e de aprendizagem	12) O Programa de Bolsa Permanência contribui para a permanência do estudante na escola.	0,447	2,658	0,000
	13) O Programa de Bolsa de Complementação Educacional contribui para a permanência e formação integral do estudante conciliando teoria e prática.	0,435		0,000
	14) Existe demanda para o Programa de Moradia Estudantil no CEFET-MG.	0,420		0,000
	1) A Política de Assuntos Estudantis desenvolve ações que garantam a igualdade de acesso ao CEFET-MG.	0,443		0,000
C7 - Acesso e Seleção	2) Os critérios de seleção são adequados à realidade dos estudantes.	0,491	1,611	0,000
	3) Os critérios de seleção adotados são claros quanto à distribuição dos benefícios.	0,677		0,000
	9) Os estudantes bolsistas recebem orientação/acompanhamento pedagógico na Seção de Assistência ao Estudante.	0,489		0,000
C8 - Orientação e acompanhamento	10) Os estudantes bolsistas recebem acompanhamento psicossocial na Seção de Assistência ao Estudante.	0,850	1,339	0,000

Fonte: Oliveira e Dias (2011)